



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

LIA CANEJO DINIZ BARROS

OS SIGNIFICADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DAS MULHERES
BENEFICIÁRIAS DO BADU - NITERÓI

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós Graduated em Política Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof^a Dra. RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS.

NITERÓI
2012



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

LIA CANEJO DINIZ BARROS

OS SIGNIFICADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DAS MULHERES
BENEFICIÁRIAS DO BADU – NITERÓI

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Rita De Cássia Santos Freitas – Orientadora

Prof^a Dra. Mônica de Castro Maia Senna

Prof^a Dra. Mônica Maria Torres de Alencar

NITERÓI
2012

Dedicatória

Ao meu amado pai Haroldo e querido avô Nilton, aos
quais devo minha vida e admiro imensamente.

(in Memorian)

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer a Deus por estar sempre me guiando no caminho e cuidando a todo o momento para que eu não me desvie dele.

Agradeço também a todas as pessoas que sempre me apoiaram, me incentivaram e contribuíram para que eu estivesse aqui hoje mais uma vez finalizando outra etapa de minha vida.

À minha mãe Leila, meu namorado Vinícius e à toda a minha família e amigos, por todo amor, dedicação, carinho, apoio, paciência e incentivos de sempre.

À minha orientadora Rita de Cássia, pelo apoio e dedicação contínuas, pela amizade e por todos os conhecimentos que me foram transmitidos no decorrer de todos esses anos de convívio, desde a graduação até este momento.

À todos os professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, por todo o aprendizado que pude obter através deles e de suas aulas, e que foram muito valiosos para a minha trajetória acadêmica e profissional.

Agradeço aos queridos amigos Simone, Raquel e Virgílio, pela amizade, carinho e incentivo em todos os momentos.

Às Professoras Mônica Alencar e Mônica Senna, pelas contribuições em minha Banca, fundamentais para o aprimoramento deste trabalho.

Gostaria, portanto, de poder agradecer a todos aqueles que de alguma forma se fizeram presente em minha vida e me ajudaram a trilhar este caminho até aqui.

“Pra mim é uma ajuda porque, por exemplo, eu, hoje no momento eu não tenho aquela necessidade entendeu de ter o Bolsa Família. Eu quero porque são pros meus filhos, é um direito meu e da minha família. Mas eu vejo que é muito bom porque tem muitas famílias que se sustentam com o Bolsa Família entendeu? Que não tem outro meio de sobreviver. Acho muito bonito isso.”

(Dália)

RESUMO

O presente trabalho tem como foco o Programa Bolsa Família e procurou investigar os significados deste Programa na vida de mulheres beneficiárias. O estudo teve como campo de pesquisa a Policlínica Dr. Barros Terra, localizada no bairro Badu – Niterói. A metodologia utilizada foi a história oral, onde, através da realização de entrevistas semiestruturadas, buscamos desenvolver um processo de escuta que pudesse nos aproximar da realidade vivida por essas mulheres em sua relação direta com o Programa Bolsa Família. Procuramos apreender através das falas, as impressões, sentidos e expectativas delas em relação ao Programa Bolsa Família, conhecer de que modo a inserção enquanto beneficiárias rebata em seus cotidianos de gênero, se essa inserção trouxe mudanças em sua autoestima, autonomia, ou mudanças em suas relações familiares e com seus companheiros/maridos. Buscamos ainda identificar as formas de utilização do dinheiro do benefício, tentando verificar quais os parâmetros utilizados para a alocação do benefício, as formas como organizam seu cotidiano e suas interpretações acerca do benefício e do próprio Programa. Os resultados da pesquisa realizada nos mostraram alguns aspectos que merecem destaque, entre eles: a afirmação pelas mulheres entrevistadas de uma identidade centrada na figura da maternidade, a visão do benefício enquanto um dinheiro que deve ser direcionado para as necessidades das crianças da casa, a invisibilidade do homem – apresentando uma clara demarcação de gênero da política, a visão do benefício enquanto “ajuda”, o pouco ou nenhum empoderamento proporcionado pelo Programa às mulheres beneficiárias, entre outras questões.

Palavras-chaves: Proteção Social, Programa Bolsa Família, Famílias.

ABSTRACT

This work focuses on the Family Grant Program and sought to investigate the meaning of this program in the lives of women beneficiaries. The field study was to search the Polyclinic Dr. Barros Terra, located in the neighborhood Badu-Niterói. The methodology was based on oral history, where, by conducting interviews, we developed a listening process that could bring us closer to the reality experienced by these women in their direct relation to the Family Grant Program. We seek to learn through the words, impressions, meanings and expectations of them in relation to the Family Grant Program, to know how to insert them as recipients in their everyday gender, this insertion brought changes in their self-esteem, autonomy, or changes in their family relationships and his companions/ husbands. We seek also to identify ways to use money from the benefit, trying to see what the parameters used for the allocation of the benefit, the ways they organize their daily lives and their interpretations of the benefit and the program itself. The results of the survey showed us some aspects that deserve attention, including: a statement by the women interviewed for an identity centered on the figure of motherhood, the vision of a benefit as money should be directed to the needs of children of the house, invisibility of men - presenting a clear demarcation of gender politics, the vision of the benefit as "help" the little or no empowerment program for women provided by the recipient, among other issues.

Keywords: Social Protection, Family Grant Program, Families.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Reflexões metodológicas.....	18
CAPÍTULO I: PROTEÇÃO SOCIAL E FAMÍLIAS – APROXIMAÇÕES TEÓRICAS.....	22
Conhecendo o conceito de Proteção Social.....	22
Relações de gênero e a questão do empoderamento feminino.....	27
Famílias brasileiras e suas transformações.....	32
Famílias pobres, mulheres e a formação de redes.....	36
CAPÍTULO II: PROTEÇÃO SOCIAL – AS AÇÕES DO ESTADO.....	42
A implementação dos Welfare States.....	42
Políticas Sociais no Brasil.....	45
Renda Mínima e os Programas de Transferência de Renda: um debate.....	54
O Programa Bolsa Família.....	60
As condicionalidades do PBF.....	65
CAPÍTULO III: NITERÓI E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	70
A cidade de Niterói.....	70
O Programa Bolsa Família em Niterói.....	73
<i>População beneficiária – dados e regiões.....</i>	<i>73</i>
<i>O Núcleo de Benefício e Renda de Cidadania.....</i>	<i>74</i>
Os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.....	75
Badu – o local de pesquisa.....	76
A Policlínica Comunitária Dr. Barros Terra:.....	83
CAPÍTULO IV: A PESQUISA.....	84
Procedimentos metodológicos.....	84
A chegada ao campo de pesquisa.....	88
A aproximação às beneficiárias.....	90
Resultados da pesquisa:.....	91
<i>O perfil.....</i>	<i>91</i>
<i>O PBF e sua utilização.....</i>	<i>94</i>
<i>O PBF e a dimensão do gênero.....</i>	<i>97</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	120
ANEXOS.....	125

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1 – Rua Alcebíades Pinto - Badu	78
Figura 2 – Rua Alcebíades Pinto - Badu	78
Figura 3 –Valão apresentando acúmulo de lixo	79
Figura 4 – Saída de esgoto	79
Figura 5 – Biblioteca Albertina Fortuna Barros	80
Figura 6 – Sede do PAC Morro da Cocada	80
Figura 7 –Praça Ivan da Silva Lima	80
Figura 8 – Unidade Municipal de Ensino Infantil Gabriela Mistral	80
Figura 9 –Igreja Internacional da Graça de Deus	81
Figura 10 – CRAS Badu	82
Figura 11 – Policlínica Dr. Barros Terra	83

LISTA DE TABLAS:

Tabela 1 –Divisão dos bairros de Niterói por Regiões Administrativas	73
Tabela 2 –Informações do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família em Niterói	74

LISTA DE SIGLAS:

BPC - Benefício de Prestação Continuada

BVCE - Benefício Variável de Caráter Extraordinário

BVJ - Benefício Variável Jovem

CAD ÚNICO - Cadastro Único de Programas Sociais

CEPERJ - Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CRD- Centro de Referência Documental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

HUAP - Hospital Universitário Antônio Pedro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSS- Instituto Nacional do Seguro Social

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar

NAF - Núcleo de Apoio à Família

NBRC - Núcleo de Benefício e Renda de Cidadania

NIS - Número de Identificação Social

NOB - Norma Operacional Básica

NPHPS - Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAIF - Programa de Atenção Integral à Família

PBF - Programa Bolsa Família

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PGRM - Programa de Garantia de Renda Mínima

PIB- Produto Interno Bruto

PMF - Programa Médico de Família

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SCFV - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SENARC - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania

SIBEC - Sistema de Benefícios do Cidadão

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UMEI - Unidade Municipal de Ensino Infantil

INTRODUÇÃO

Essa dissertação parte de uma perspectiva de análise das políticas públicas em sua estreita vinculação com a família, especialmente as famílias pobres, tidas como foco prioritário dos Programas de Transferência de Renda, tais como o Programa Bolsa Família (PBF). Parte também do reconhecimento de que é fundamental a análise dos efeitos da posição que hoje a mulher ocupa em Programas como o PBF, ou seja, enquanto “beneficiária”, e também na maioria das vezes enquanto “representante legal do benefício”. Interessa-nos analisar os efeitos da participação nesse programa em sua auto-estima e em outros aspectos de dimensão mais subjetiva, que pouco tem sido trabalhados e avaliados, e que representam aspectos importantes na constituição dos sujeitos e em seu processo de formação de identidades.

Da mesma maneira, o desvendamento de como se configuram atualmente as relações de gênero dentro dessa nova perspectiva de família inserida em um Programa de Transferência de Renda; e a identificação do modo como essa posição de representação/responsável legal do benefício e de “beneficiária”, influi na sua forma de inserção/relação familiar, são pontos importantes tanto para o alcance de formas mais adequadas de intervenção junto às famílias, quanto para aqueles que buscam novos caminhos quando se trata de avaliação de programas e/ou políticas.

O interesse pelo tema – proteção social, famílias e relações de gênero – surgiu inicialmente a partir de minha participação como bolsista – primeiro como bolsista treinamento e depois de extensão – no Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referência Documental (NPHPS/CRD) onde pude ter um maior contato com o tema família.

Devido a minha inserção no Projeto “Observatório de Violação de Direitos¹”, cujo principal local de execução era o Hospital Universitário Antônio Pedro, tive a oportunidade de me aprofundar mais na questão de gênero, desenvolvendo atividades relacionadas ao mapeamento da violência contra a mulher no município de Niterói, através da realização de entrevistas e da análise dos registros do HUAP, a fim de criar subsídios e estratégias de enfrentamento às situações de violência e auxiliar na elaboração e execução de políticas públicas. Apesar de não ser bolsista Pibic, todas as atividades desenvolvidas por mim no Núcleo faziam parte do projeto de pesquisa² ao qual me vinculei.

Somando a isto, através da minha experiência de estágio e trabalho no Núcleo de Benefício e Renda de Cidadania de Niterói, órgão responsável pela gestão do Programa Bolsa Família no município de Niterói, pude novamente ter contato com a experiência de entrevista no preenchimento do Cadastro Único do Governo Federal e na realização da Pesquisa³: “Programa Bolsa Família: Percepções e Trajetórias de inserção das famílias beneficiárias no município de Niterói- RJ”; onde a maior parte das entrevistadas eram também mulheres - beneficiárias e muitas vezes representantes do benefício.

Esta proximidade me trouxe diversos questionamentos e estimulou meu interesse em temas relacionados à operacionalização de políticas sociais e, em particular, do programa de transferência de renda Bolsa Família. Decidi, então, construir o trabalho de conclusão do curso de serviço social voltado para a análise do Programa Bolsa Família em sua relação com a população beneficiária. O objetivo principal era identificar a visão de profissionais e beneficiários acerca das contrapartidas exigidas. Busquei desenvolver um processo de escuta, através da realização de entrevistas semi estruturadas, que pudesse proporcionar uma análise mais ampla acerca da existência dessas contrapartidas, e de seus possíveis rebatimentos na vida de beneficiários e profissionais⁴.

Obtive, por meio deste trabalho, relevantes constatações acerca do modelo de política pública desenvolvido no Brasil, em especial dos Programas de Transferência de Renda como o Programa Bolsa Família. Foi possível constatar, por exemplo, a importância de se construir um olhar profissional mais voltado às especificidades das famílias beneficiárias deste tipo de

¹ Coordenado pela Professora Rita de Cássia Santos Freitas, e que contou com apoio do CNPq.

² Aliás não há diferenciação neste espaço entre bolsistas Pibic, Extensão ou de Treinamento. Todas as bolsistas desenvolvem as mesmas atividades, que envolvem a pesquisa e a extensão.

³ Pesquisa realizada através da parceria entre a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) / Núcleo de Benefício e Renda de Cidadania, Comitê Intergestor do PBF, Conselho Municipal de Assistência Social, Curso José de Anchieta e a Faculdade de Serviço Social da UERJ.

⁴ Ver Barros (2009).

Programa. Diante destas questões que me foram apresentadas durante a realização do TCC⁵, o aspecto acima relacionado à análise da família, e mais especificamente do papel da mulher em relação ao Programa de Transferência de Renda, adquiriu especial relevância para mim e me estimulou a desenvolver a presente dissertação onde pretendo refletir acerca dos **significados** deste tipo de benefício na vida das mulheres beneficiárias. O que busco identificar são as impressões e expectativas dessas mulheres em relação ao Programa e o modo como esse rebate em seus cotidianos de gênero. Como estas mulheres são também, na maior parte das vezes, a representante legal do benefício recebido, creio ser importante a análise deste aspecto. O que me interessa é verificar se há algum tipo de empoderamento, ou seja, se há modificações em sua autoestima; mudanças relativas à sua autonomia; à liberdade e capacidade de tomada de decisões; e mudanças nas relações dentro do âmbito familiar. Procuro ainda verificar possíveis rebatimentos da inserção no Programa na relação da mulher com a comunidade onde ela está inserida. Além disto, destaco também como um aspecto importante a ser analisado a utilização do dinheiro, buscando identificar de que forma o benefício é utilizado por estas mulheres e suas famílias.

A configuração das atuais políticas de assistência tem como uma de suas bases organizacionais a matricialidade sociofamiliar, que exerce um papel importante nessa configuração, no sentido de que postula a centralidade da família no âmbito de suas ações e a caracteriza como mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade. Essa decisão de se tomar a família como unidade de intervenção está respaldada no argumento de que as políticas de proteção à família teriam maior potencial de impactar as condições de vida da população pobre. No entanto, ao mesmo tempo em que a valorizam, centralizando nela as suas ações, as responsabilizam em relação ao seu sucesso e efetividade. No entanto, é preciso enfatizar que, dentro das famílias podemos dizer que há um sujeito ainda mais “responsabilizado”: a mulher, especialmente em sua dimensão materna; para a qual também as políticas parecem estar mais direcionadas (DRAIBE, 1997).

Os programas de ‘desenvolvimento’ têm como eixo o combate à pobreza, como preocupação a eficiência das medidas, e como alvo preferencial a família, sendo que dentro delas as mulheres. A principal estratégia é a chamada privatização da família ou a privatização da sobrevivência da família, propondo explicitamente a transferência de responsabilidades que deveriam ser assumidas pelo Estado às unidades familiares. (CARLOTO, 2006:144)

⁵ Não quero generalizar as conclusões chegadas com o TCC que se voltou para a análise de uma realidade específica, mas entendo que as reflexões a que cheguei podem ajudar a pensar outras situações.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), essa decisão tem como base estudos sobre o papel da mulher na manutenção da família e na sua capacidade em usar os recursos financeiros em proveito desta. Se não podemos discordar na essência com essa afirmação, não podemos deixar de lembrar que estas associações são frutos de um padrão de relações sociais construído historicamente⁶ e que pode gerar uma maior responsabilização das mulheres da dimensão privada da vida.

Em consonância com a precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa, o homem é considerado o chefe da família e a mulher, a chefe da casa. O homem corporifica a idéia de autoridade, como uma mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. À mulher cabe outra importante dimensão da autoridade: manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar. (SARTI,2003:28)

Os estudos em torno da questão de gênero⁷ têm adquirido extrema relevância na sociedade contemporânea e muito tem colaborado para as análises no campo das desigualdades existentes entre o mundo público e o privado. Freitas (2000) sinaliza também um crescente interesse pela questão da família (que tem repercussão direta na questão do gênero) nos tempos atuais, e as mudanças internas que esta vem sofrendo, como por exemplo, na redefinição dos papéis de seus membros; além do reconhecimento da existência de uma multiplicidade de tipos de organização familiar, ultrapassando o modelo da família nuclear.

Lavinias (2006) alerta para o fato de que se as mulheres mudaram, e também as famílias, o que não parece ter mudado é este compromisso e responsabilidade que têm as mulheres para com crianças e os idosos, enfim, para com a esfera familiar; independente do tipo de família em que se encontrem inseridas. Isto gera uma evidente sobrecarga, pois elas passam a assumir muitas vezes sozinha grande parte das responsabilidades, quando pessoas de referência da família, ou comprometem as suas chances de crescimento profissional, quando cônjuges.

Dessa forma, acredito que, quando se trata de qualquer trabalho com famílias, e mais especificamente aqui, quando o foco desta pesquisa são mulheres representantes do Programa Bolsa Família, é imprescindível que me aproxime da realidade destas, de suas dificuldades e

⁶ E nesse sentido o conceito de gênero será fundamental em nosso estudo.

⁷ O conceito de gênero, de acordo com Louro (1996), deve ser entendido não enquanto desigualdade de papéis, mas como uma construção histórica que supõe pluralidades, ou seja, admitindo que em diferentes sociedades possam existir diferentes concepções de homem e mulher, assim como no interior de uma mesma sociedade essas concepções podem ser diversificadas conforme classe, religião, raça e idade. Esse conceito será melhor debatido no primeiro capítulo dessa dissertação.

questionamentos, abrindo mão de conceitos previamente elaborados, e de idealizações, na busca de se construir propostas de trabalho mais efetivas.

Além disso, trabalhar com o conceito de gênero – que é um conceito relacional – leva-nos, necessariamente, a realizar uma análise de como se dá a relação entre homem e mulher dentro desta perspectiva de família beneficiária de um Programa de Transferência de Renda – inversão, divisão ou sobrecarga de posturas? Houve modificações nos posicionamentos? Nas responsabilidades e nas formas de atuação? Enfim, entendemos ser importante estudar os atuais arranjos familiares e como essa posição de representação/responsável legal do benefício interfere na sua forma de inserção familiar, ou seja, as conseqüências positivas ou negativas desta forma de se posicionar ou estar posicionada, já que é algo que não foi diretamente escolhido por elas.

Somando-se às experiências relatadas, a inserção no curso de mestrado do Programa de Estudos Pós Graduated em Política Social da UFF pôde me proporcionar um melhor aprofundamento na temática e em outras relacionadas, através dos conteúdos ministrados nas disciplinas e dos debates e seminários realizados em sala de aula. A disciplina “Sujeitos sociais e proteção social” foi de fundamental importância para mim na medida em que aborda questões relacionadas a construção, organização e práticas dos sujeitos sociais, à proteção social, famílias, redes e formação de identidades. A importância de enxergarmos a estreita vinculação entre estes temas e de se atentar mais profundamente para os sujeitos que são alvos das políticas, representaram algumas das maiores contribuições desta disciplina para a minha proposta de pesquisa.

Também a disciplina “Política social” foi de enorme contribuição para mim, pois trouxe, de forma bem ampla e ao mesmo tempo detalhada, o processo de constituição do sistema de proteção social brasileiro, sua trajetória e características principais; comparações entre sistemas de proteção social existentes em outros países; além de nos fazer refletir sobre direitos sociais; a importância dos atores coletivos e projetos políticos; etc.

Outra disciplina que gostaria de destacar é a de “Avaliação de políticas sociais” que, entre tantas contribuições, me possibilitou identificar a importância da política na avaliação de políticas sociais, além de me trazer conhecimentos sobre teorias, modelos de análise, instrumentos, técnicas e metodologias de avaliação. Além disso, nos possibilitou identificar as características da política social vis-a-vis o conceito de política e política pública, e pensar o processo de formulação e implementação de políticas.

Não me estendendo muito, a disciplina “Estado, sociedade e cidadania” também contribuiu muito, no sentido de pensar a importância das relações entre Estado e sociedade; e nos dilemas que

se colocam para a constituição da cidadania e as especificidades desta no Brasil. A disciplina optativa “Formação social do Brasil, proteção social e sujeitos sociais” foi fundamental ao realizar uma discussão acerca do desvendamento de paradigmas que norteiam tradições de conhecimento e que servem de base para a construção de políticas. Essa disciplina me possibilitou refletir sobre alguns conceitos e modelos dominantes que subjazem a construção de propostas políticas.

Finalizo ressaltando a contribuição da disciplina optativa “Direitos Humanos, Segurança Pública, Infância e Adolescência”, que aparentemente seria a que menos poderia me acrescentar devido à distância entre a minha temática e a proposta pela disciplina. No entanto, ao trazer temas como violência, conflitos, Direitos Humanos e debates em torno da criminalização da pobreza, foi de fundamental importância para mim, ao proporcionar reflexões sobre as transformações sociais e suas respectivas repercussões na compreensão dos conceitos de violência, direitos e justiça. Além de possibilitar a análise do processo de criminalização da pobreza enquanto uma construção histórica e social com efeitos perversos para a constituição da cidadania e a garantia dos direitos.

Optei por enfatizar bem a importância dos temas de cada disciplina, pois me trouxeram o amadurecimento necessário para que eu pudesse desenvolver um trabalho que acredito ser relevante enquanto instrumento de crescimento profissional. Além disso, pensar a relação entre o atual sistema de proteção social e a importância da pesquisa no deciframento da realidade vivida por essas mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade, é fundamental para a formulação de propostas que se desdobrem em alternativas de políticas eficazes. Um projeto que se pautar na construção de uma visão que possa abranger as especificidades do outro, dando visibilidade à vivência dessas mulheres enquanto mães, chefes de família e beneficiárias em sua relação direta com os processos de implementação de políticas públicas desenvolvidas em nosso país.

De acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), o número atual de beneficiários do município de Niterói corresponde à 13.111 famílias. Entretanto, não foi possível obter os dados referentes à população beneficiária dividida por bairros.⁸ Dessa forma, não se dispõe do quantitativo atual de beneficiários residentes no bairro Badu – local escolhido para a realização desta pesquisa.

Segundo dados fornecidos pelo Núcleo de Benefício e Renda de Cidadania do município de Niterói, referentes ao ano de 2008, o bairro possuía, à época, um total de 533 famílias cadastradas e 256 famílias beneficiárias. O CRAS Badu hoje apresenta um total de 1772 famílias cadastradas no

⁸ De acordo com a Assistente Social do Núcleo de Benefício e Renda de Cidadania – órgão responsável pela gestão do PBF – o Núcleo ainda não possui esses dados. A mesma enfatizou as dificuldades que se apresentam em função da falta desses números, principalmente para a realização do trabalho dos CRAS.

CADÚNICO, sem, no entanto, dispor do número exato de famílias do Badu que recebem o benefício do PBF. Isto certamente acarreta grandes obstáculos para a realização de um trabalho de qualidade voltado para essas famílias.

A escolha deste bairro para a realização da pesquisa se deu em virtude de alguns fatores, entre eles a questão da minha proximidade com o bairro e do fato deste já ter sido alvo de pesquisas anteriores, o que facilitou o acesso à instituição que serviu de campo para a realização das entrevistas.

Dessa forma, essa dissertação tem como objetivo principal, analisar os significados que o Programa Bolsa Família assume na vida das mulheres beneficiárias na comunidade do Badu (Pendotiba – Niterói). Assumo como objetivos específicos a investigação dos possíveis efeitos da inserção no Programa Bolsa Família no empoderamento ou não dessas mulheres, avaliando de que modo a posição de representação/responsável legal do benefício influi na sua forma de inserção familiar e na sua relação com a comunidade. Outra dimensão que privilegiei foi identificar de que forma elas utilizam o dinheiro do benefício, já que as formas de utilização do dinheiro do benefício poderão nos fornecer alguns elementos importantes para compreendermos de que forma essas famílias organizam seu cotidiano, suas interpretações acerca do valor monetário recebido e do próprio Programa, quais os parâmetros utilizados para a alocação desse benefício etc.

Reflexões metodológicas

Esta pesquisa possui um olhar voltado para os sujeitos sociais – neste caso, as mulheres – e por isso, a preocupação em buscar suas falas. Para resgatar esse sujeito é fundamental discutir as relações de gênero como uma relação social e simbólica. Trata-se, dessa forma, da construção de sujeitos, da construção – permanente – da identidade ou identidades possíveis. Trata-se de sujeitos constituídos no gênero, mas não apenas pela diferença sexual (é fundamental não esquecer a necessária transversalidade do conceito de gênero). Como afirmam Freitas e Braga (2008⁹), a análise thompsoniana resgata a importância do conceito de experiência para o entendimento dos conceitos de classe ou de consciência de classe, no entanto, enfatizam que essa experiência é permeada pela dimensão de gênero. Entendo que esse conceito nos possibilita pensar também o cotidiano das mulheres – que vivenciam as experiências de classe de modo diferenciado; “isso,

⁹ Inspiradas pela contribuição de Saffioti (1992).

poderia corresponder aos apelos de Joan Scott a favor de uma história centrada nas experiências das mulheres e nas maneiras pelas quais o político constrói o gênero e o gênero constrói o político” (FREITAS e BRAGA, 2008, p. 13).

Pensar gênero significa refletir sobre duas dimensões: primeiro, o gênero como, uma relação social e não como uma questão biológica. Segundo, este conceito traz consigo a noção de uma distribuição desigual do poder, que gera a subalternização da mulher na organização da vida social (SCOTT, 1991). Assim, estou de acordo com Joan Scott quanto á força potencialmente crítica dos estudos sobre mulheres para o enriquecimento de análises – e, neste caso, para a construção de políticas voltadas para esses segmentos. Isso implica trazer a tona a voz dessas mulheres, captando seus valores e expectativas.

Dessa forma, o resgate das falas traz necessariamente à tona o trabalho com a história oral. Através das experiências anteriores já relatadas, pude me aprofundar desta metodologia. A utilização deste instrumento se torna relevante na medida em que possibilita ouvir a voz dos sujeitos, conhecer suas experiências, opiniões, sonhos, objetivos, valores etc. Como já afirmava Paul Thompson (1992), a história oral é mais “democrática” exatamente porque permite o resgate das falas dos chamados “outros” da história, como os negros, os pobres, os perdedores e também as mulheres, tradicionalmente expulsas da “história oficial”. Desta forma, optamos neste estudo, pela metodologia da história oral, de modo a valorizar as narrativas e atribuir significados à vivência dos sujeitos.

Um trabalho como esse necessita estar atento também para: de um lado, buscar estratégias de aproximação a essas mulheres e ao modo como proceder ao desenvolvimento da entrevista. Por outro lado, é necessário atentarmos para o modo como procedemos à análise – “ao modo como, no desenvolvimento da pesquisa, transmitimos, analisamos e construímos uma interpretação dessas histórias” (FREITAS e BRAGA, 2008, p.17). A escuta visa à construção de um discurso, de uma narrativa e a preocupação será registrar a “voz dessas mulheres” e, assim, nos aproximarmos de uma “leitura” possível das experiências e dos processos históricos que viveram (uma leitura que envolve o olhar feminino, uma posição de classe, etnia, idade, etc.). Ao guardarem os traços das experiências vivenciadas, essas mulheres trazem consigo um conjunto de fatores que reflete hoje diretamente em sua postura enquanto indivíduos que buscam direitos, mas que estão enquadradas como beneficiárias de um Programa de Transferência de Renda, o que repercute na própria forma de apreensão do Programa.

Diante disso, a perspectiva metodológica adotada nesta pesquisa é de natureza qualitativa e optamos pela utilização da história oral. Para o resgate dessas falas, decidimos pela aplicação de entrevistas semiestruturadas com mulheres beneficiárias e representantes legais do benefício do PBF, residentes do bairro Badu em Niterói. A princípio, os locais escolhidos para a realização da pesquisa eram a Policlínica Dr. Barros Terra e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS Badu) como meio de obter maior aproximação com as mulheres beneficiárias. No entanto, devido à constatação da falta de acompanhamento das famílias pelo CRAS¹⁰, optou-se por realizar as entrevistas apenas na Policlínica Dr. Barros Terra. Como há a necessidade do cumprimento das condicionalidades da saúde do PBF pelas famílias, essas mulheres costumam ir com certa frequência às instituições de saúde. O acesso ao local foi previamente acordado com os profissionais, além deste se constituir campo de pesquisa já utilizado em trabalho anterior, referente ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Assim, essa dissertação está dividida nos seguintes capítulos: No primeiro capítulo, de início apresenta-se uma breve conceituação de proteção social, abordando primeiramente a proteção social primária, de acordo com as conceituações de Castel (1998), para em seguida refletir sobre questões referentes às transformações na família, às famílias pobres, ao papel das mulheres na formação das redes sociais e na construção destas formas de proteção. Também abordo neste capítulo a temática das relações de gênero e a questão do empoderamento feminino.

No segundo capítulo, estuda-se o sistema de proteção social brasileiro, entendido aqui enquanto forma de proteção social secundária, abordando de forma sintetizada de que forma ocorreu a construção e o desenvolvimento de políticas sociais, chegando até a implementação dos programas de transferência de renda; e mais especificamente o Programa Bolsa Família – foco deste trabalho.

No terceiro capítulo, apresentamos primeiramente a cidade de Niterói e alguns de seus dados, importantes para a análise; passando para a exposição de aspectos referentes à operacionalização do Programa Bolsa Família no município de Niterói e dados referentes à população beneficiária de cada região. Em seguida, apresentamos o local de pesquisa: o bairro Badu; com seus dados, características, instituições e outros aspectos que sejam considerados relevantes para o que convém realizar nesta pesquisa; além da apresentação da instituição escolhida para a realização da pesquisa: a Policlínica Dr. Barros Terra.

¹⁰ Está questão será melhor aprofundada no decorrer desta pesquisa.

O quarto capítulo aborda a pesquisa em si. Tratadas questões referentes à aproximação ao campo e às mulheres beneficiárias, da aplicação da metodologia, da análise e problematização dos resultados apontados pelas entrevistas junto às referências teóricas. Por último, apresento as considerações finais do estudo.

É importante enfatizar que acredito na importância da entrevista, e que é preciso avaliar sempre as respostas e as situações através de uma ótica de complexidade dos problemas enfrentados por essas pessoas para, pelo menos, tentar chegar um pouco mais perto daquela realidade que nos foi apresentada. Esta aproximação é de valiosa importância na elaboração e implementação de qualquer política social se o que se busca é a efetividade da mesma e a garantia dos direitos da população a ser atingida. Ressalto aqui mais uma vez a importância de se resgatar/dar visibilidade aos sujeitos das políticas, conhecer mais de perto suas experiências, seu cotidiano, seus valores, opiniões e etc. Além da importância de pensarmos a política social sob a perspectiva de gênero.

A entrevista é também de igual relevância quando nos permite pensar a prática do Serviço Social inserido nesta mesma perspectiva de garantia de direitos, pois através da utilização desta metodologia, é possível formular propostas profissionais mais eficazes e mais condizentes com a realidade daqueles com os quais nos propomos a trabalhar.

CAPÍTULO I: PROTEÇÃO SOCIAL E FAMÍLIAS – APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Conhecendo o conceito de Proteção Social

A pertinência da discussão sobre proteção social e famílias para esta pesquisa reside no reconhecimento das estreitas relações entre as formas de proteção social viabilizadas pelas famílias aos seus membros, e a forma de proteção social viabilizada pelo Estado, ou seja, aquela que se configura enquanto ação pública destinada a proteger a sociedade e os indivíduos em situações de dependência e insegurança social. Para qualquer análise sobre políticas públicas, é necessário ter em mente que as diferentes políticas estão sempre relacionadas às inúmeras propostas de sociedade e aos distintos modelos familiares construídos ao longo da história. Cabe, portanto discutir o significado da proteção social, considerando que família, Estado e mercado são alguns dos eixos que se encontram interligados nessa discussão. As respostas do Estado através de políticas sociais e as formas de concepção, formulação e gestão destas, estão intrinsecamente vinculadas às concepções de família, à organização das relações de gênero em sociedade, entre outros tantos fatores.

Portanto, de início, acredito ser necessária uma breve discussão acerca daquilo que entendemos por proteção social de uma forma geral, para que depois, possamos analisar as características da proteção social primária e da proteção social secundária no Brasil, a partir da utilização dos conceitos elaborados por Castel (1998) e que serão posteriormente expostos.

Assim, o termo proteção social pode ser compreendido sob diferentes perspectivas. Atualmente, ao analisarmos a literatura sobre o assunto, encontramos mais rapidamente aquela que se reporta aos Estados de Bem-Estar, e que trata da proteção social enquanto o conjunto de políticas existentes em um dado país. No caso do Brasil, o foco (ou discurso) recai no presente momento sobre as políticas de combate à pobreza. No entanto, o sistema de proteção social, entendido enquanto um conjunto de políticas ou programas, não pode ser descolado da análise da proteção social como um todo. Ou seja, é imprescindível nos remetermos sempre à existência de outras tantas formas de proteção social construídas há séculos e que persistem até hoje, mas que muitas vezes não são devidamente notadas ou valorizadas.

Di Giovanni traz uma descrição interessante para refletirmos sobre o significado de proteção social:

[...] as formas – às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. Incluo neste conceito, também tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto de bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social. Incluo, ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades. Isto significa que as sociedades sempre alocaram recursos e esforços em suas atividades de proteção social¹¹.

Segundo o autor, toda sociedade humana desenvolve algum tipo de proteção social, que varia conforme critérios históricos e culturais próprios e envolve necessariamente uma dimensão de poder. A literatura sobre proteção social é vasta e dentro dela, é conveniente tomarmos as contribuições de Castel (1998) como um ponto de partida nesta análise. Para este autor, a proteção social não é um sistema novo, assumindo diferentes formas nas mais diversas sociedades. Castel caracteriza o sistema de proteção social a partir de duas dimensões: uma baseada numa “sociabilidade primária” e outra, numa “sociabilidade secundária”.

A sociabilidade primária seria regida por vínculos estabelecidos na relação de proximidade, pertencimento, interdependência, representada por “sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas”. No entanto, na medida em que as sociedades vão se complexificando, esses laços existentes na proteção primária tendem a se

¹¹ Cf. <http://geradigiovanni.blogspot.com/2008/08/sistema-de-proteo-social.html>.

tornar mais frouxos, necessitando da existência de uma sociabilidade secundária para o atendimento de determinadas necessidades mais especializadas. Esta seria baseada em “sistemas relacionais deslocados em relação aos grupos de pertencimento familiar, de vizinhança, de trabalho. A partir desse atrelamento, vão se desenvolver montagens cada vez mais complexas que dão origem a estruturas de atendimento assistencial cada vez mais sofisticadas.” (CASTEL,1998). A sociabilidade secundária representaria o momento em que se institucionaliza de fato a proteção social.

Costa (2000) destaca a importância de se considerar as singularidades do caso brasileiro, alertando para conceitos presentes no estudo de Castel que não podem ser aplicados mecanicamente à nossa realidade; além da cautela a respeito de diferenças existentes entre uma dada sociedade salarial e outra não-salarial. A autora nos relembra sobre a existência de vínculos de proteção e dependência no período da escravidão: entre senhores e escravos, entre escravos e entre senhores; revelando o quão complexa é essa teia de relações sociais constituídas ao longo de nossa formação e como as trocas se processam de diversas formas. Entretanto, tomando as devidas precauções, as contribuições de Castel nos são muito úteis para nos ajudar na definição dessas distintas formas de proteção.

Também as contribuições de Polanyi (1980) e Thompson (1987) mesão valiosas. Apesar de terem como foco experiências de contextos específicos e muito distintos do caso brasileiro, apontam movimentos de resistência e de defesa da proteção social mais próxima, ou seja, aquela presente em práticas e costumes familiares e comunitários. Polanyi (1980), que tem como objeto a experiência de transição inglesa em meio ao avanço das relações capitalistas, aponta a existência de um duplo movimento que, se por lado impulsiona a evolução do mercado, por outro, se traduz em formas de resistência da classe trabalhadora.

A la vez que la organización de mercados mundiales de mercancías, de capitales y de divisas, bajo la égida del patrón-oro, impulsaba de un modo sin precedentes el mecanismo de los mercados, nacía un movimiento subterráneo para resistir a los perniciosos efectos de una economía sometida al mercado. La sociedad se protegía de los peligros inherentes a un sistema de mercado autorregulador: tal fue la característica global de la historia de esta época.(POLANYI, 1980: 116)

Assim, pensar em proteção social nos remete a refletir sobre as diversas formas de preservação das formas tradicionais de sociabilidade e na vida em comunidade de uma forma geral. São práticas voltadas para a segurança, assistência e proteção dos membros de uma dada coletividade, existentes desde as primeiras civilizações até os dias de hoje. Atentar para a

perspectiva da longa duração histórica desse fenômeno se torna fundamental. Para Costa (1995) a proteção social deve ser vista enquanto:

[...]uma regularidade histórica de longa duração, de diferentes formações sociais, tempos e lugares diversos... Tal orientação permite verificar que diferentes grupos humanos, dentro de suas especificidades culturais, manifestem, nos modos os mais variados de vida, mecanismos de defesa grupal de seus membros, diante da ameaça ou de perda eventual ou permanente de sua autonomia quanto à sobrevivência. (COSTA,1995:99).

Lanna (2000), ao analisar a obra “O Ensaio sobre a dádiva” de Marcel Mauss, nos mostra como este sociólogo revela a troca de dádivas como parte constituinte de toda sociabilidade e presente em diversas sociedades, sendo estas capitalistas ou não. A obra postula um determinado entendimento da constituição da vida social marcada por um constante dar-e-receber, enfatizando a dimensão da troca como elemento fundante das alianças, tanto matrimoniais, quanto políticas. Ou seja, as trocas adquirem diferentes sentidos; e são praticadas de forma diferenciada de acordo com tempos e lugares.

No caso do Brasil, para Góis (1996), é imprescindível analisar a história da Proteção Social uma vez que sua emergência está intrinsecamente ligada à própria colonização brasileira e o processo de transformação do país em um Estado/Nação. Dessa forma, o conceito de Proteção Social, especificamente no caso brasileiro, deve embasar-se também nas ações humanas voltadas à auto-ajuda e ajuda mútua.

O autor, ao discorrer sobre a construção do processo brasileiro de proteção social, nos mostra que o desenvolvimento dessas ações humanas voltadas à mútua-ajuda, não se deslocam dos processos estruturais do capitalismo, mas não lhes são totalmente subordinados. Góis (1996) considera que a reprodução social das camadas mais pobres da população brasileira é historicamente realizada com certa autonomia em relação ao Estado, mas sempre contando com o funcionamento das relações familiares e das redes construídas, enquanto formas de solidariedade social e medidas de proteção.

Assim, podemos dizer que a proteção social que podemos chamar de primária, se remete às ações cotidianas que se desenvolvem através de diversas relações sociais, ou seja, relações que se desenvolvem com os amigos, vizinhos e principalmente com a família (GÓIS, 1996). Esta última é geralmente tida como principal responsável pela proteção social primária, especialmente no que se refere às camadas sociais mais pobres da população, as quais desenvolvem práticas e mecanismos

de sobrevivência através da construção das redes de proteção¹². No Brasil, historicamente essas redes foram determinantes para a construção do aparato nacional de proteção social, como falarei de forma mais aprofundada adiante. Os cuidados da casa, da família, que também são instrumentos de preservação, são muito pouco analisados devido à construção e reprodução de paradigmas que predominantemente voltam seu olhar para as ações do Estado e acabam por ocultar a existência dessas redes de trocas e cuidados (COSTA, 2002).

Dito isto, a importância de se considerar a proteção social como ações praticadas nas relações sociais tais como na família ou na comunidade não significa que devemos desconectá-la dos processos de estruturação do regime capitalista e da atuação do Estado. Apesar de alguns teóricos darem maior visibilidade à dimensão da provisão de políticas e serviços sociais pelo Estado e desconsiderarem as ações protetivas de longa data, o processo de institucionalização dos sistemas protecionistas deve ser devidamente analisado enquanto um processo intrinsecamente vinculado às relações existentes entre a dimensão pública e a dimensão privada da vida.

A valorização da dimensão pública em detrimento da privada ocasiona, entre outros fatores, maior destaque às ‘iniciativas’ vindas das estruturas de poder representadas pelas ações do Estado na implantação, operacionalização e gestão de políticas próprias dos sistemas de proteção social. Como por exemplo, aqueles desenvolvidos nas sociedades capitalistas europeias na metade do século XX.

Pensar em proteção social desconsiderando a articulação das esferas pública e privada não nos permite analisar de forma mais ampla as consequências dessas inter-relações no cotidiano de aplicação das atuais políticas sociais. Além disso, a desconsideração da importância do papel da família e da mulher, e a falta de legitimidade que se vincula às ações de proteção social praticadas por estas, favorece a reprodução de desigualdades nos mais variados setores da vida social.

Como destaca Mesquita (2010), pensar em proteção social de forma ampliada favorece a publicização de espaços importantes, além de trazer para o debate o papel da família na promoção de bem-estar e em suas estratégias de sobrevivência – verificadas mais comumente nas famílias mais pobres. Dentro disto, é imprescindível que voltemos nossos olhares para as mulheres dessas famílias. A autora, que tem como objeto de estudo as estratégias de proteção social utilizadas pelas famílias monoparentais femininas, ressalta a importância de pensarmos no papel que essas mulheres desempenham dentro de seus arranjos familiares como principais mecanismos de sobrevivência e proteção de muitas pessoas.

¹² Embora não possamos negar a importância das redes também em famílias de camadas médias, os estudos em geral se voltam mais para as camadas populares.

Seu estudo aponta ainda uma discussão que considero muito importante para a análise das relações entre sistemas de proteção social, famílias e ação do Estado. A autora afirma que pensar nestes sistemas desconsiderando a família como importante mecanismo privado de proteção significa esquecer a função que a estrutura familiar desempenhou e ainda desempenha neste sistema; dado que “a presença efetiva de um estado voltado para a redução da situação de vulnerabilidade e bem estar da população, para além de garantir a segurança, em especial dos mais pobres, é muito recente.” (MESQUITA, 2010, P.16).

Contudo, antes de me deter na discussão de famílias, é importante dizer que as mulheres historicamente sempre exerceram um papel central nas famílias, sejam elas pobres ou não. Para este trabalho, é fundamental considerarmos que o papel da mulher no lar e fora dele, tem como base a organização das relações de gênero presente em nossa sociedade. Relações que determinam (e são determinadas por) concepções e formas definidas de se pensar, de agir e de se posicionar diante do outro. Essas mesmas concepções de gênero subjazem as políticas públicas destinadas às famílias pobres. Portanto, a discussão sobre as relações de gênero é importante para que possamos refletir e analisar de que forma concepções acerca do que é ser mulher, família, sujeito, enquanto frutos de construções históricas estão refletidas hoje em muitas de nossas políticas.

Costa (2010) traz uma importante reflexão neste sentido, sobre a utilização de conceitos que desenvolvemos e que na verdade fazem parte de processos sociais de longa duração histórica e de tempos múltiplos; e que por isso devem ser analisados tendo em vista determinados aspectos como memórias, tradições de conhecimento e recortes que organizam e definem as formas pelas quais esses conceitos são utilizados e expressos.

Assim, passo agora à discussão sobre as relações de gênero, e após isso, trato da questão do empoderamento, que se constitui um dos pontos de investigação nesta pesquisa, para num segundo momento, refletirmos acerca da família.

Relações de gênero e a questão do empoderamento feminino

A partir do momento em que focamos neste trabalho a pesquisa com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, estamos necessariamente falando de um recorte de gênero. Como um dos aspectos a serem analisados envolve a dimensão das relações de gênero, nada mais correto e necessário, que tratemos aqui de alguns pontos importantes deste debate.

Podemos dizer que na sociedade, as relações de gênero fazem parte da dinâmica social das desigualdades, onde as diferenças ‘naturais’ entre os sexos masculino e feminino baseadas em aspectos biológicos são utilizadas enquanto critérios de hierarquização para a distribuição de papéis e de poder. Estas diferenças acabam por originar desigualdades a partir do momento em que os indivíduos passam a ocupar posições diferenciadas na estrutura social, econômica e política em dada sociedade.

Scott (1991) aponta as diversas formas de utilização da categoria gênero a partir da ótica dos historiadores em geral, de antropólogos, das feministas, nas análises marxistas etc. E em seu clássico estudo, a autora define que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (1991, p.14) Dessa forma, o gênero seria um espaço em que o poder pode ser percebido, articulado e disputado, que estrutura a organização da vida social. O gênero não seria o único campo, mas se constituiria o meio recorrente de se tornar eficaz a significação do poder.

Saffioti (1994) agrega mais uma importante dimensão na abordagem de gênero, enfatizando a multiplicidade do sujeito constituído em gênero, raça/etnia e classe e defende a paridade entre estes eixos dada a importância de cada um na organização das relações de poder. Ou seja, entende-se gênero como um conceito que contém em seu interior uma transversalidade necessária para a análise de determinada realidade.

Afirmar que o gênero vem em primeiro lugar significa atribuir-lhe primazia sobre os demais eixos de estruturação social, o que contraria as idéias nucleares aqui expressas. Colocam-se os três eixos na mesma posição, acreditando-se que não cabe ao cientista ordená-los em termos de sua capacidade de estabelecer ópticas de percepção e análise da realidade. A conjuntura do momento determinará qual os três eixos deterá a preeminência dos sujeitos em interação. Há que se pôr em relevo a reciprocidade entre, de uma parte, o gênero, a raça/etnia e a classe, e, de outra, a sociedade como um todo. (SAFFIOTI, 1994, p.280)

Assim, essas contribuições são de suma importância para pensarmos a relação existente entre estas categorias, compreendendo de que forma elas estruturam a vida em sociedade, as relações sociais, e de que forma se tornam parâmetros que organizam as relações de poder.

É a partir do gênero que se percebe o modo como socialmente as diferenças biológicas foram transformadas em diferenças sociais. O conceito de gênero, baseado numa oposição entre o masculino e o feminino é, portanto, um conceito iminentemente relacional. Essa naturalização da diferença socialmente construída entre os gêneros acaba operando uma lógica de dominação

exercida em nome de um princípio simbólico, que é reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado. Ou seja, ocorre aí a incorporação da lógica de dominação, advindo daí o conceito de violência simbólica (BOURDIEU, 1999).

Esses esquemas de pensamentos são responsáveis por estruturar a construção dos papéis familiares, o papel do homem, da mulher, do pai, da mãe etc. Uma construção que enaltece o papel do homem, ao mesmo tempo em que secundariza ou torna inferior o papel da mulher perante este. E como é relacional, essa visão também opera uma série de segregações entre os distintos papéis de homens e mulheres, a partir de uma lógica de espaço, definindo assim o que é o lugar de um e de outro

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar da assembleia ou do mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação femininos. (BOURDIEU, 1999:18)

A partir disto, podemos dizer que essa lógica de dominação masculina ainda muito presente em nossa sociedade, coloca o pólo de poder nas mãos dos homens em detrimento das mulheres. Daí o interesse deste trabalho na questão do empoderamento feminino.

Para a análise aqui empreendida, importa salientar a importância das relações de gênero como aspecto de influência na constituição dos sujeitos. Assim, levando em conta ainda as considerações de classe somadas às de gênero, podemos notar que no caso das famílias mais pobres, a divisão de papéis entre homens e mulheres construído a partir da organização das relações de gênero, pode apresentar ainda alguns fatores agravantes devido ao grau de vulnerabilidade que se encontram. Sarti (2003) neste sentido, aponta que:

Se a vulnerabilidade feminina está em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem – o que a enfraquece em face deste mundo, que, por sua vez, reproduz e reitera as diferenciações de gênero -, o lugar central do homem na família, como trabalhador/provedor, torna-o também vulnerável, porque o faz dependente de condições externas cujas determinações escapam a seu controle. Este fato torna-se particularmente grave no caso da população pobre, exposta à instabilidade estrutural do mercado de trabalho que a absorve. (SARTI, 2003, p.29).

Trazendo toda essa discussão para o nosso debate sobre as políticas públicas, destaco aqui uma frase de Scott que aponta a importância de pensarmos sobre nossos métodos de análise e que muito nos ajuda a pensar as questões em termos de historicidade: “Temos que nos perguntar mais frequentemente como as coisas aconteceram para descobrir porque elas aconteceram.” (SCOTT, 1991, p.14) Com isso, a autora quer nos mostrar que não devemos procurar origens únicas ou causas universais de um determinado processo, e sim, considerar que os processos são frutos das próprias relações que desenvolvem entre si. Quero dizer com isso que é fundamental analisarmos de que forma a organização das relações de gênero (assim como as questões de classe) em nossa sociedade, influi ou modela a estruturação de nossas políticas.

Segundo modos diferentes, por exemplo, o regime democrático do século XX tem igualmente construído as suas ideologias políticas a partir de conceitos de gênero que se traduziram em políticas concretas; o Estado Providência, por exemplo, demonstrou seu paternalismo protetor através de leis dirigidas às mulheres e às crianças.(SCOTT, 1994, p.19)¹³

Portanto, considerando que vivemos em uma sociedade organizada segundo determinados padrões e relações de gênero que configuram até mesmo os modos de construção de nossas políticas, é preciso nos questionarmos em que medida as atuais políticas contribuem para reverter –ou não – o processo de reprodução dessas relações. Esse questionamento nos remete, entre outras coisas, à discussão sobre empoderamento.

De acordo com Magdalena León (2000), os conceitos de *empowerment*¹⁴ e empoderamento não são recentes, já aparecendo em textos da segunda metade do século XVII. Embora este conceito tenha sido amplamente utilizado pelos movimentos feministas, relacionados diretamente à ideia de poder, não há um consenso total quanto ao sentido de empoderamento, que pode assumir diferentes significados para cada indivíduo.

¹³ Ver também Bott (1976) e Lefaucher (1991).

¹⁴ A palavra *empowerment* tem origem anglo-saxônica e de acordo com Mills (1996 apud Stotz e Araújo, 2004), é visto, na cultura empresarial, como delegação de poder enquanto forma de motivação profissional e de melhoria da comunicação e da produtividade em grupos de trabalho e em empresas.

Los avances en la conceptualización han significado ya búsqueda de estrategias holísticas para el empoderamiento, y con ello se ha enfatizado que no hay fórmula mágica o diseño infalible, que no hay receta única, ni modelo prescriptivo. El empoderamiento no es un proceso lineal con un inicio y un fin definidos de manera igual para las diferentes mujeres o grupos de mujeres. El empoderamiento es diferente para cada individuo o grupo según su vida, contexto e historia, y según la localización de la subordinación en lo personal, familiar, comunitario, nacional, regional y global. (LÉON, 2000, p.13)

A argumentação da autora é importante no sentido de que, em algumas literaturas se pode verificar o conceito de empoderamento ligado também às questões relacionadas ao aumento de auto-estima, à participação política, à autonomia, identidade, desenvolvimento de determinadas capacidades, à tomada de decisões etc.

Léon (2000) ressalta que o empoderamento enquanto auto confiança e auto-estima deve ser integrado em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Para ela, o conceito deve ser compreendido como abarcando duas dimensões: uma coletiva e outra individual. Assim, o empoderamento implica no reconhecimento das restrições sociais a que um grupo está submetido e da necessidade de reversão dessa situação, por meio de mudanças em um contexto amplo e público (como por exemplo a inserção em cargos de poder e de decisão) e também em contextos mais específicos ou individuais (como é o caso do aumento de auto-estima, autonomia, etc).

Outra conceituação importante a ser destacada é a que define empoderamento como “aumento do poder e autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, dominação e discriminação social.” (VASCONCELOS, 2003 *apud* GARCIA, 2006, p.13).

Assim, no que diz respeito às discussões sobre gênero e o papel da mulher na sociedade contemporânea, a categoria empoderamento abre espaço para novas perspectivas que problematizam as heranças arraigadas e construídas sob as bases patriarcais. Como o próprio termo nos remete, o processo de empoderamento das mulheres envolve uma dimensão de poder e, portanto, de mudança de relações, como apontam alguns autores:

O acesso e uso do poder pelas mulheres representam, assim, um desafio às relações patriarcais, principalmente no ambiente familiar, uma vez que desafiam o poder do homem e ameaçam seus privilégios, sinalizando a possibilidade de mudança na relação de dominação dos homens sobre as mulheres. (CORTEZ & SOUZA, 2008, p.179)

Essa dimensão de mudança nas relações de dominação, construída a partir das diferenciações de gênero, pode ser considerado o objetivo final (e às vezes único) do empoderamento das mulheres. Entretanto, do meu ponto de vista, acredito que o empoderamento faz parte de um processo complexo e longo de mudanças que aos poucos articula elementos e vai tomando força para o alcance deste objetivo final. Com isto quero dizer que são muitos os fatores que podem compor e representar o empoderamento das mulheres, tanto no âmbito doméstico da vida familiar, quanto nos espaços públicos.

Dessa forma, para o que convém investigar neste trabalho quanto ao empoderamento de mulheres a partir da inserção no Programa Bolsa Família, busco identificar a ocorrência ou não deste processo a nível pessoal e individual, e em relação às suas interações familiares, conjugais, e comunitárias, levando em consideração aspectos como auto-estima, autonomia; liberdade e capacidade de tomada de decisões; participação em grupos ou movimentos sociais etc.

Agora, será importante debatermos sobre a temática que trata das famílias brasileiras e as transformações históricas ocorridas em seu âmbito, questões de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho. É necessário enfatizar que os eixos de debate aqui apresentados representam discussões interligadas que não podem deixar de ser tratadas, tendo em vista o objetivo da pesquisa.

Famílias brasileiras e suas transformações

Podemos concluir então que as ações de proteção social primária existiram, em diversas sociedades, e especialmente na família, onde o papel da mulher sempre foi e ainda é fundamental¹⁵. Mas o que podemos entender por “*família*”?

Primeiramente, é importante apontar a diferenciação entre pensar em “*família*” ou em “*famílias*”. Quando trabalhamos com o conceito de “*famílias*”, estamos admitindo a existência de uma multiplicidade de tipos e de arranjos familiares os mais diversos possíveis. Estamos, por conseguinte, trabalhando com uma realidade que está em constante transformação (FREITAS, 2000). Portanto, para que qualquer análise sobre famílias tenha êxito, é necessário desnaturalizar a família e reconhecê-la enquanto construção social. A naturalização ignora sua historicidade e acaba

¹⁵ É importante nesse sentido, a análise das relações de gênero para entendermos o modo como a divisão de papéis entre homens e mulheres (com rebatimentos no interior das famílias) é construída, como vimos no início deste capítulo. Sobre o conceito de gênero, ver por exemplo SCOTT (1991), LOURO (1996) ou SAFIOTTI (1992) entre outros.

por considerá-la como uma instituição interiormente homogênea (CARLOTO,2010). Essa visão que naturaliza a família se torna ainda mais perigosa quando se desloca para o âmbito público e se materializa através de políticas que se voltam para as próprias famílias:

As imagens reforçadas pela naturalização são encontradas não só nas relações pessoais cotidianas, mas também nos princípios e práticas que norteiam a formulação da legislação, das políticas sociais, ‘quer se fale de recuperar valores familiares, de encorajar a solidariedade familiar, ou, inversamente de uma família que expulsa os seus membros doentes ou necessitados. (CARLOTO,2010: 452).

Freitas afirma que pensar em famílias significa pensar uma realidade em constante transformação e aponta também para a importância de se atentar para outros fatores importantes para análises nesse campo:

Qualquer análise acerca da família tem de se ater às condições que essas famílias vivem. Não existe a Mãe, assim como não existe a Mulher ou a Família. A construção desses papéis é rasgada a todo instante pelo tecido social em que vivemos. Pensar em família sem ater para as diferenças de classe implica conhecer bem pouco desse objeto de estudo. (FREITAS,2002:81).

Devemos, então, compreender que os modelos de família são construídos historicamente, de acordo com determinados contextos e em função de necessidades específicas. Além disso, é fundamental levar em consideração as questões de classe que perpassam os diferentes cotidianos familiares.

Acerca dos modelos de família, é necessário frisar que o modelo de família patriarcal ainda apresenta seus reflexos nos dias atuais. Este modelo se estrutura de modo que a entidade da família se torna fundamentada no princípio da autoridade, com as características de uma entidade política, obediente ao patriarca. É um modo de organização social fundamentado no poder do “pai”, com prevalência das relações masculinas sobre as femininas.

Entretanto, como afirma ManuelCastells (2000), representa uma dimensão que não se restringe apenas ao âmbito do núcleo familiar, permeando todas as outras instituições presentes na sociedade. O autor aponta a existência de uma ‘crise’ do patriarcado e vincula essa crise à determinados fenômenos como: mudanças nas estruturas familiares, os novos papéis das mulheres na economia, os movimentos feministas e às mudanças tecnológicas na reprodução. Sabemos, contudo, que muitos resquícios desse modelo ainda são encontrados nas sociedades atuais, fazendo com que aspectos do patriarcado ainda persistam.

A separação entre as esferas pública e privada representa o momento em que comumente associamos ao surgimento da família moderna. Há uma clara dissociação entre as esferas da produção e da reprodução, onde a família torna-se o local do mundo privado, espaço da vida doméstica, lugar do feminino, dos afetos e das práticas de cuidados; enquanto de outro lado, tem-se o domínio do público, dos interesses impessoais e racionais, lugar da política e dos negócios e arenas exclusiva dos homens (CARLOTO, 2010).

Assim, o público passou a representar tudo o que se relaciona ao Estado, à coisa pública, e o privado à esfera familiar, da casa. Associações que se constituíam enquanto característica fundamental do pensamento liberal. A família é privatizada e sua função social é redefinida, sendo conhecida por família nuclear burguesa. Este modelo de família (que convive com outros modelos) representado pela figura do pai, da mãe e dos filhos, é evidenciado aqui no Brasil de forma mais clara na chamada Era Vargas, sendo até hoje numericamente e em termos representacionais hegemônico em nossa sociedade.

No entanto, a literatura aponta a existência de diversas tipologias de famílias, o que não se objetiva trabalhar detalhadamente aqui. O que convém neste momento é apontar que as estruturas e modelos familiares sofreram diversas modificações ao longo da história. As muitas formas de adaptação diante das mudanças econômicas, aliadas a outros processos sociais, culturais e demográficos, afetaram o funcionamento e estrutura das famílias.

A partir de meados da década de 60, as famílias foram se tornando mais complexas, distanciando-se dos padrões dominantes¹⁶. As coabitações aumentaram em detrimento dos casamentos, assim como também aumentaram as separações e as novas uniões. Novos personagens surgiram, como o do padrasto, madrasta, meio-irmão. A composição das famílias se modifica, aumentando os casais sem filhos e as famílias monoparentais, principalmente as chefiadas por mulheres. O controle da fecundidade também foi uma das principais características responsáveis pela queda no tamanho das famílias¹⁷ (LEONE, 2010).

Sobre as formas de apreensão ou percepção do conceito de família, podemos verificar as transformações ocorridas ao longo da história. Sarti (2003) destaca alguns acontecimentos importantes, que de formas diversas, atingem diretamente a concepção de família. É o caso das intervenções tecnológicas na década de 60 e na década de 80, como a difusão das pílulas

¹⁶ Podemos dizer que são diversos os modelos de família que convivem entre si em uma dada época ou contexto histórico. No entanto, verificamos que em cada época temos um modelo que se apresenta mais dominante que os outros.

¹⁷ Com a realização do Censo Demográfico no ano passado (2010) teremos uma visão melhor da família hoje, porém, ainda não se tem acesso a todos os dados resultantes desse Censo.

anticoncepcionais e novas tecnologias como as inseminações artificiais. Essas mudanças introduziram a noção de “escolha”, rompendo de alguma forma com a concepção naturalizada de família e trazendo mais autonomia para as mulheres. Com a introdução da pílula, por exemplo, ocorre a quebra da identificação direta entre sexualidade feminina e reprodução.

Também as mudanças relacionadas à entrada da mulher no mercado de trabalho e os casos em que estas passam a assumir a responsabilidade econômica do lar, são aspectos que impactam diretamente a autoridade masculina. Isto ocorre quando o papel de provedor, enquanto função tradicionalmente masculina, é abalado; podendo acarretar a perda de sua autoridade dentro do lar.

Ainda quanto às transformações ocorridas nas famílias, por meio de uma breve análise de algumas leis, podemos também verificar de que forma estas transformações se materializam através de documentos legais. Se no Código de 1916 a “família legítima” é aquela formada pelo casamento formal, enquanto eixo central do direito de família; o Código de 2002 estabelece que a “família” abrange as unidades familiares formadas por casamento, união estável ou comunidade de qualquer genitor e descendente. Entretanto, se a Constituição Federal de 1988, ao lado do casamento, trouxe o reconhecimento da União Estável e da Família Monoparental¹⁸; o casamento continua sendo o paradigma de constituição de família presente no Código Civil de 2002. Isto pode ser constatado pelo fato de que toda a regulamentação da união estável, neste Código, tem como referência o casamento.

Atualmente, foi aprovado, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara o projeto de lei que forma o Estatuto da Família. O projeto de lei nº 2.285-07 instala novos paradigmas jurídicos para a organização das famílias, em razão da necessidade, já que o Código Civil de 2002 encontrava-se desatualizado. O Estatuto da Família inclui e legitima todas as famílias conjugais e parentais, sendo as conjugais aquelas constituídas pelo casamento, união estável entre homens e mulheres, bem como as uniões homoafetivas.

Além disso, quanto à família parental, o Estatuto traz modificações na medida em que os laços de parentesco já não se sustentam mais só pelo vínculo biológico. A paternidade e a maternidade são funções exercidas, com isso surge uma nova categoria: parentalidade socioafetiva, onde, alguém que é criado como filho por um longo período de tempo é também filho legítimo, independente de sua origem. Essas modificações representam avanços importantes para o tratamento da família em sua pluralidade, na medida em que apontam uma nova realidade que deve ser legalmente reconhecida.

¹⁸ Ainda que tenha deixado de fora as uniões homoafetivas.

Famílias pobres, mulheres e a formação de redes

Considerando, portanto, que as famílias representam uma realidade em constante transformação, é necessário compreendermos que as diferenças de classe perpassam e condicionam os diferentes modos de organização e dinâmica familiar. As transformações ocorridas no âmbito das famílias assumem sentidos diferentes para os distintos segmentos sociais, dado que o acesso a recursos é desigual em uma sociedade dividida por classes. (SARTI,2003). Esta autora traz também uma contribuição importante no sentido de atentarmos para a dimensão simbólica presente nas relações entre famílias e o mundo de significados construídos em sociedade:

Nesse jogo entre o mundo exterior e o mundo subjetivo, as construções simbólicas operam numa relação especular. Assim acontece na família. O discurso social a seu respeito se reflete nas diferentes famílias como um espelho. Em cada caso, entretanto, há uma tradução desse discurso, e cada uma delas, por sua vez, devolverá ao mundo social *sua* imagem, filtrada pela singularidade das experiências vividas. Assim, cada uma constrói seus mitos segundo o que ouve sobre si mesmo que inclui também sua elaboração, objetivando sua experiência subjetiva.(SARTI, 2003, p.27)

Sarti aponta essa dimensão para que possamos refletir sobre as concepções de família e de pobreza subjacentes a essas políticas direcionadas para as famílias pobres, e que fazem do pobre um “*outro*”. São concepções que certamente diferem das concepções que as próprias famílias têm de si mesmas. As frequentes dificuldades econômicas e toda a sorte de vulnerabilidades a que estão sujeitas as famílias pobres, pode explicar em parte a frequência uniões instáveis e rupturas conjugais. Assim, a monoparentalidade feminina aparece como um arranjo familiar comum nessas famílias e importante de ser analisado; e presente também em muitas das famílias beneficiárias de Programas de Transferência de Renda como o Programa Bolsa Família¹⁹.

Alguns estudos apresentam óticas diferentes sobre os motivos de existência deste tipo de arranjo (NOVELLINO,2005; SARTI,2003; MONTALI, 2000; LEFAUCHER,1991). Essas análises, mesmo se referindo a espaços e tempos distintos, nos mostram de que forma as transformações nas famílias sofrem influências de fatores diversos, principalmente àqueles relacionados às mudanças

¹⁹ Interessante nesse sentido é também a pesquisa a ser desenvolvida por Daguimar de Oliveira Barbosa, mestranda do Programa de Estudos Pós Graduaos em Política Social da UFF, que volta seus estudos para os homens chefes de família e traz também uma informação importante ao problematizar o modo como os homens estão sendo “ocultos” da realidade familiar, muitas vezes para poder permitir às famílias que estas estrategicamente tenham acesso ao PBF. Ver seu projeto de pesquisa intitulado preliminarmente como “Masculinidades e Proteção Social Básica: uma análise sobre a política de assistência social no Município de Niterói/RJ”.

nos modos de produção; às estruturas econômicas, políticas, sociais de uma determinada época, etc. Da mesma forma, essas transformações nas famílias se relacionam às mudanças nos papéis exercidos pelas mulheres, em decorrência dos fatores mencionados.

Passou-se, a esse respeito, mais ou menos depressa e mais ou menos precocemente, de um antigo regime monoparental, no qual a maioria dos pais que criavam sozinhos os filhos eram viúvos ou viúvas, ou pessoas abandonadas pelo cônjuge ou pelo parceiro sexual, a um novo regime, no qual o divórcio e a separação voluntários se tornaram as principais razões pelas quais os filhos vivem habitualmente com apenas um dos progenitores.(LEFAUCHER, 1991:483)

O crescimento das famílias chefiadas por mulheres reflete não apenas a transição demográfica e as alterações dos padrões de nupcialidade, mas também um conjunto complexo de fenômenos, com destaque para aqueles que se explicitaram através da articulação entre estruturas produtivas e estruturas familiares. Neste sentido, merecem menção as transformações da família que estão relacionadas aos novos papéis que a mulher vem assumindo na sociedade, e à mudança de expectativas em relação a ela. (MONTALI, 2000: 58;59)

Montali (2000) ainda afirma que a impossibilidade de se efetivar atualmente o padrão da família mantida pelo “chefe provedor”, questão evidenciada em estudos referentes à crise dos anos 80, pode ter contribuído junto às dificuldades de emprego, para essa tendência ao crescimento de famílias monoparentais, especialmente as chefiadas por mulheres. De acordo com a autora este é um fenômeno que, nas famílias de baixa renda, ao mesmo tempo em que é gerado pelas condições precárias de renda e trabalho, reproduz a pobreza.

De acordo com VITALE (2002), este modelo de família passa a ter visibilidade a partir dos anos 70 e caracteriza os lares monoparentais como aqueles em que vive um único progenitor com os filhos ainda não são adultos. Aponta que as famílias monoparentais masculinas são em menor número que as femininas e destaca sua relação com a questão da pobreza. A autora aponta que essas questões podem levar a discriminações, como por exemplo, subentender que as mulheres são menos capazes de cuidar de suas famílias. Ressalta ainda que a associação entre famílias monoparentais chefiadas por mulheres e pobreza, aponta claramente estes segmentos como foco de programas sociais.

Além disso, outros estudos associam a chefia feminina com o fator pobreza, enfatizando a chamada “feminização da pobreza”, entendida como fenômeno no qual as mulheres vêm, ao longo dos anos, se tornando mais pobres do que os homens.

Barros, Fox e Mendonça (1997) observaram que, em média, as mulheres chefes são mais velhas (aproximadamente 5 anos) que os homens chefe; têm menor nível de escolaridade; participam menos do mercado de trabalho e têm níveis de renda mais baixos. Segundo os autores, o nível mais baixo de renda é uma consequência esperada de seu nível de escolaridade e de sua participação na força de trabalho. Mas chamam a atenção para um outro fator que pode contribuir para uma renda mais baixa entre as mulheres chefe: a discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho. (NOVELLINO, 2005:8).

Em outra análise sobre a relação entre chefia feminina e pobreza, temos a narração de Lavinias (2006), que discorda um pouco da tese anterior, ao analisar que tipos de arranjos familiares estariam em situação de mais vulnerabilidade. Esta estaria melhor definida ao se relacionar a existência ou não de crianças como fator de aumento da vulnerabilidade. Ao final da pesquisa a autora verificou que:

Embora o sexo do chefe não tenha sido rejeitado pelo modelo, sua contribuição à vulnerabilidade de uma família é diminuta. Logo, uma família chefiada por uma mulher (frequentemente sozinha) ou por um homem (na sua esmagadora maioria com cônjuge) tem chances praticamente idênticas, todo o resto mantido constante, de ser vulnerável. Isso significa dizer que as famílias chefiadas por mulheres, com ou sem cônjuge, não estão mais expostas ao risco da pobreza do que as famílias nucleares tradicionais. O grau de vulnerabilidade de uma família independe de o chefe ser homem ou mulher. (LAVINAS, 2006 :87).

De outro modo, se por um lado a associação entre monoparentalidade e pobreza, pode construir um estigma de que as mulheres são menos “capazes” de cuidar de suas famílias sem um homem, por outro lado, é apontado que as mulheres ganharam mais independência e por isso podem assumir suas famílias. No entanto, esta associação acaba fortalecendo mais a caracterização dessas famílias como vulneráveis do que como potencialmente autônomas. (VITALE, 2002).

Ainda quando se trata de famílias pobres, o clássico estudo de Woortmann (1987), ao estudar as formas de organização familiar, analisa o parentesco como uma variável importante na organização do espaço social imediato e como forma encontrada pelas pessoas de se ajustarem às dificuldades da vida:

Procuo demonstrar aqui, que a matrifocalidade na família associa-se à dinâmica do grupo doméstico, e esta última aos padrões de relações sexuais e à instabilidade econômica. Procuo demonstrar ainda, que, ao invés de uma subcultura de ‘classe baixa’, ou de uma ‘ cultura da pobreza’ o que temos são padrões resultantes da interação entre dois níveis da cultura: um nível ‘ideal’ e outro adaptativo, este último relacionado às estratégias desenvolvidas para enfrentar a realidade da pobreza. (WOORTMANN, 1987:21)

Ainda pensando acerca da importância do parentesco nas famílias mais pobres, Sarti (2000) aponta:

As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, levam a desencadearem-se arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, para viabilizar a existência da família, tal como a concebem. (SARTI, 2003: 65-66)

Daí a importância da formação das redes primárias, enquanto um elemento que merece destaque para melhor compreendermos essas dinâmicas familiares. A mulher tem um papel fundamental na formação e articulação dessas redes, sendo ela na maioria das vezes a responsável pelas trocas e redistribuições de comidas, remédios entre os membros da família. Contudo, não podemos esquecer que esse papel corresponde também a uma dada configuração das relações de gênero em nossa sociedade, ou seja, é um papel historicamente e socialmente construído. Assim, determinadas categorias e funções são tradicionalmente atribuídos à elas:

Sendo o parentesco culturalmente definido como ‘assunto de mulher’, os homens dependem das mulheres para o uso da rede de parentesco, um fato que ganha importância se se tiver em mente o significado estratégico do parentesco como um sistema adaptativo. (WOORTMANN, 1987, p. 218)

A definição da rede em si é algo muito complexo. Analisando a literatura, podemos apontar os estudos de Elizabeth Bott como seminal neste sentido. A autora entende a rede como “*a extensão em que as pessoas conhecidas por uma família se conhecem e se encontram umas com as outras, independentemente da família*” (BOTT, 1976:76). Distingue ainda entre as redes de “*malha estreita*” – onde existem muitas relações entre os membros – e as redes de “*malha frouxa*” – onde existem escassos relacionamentos, defendendo que o grau de segregação dos papéis conjugais está relacionado com o grau de conexão total de rede total da família.

Dessen e Braz (2000) também ressaltam a importância da rede social de apoio das famílias como um dos fatores responsáveis pela manutenção do equilíbrio e da dinâmica familiar, principalmente durante determinados períodos de transição, como no nascimento de filhos – que foi estudado por estas autoras. Estas enfatizam alterações na rede social de apoio de famílias pobres durante estes períodos que se caracterizam, principalmente, pelo aumento nos suportes emocional e instrumental recebidos de familiares e não familiares. Destaca que o auxílio recebido é proveniente principalmente da família materna e de parentes do sexo feminino. O mesmo raciocínio podemos empreender em relação a outros momentos, como casamentos, morte, separações etc.

Podemos dizer então que as redes possuem uma dinâmica própria e constitui-se em um forte elemento para promover recursos que possibilitam o desenvolvimento de capital social e inclusão. Elas possuem códigos específicos a que estão intimamente ligados às dimensões: ajuda, proteção, apoio, cuidado, solidariedade.

No caso das famílias mais pobres, as mulheres como principais articuladoras dessas redes, desde sempre se vêem diante de inúmeros papéis que exercem em seu cotidiano. São ao mesmo tempo: mulheres, mães, filhas, avós, esposas, chefes de família, trabalhadoras etc. Estão no espaço público e no espaço privado nas mais diferentes funções. Thompson (1998) nos lembra como o ritmo do trabalho feminino em casa não se afina totalmente com a medição do relógio, indicando quão complexa e conflituosa é essa relação do trabalho feminino com o tempo.

As redes, nesse sentido, aparecem na maioria das vezes como estratégias de sobrevivência e de manutenção do cotidiano familiar, mas que apresentam traços culturais importantes. Alguns aspectos dessas redes de sociabilidade e de proteção engendradas por essas mulheres, em nossa sociedade, merecem ser destacados, como é o caso da maternidade transferida - existente desde os primórdios coloniais e presente até hoje - e que muito tem sido apropriada e servido de apoio ao modelo privatista de proteção social²⁰. Associando-se a esse tema, destaco ainda o fenômeno que Fonseca (1990) chama de “circulação de crianças” e que pode ser explicado como a partilha ou divisão de responsabilidades de uma criança entre um adulto e outro. Essa circulação, que corresponde a uma prática recorrente na sociedade brasileira, em especial nas camadas mais pobres, envolve tanto aspectos econômicos quanto culturais, demonstrando estratégias alternativas de sobrevivência e formas de manter a existência da família dentro de uma lógica de costumes e tradição.

É importante sinalizar que a constante circulação de crianças (FONSECA, 1990) é um elemento para a criação de códigos de valores, pois é através de uma forte articulação, principalmente das mulheres, que é possível redefinir laços de parentesco²¹. A troca de favores se dá no plano da ajuda mútua, ou seja, cuidar dos filhos de outra pessoa, assumir a criação desses filhos, cuidar daqueles que estão doentes, assistir aos idosos, deficientes, etc. Esse sentido da ajuda mútua acaba se sobrepondo ao aspecto financeiro, possibilitando o estabelecimento de um tipo de solidariedade mais baseada na ajuda cotidiana do que ajuda financeira.

²⁰ Para um melhor entendimento sobre a maternidade transferida, ver Costa (2002).

²¹ Embora, é claro, conflitos também passem esse fenômeno.

Nos marcos das estratégias familiares de sobrevivência, os cuidados com situações de doença são frequentes, constituindo parte da recorrente tradição assistencial brasileira. Expressam-se, dentre outras formas, na transmissão de conhecimentos de remédios caseiros, de simpatias, na presença de parteiras comunitárias, nos cuidados domiciliares aos doentes (GÓIS, 1996: sp.)

Devemos entender a importância da formação das redes de proteção enquanto um processo que se desenvolve através de um código de valores/ética e obrigações (individuais, mútuas, ganho/coletivo) e que possuem uma tradição histórica.

Freitas (2002), ao investigar a formação de redes a partir da vivência de situações de violência enfrentadas pelas “Mães de Acari”²², destaca a importância da formação das redes de solidariedade. A maternidade e a violência acabam por construir uma identidade “comum”: a de ‘*mães em luta*’, e é a partir destas questões que o estudo se desenvolve. A autora identifica também que as redes de solidariedade apontam a formação de uma agenda de valores comuns e referências que determinam um certo padrão de sociabilidade. Este pode ser um aspecto interessante a ser analisado na comunidade, alvo desta minha pesquisa – a existência ou não de redes de solidariedade em torno da vivência enquanto beneficiárias de um programa social.

Assim, o que deve ser enfatizado é que as redes de apoio possuem características próprias e se articulam de diferentes formas quando em diferentes contextos culturais, de classe, etc. Atentar para essas peculiaridades e compreender de que forma essas redes se organizam e se tornam elementos fundamentais na vida de muitas famílias, é imprescindível para qualquer investigação mais aprofundada acerca do tema ‘*família*’.

Passaremos agora a tratar do tema proteção social sob outra ótica, a que representa o sistema de proteção social construído pelo Estado, tendo em vista que a análise das inter-relações entre as formas de socialização primária e secundária corresponde a um importante aspecto a ser considerado e examinado para a realização deste trabalho.

²² Para obter mais detalhes sobre a história e um melhor entendimento do estudo realizado, ver: FREITAS, Rita de Cássia Santos. “Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade – algumas reflexões a partir do caso Acari”, *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 71, São Paulo: Cortez, 2002.

CAPÍTULO II: PROTEÇÃO SOCIAL – AS AÇÕES DO ESTADO

O termo ‘proteção social’ nos remete também a outra perspectiva de análise: aquela que trata do sistema de proteção social e que corresponde, nos termos de Castel (1998) à proteção social secundária, podendo ser desempenhada por instituições públicas ou privadas. Ou seja, o conjunto de políticas, projetos ou programas implementados pelo Estado como forma de resposta às demandas sociais. Analisar de que forma esses sistemas foram implantados em diferentes países, nos traz elementos para uma melhor reflexão sobre o caso brasileiro.

A implementação dos WelfareStates

Em uma análise mais geral, a literatura que trata dos chamados ‘WelfareStates’ ou ‘Estados de Bem Estar’, identifica seu surgimento entre o final do século XIX e início do século XX. Podemos entender o ‘WelfareState’ enquanto a provisão de serviços sociais, cobrindo as mais variadas formas de risco da vida individual e coletiva, que se tornou um direito assegurado pelo Estado a camadas expressivas da população dos países capitalistas desenvolvidos (ARRETCHE, 1995).

Inicialmente, a Alemanha teria sido o primeiro país onde surgiram os primeiros elementos da política social, onde em 1889 os trabalhadores alemães já podiam contar com o seguro-doença, proteção contra acidentes de trabalho e seguro velhice-invalidéz. Mas é no período do pós-guerra que o WelfareState se expande e se institucionaliza de uma forma geral, em um contexto de crise de insuficiência da demanda efetiva, tendo como fatores influenciadores: a conjuntura econômica desfavorável a partir de 1929, a Segunda Guerra Mundial, e a divisão do mundo em dois blocos. Neste período, ele ganha dimensões quase universais enquanto um conjunto articulado de programas de proteção social e englobando saúde, educação, habitação etc. (ARRETCHE, 1995).

O Estado passa então a ter uma função interventiva e regulatória, com maior participação na economia, a partir da provisão de serviços sociais e através da elaboração de políticas monetárias e fiscais voltadas ao pleno emprego. O Estado de Bem-Estar Social representaria a proposta de um Estado que pudesse implementar e financiar programas e planos de ação destinados a promover os interesses sociais coletivos dos membros de uma determinada sociedade. O objetivo, conforme o Plano Beveridge²³, seria combater os cinco maiores males da sociedade: "a escassez, a doença, a ignorância, a miséria e a ociosidade".

A bibliografia sobre o WelfareState e sua institucionalização é extensa e para o que convém realizar neste trabalho, ressaltar a importância de se verificar as diferentes características que esse modelo de bem estar assumiu nos mais diferentes países, conforme foi apontado por Esping-Andersen(1991). Este autor distingue os WelfareStates enquanto distintos tipos de regime, analisando seus condicionantes. Caracteriza os diferentes modelos segundo a capacidade de mobilização política de cada país, evidenciando a interferência dos mecanismos políticos e institucionais na conformação dos WelfareStates. Assim, identifica três modelos de Welfare: o modelo liberal, o modelo conservador e o modelo social-democrata. Atribui a cada um deles, traços característicos que representam modos próprios de compreensão de determinados países acerca do papel da política social, do Estado, da família, do mercado. E principalmente: a capacidade de conformação de consensos políticos – o ponto principal identificado pelo autor. São três tipos de Estado de Bem-Estar Social que este autor identifica: *O modelo Liberal*, também denominado de residual, onde predomina a assistência aos comprovadamente pobres, transferências universais reduzidas ou planos modestos de previdência social. Os benefícios atingem a clientela de baixa renda, ou seja, a classe trabalhadora ou dependentes do Estado. O autor aponta que neste modelo, o progresso da reforma social foi severamente limitado pelas normas tradicionais e liberais da ética do trabalho. As regras para a habilitação aos benefícios são estritas e muitas vezes associadas ao estigma, além dos benefícios serem modestos. É um regime que minimiza os efeitos da *desmercadorização*²⁴, contém o domínio dos direitos sociais e edifica uma ordem de estratificação. O Estado encoraja o mercado a garantir apenas o mínimo. São exemplos desse modelo, para o autor, Estados Unidos, Canadá e Austrália.

²³ Elaborado por William Henry Beveridge na Inglaterra em 1942, o Report on Social Insurance and Allied Services, mais conhecido como Plano Beveridge, se constituiu em um plano político concreto, com propostas de reformas sociais abrangentes e universalistas. Uma proposta de um Estado que pudesse implementar e financiar programas e planos de ação que visassem promover os interesses sociais coletivos dos membros de uma sociedade.

²⁴ Para o autor, ocorre a desmercadorização quando a prestação de um serviço é vista como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do mercado.

Já o *modelo Conservador*, seria predominante em nações como a Áustria, França, Alemanha e Itália. São países onde o legado histórico do corporativismo estatal foi ampliado para atender a nova estrutura de classe “pós-industrial”. São regimes corporativistas, moldados de forma típica pela Igreja e, portanto, muito comprometidos com a preservação da família tradicional. Tais sistemas de proteção são fortemente marcados por esquemas de estratificação ocupacional. O que predominava era a preservação das diferenças de *status*, os direitos sociais estavam ligados à classe e ao *status*.

Por último, o autor destaca o *modelo Social-Democrata*. Este modelo abrange um menor grupo de países onde os princípios de universalismo e desmercadorização dos direitos sociais estenderam-se também às novas classes médias. Neles, a social-democracia foi a força dominante por trás da reforma social. Os social-democratas buscaram um WelfareState que promovesse a igualdade com os melhores padrões de qualidade, e não uma igualdade das necessidades mínimas. O *welfarestate* assim construído, seria um sistema de proteção social abrangente, com cobertura universal, redistributivo e com benefícios iguais a todos, garantidos como direitos, cujo valor é desvinculado do montante de contribuição efetuado pelo beneficiário. Esta fórmula traduz-se numa mistura de programas altamente desmercadorizantes e universalistas que, mesmo assim, correspondem a expectativas diferenciadas. Este modelo constrói uma solidariedade em favor do WelfareState; onde todos se beneficiam, todos são dependentes; e supostamente todos se sentirão obrigados a pagar. Este modelo foi desenvolvido fundamentalmente no Norte da Europa, mais especificamente nos países escandinavos.

Portanto, podemos afirmar que são distintos os modelos de WelfareState nos mais diversos países segundo as diferentes tradições políticas. Países com tradições democráticas tiveram mais facilidade de instaurar o Welfare do que países com tradições e governos autoritários. Por outro lado, vale destacar que esse autor também enfatiza a dimensão da família²⁵ ao afirmar que é preciso “considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da **família** em termos de provisão social”. Segundo o autor, estes seriam os três princípios fundamentais para especificarmos os diferentes WelfareStates (1991, p. 101 – grifo meu). Por isso, podemos dizer que também este autor destaca a importância da família no processo de proteção social e constituição do Estado.

O debate sobre os diferentes modelos de Estados de Bem Estar implantados é fundamental em nossa discussão no sentido de que, é através da implementação desses regimes, que ocorrem mudanças significativas que influenciam nas relações sociais e nas relações de gênero.

²⁵ Essa discussão se deve a contribuição – ainda preliminar – da doutoranda Adriana Mesquita que discute essa mesma problemática em sua tese de doutorado a ser defendida em abril de 2012.

Lefaucher(1991), que tem como foco de análise os países da Europa, aponta mudanças relacionadas aos progressos científicos e tecnológicos, às transformações na divisão do trabalho e na divisão também do poder entre os sexos. Programas de higiene e medicina que reduzem os riscos de mortalidade infantil e materna ocasionando um aumento da longevidade das mulheres; o aperfeiçoamento e a comercialização dos métodos contraceptivos; as novas tecnologias de alimentação do bebê que ocasionaram mudanças na divisão do trabalho em casa e ‘liberando’ as mães para o mercado de trabalho – são outros exemplos dessas mudanças.A autora enfatiza ainda que:

As estreitas relações que unem o desenvolvimento do emprego feminino ao do setor público ou privado da reprodução levaram alguns a considerar as mulheres como ‘casadas com o WelfareState’. Os autores desta fórmula consideram mesmo que as mulheres ‘são’ o WelfareState, simultaneamente como fornecedoras de serviços e como beneficiárias de ajudas sociais. (LEFAUCHER,1991:496)

Podemos dizer então que, com as inovações introduzidas e transformações ocorridas no período do Welfare, as famílias – e principalmente as mulheres – vivenciaram mudanças importantes no lar e na execução do trabalho doméstico, que impactaram e reorganizaram seu cotidiano e as relações entre seus membros.A partir dessa análise, acredito que podemos agora iniciar nossa discussão sobre a institucionalização do sistema de proteção social brasileiro, tendo em vista perceber pontos em comum e pontos de divergência em relação ao ocorrido em outros países.

Políticas Sociais no Brasil

As discussões em torno do sistema de proteção social no Brasil remetem sempre ao polêmico debate acerca da existência ou não no Brasil de um Estado de Bem Estar. As comparações com os modelos implementados nos outros países são inevitáveis; e podemos verificar que no Brasil o processo de fato não se desenvolveu da mesma forma.No entanto, a importância de se considerar as diferentes características estruturais, demográficas, econômicas e tradições políticas, nos permite compreender as peculiaridades do caso brasileiro.

Para Draibe(1998):

Foi significativo o esforço de construção institucional e de gasto público realizado pelo país, na área social, ao longo do período desenvolvimentista. Com efeito, entre os anos 30 e finais dos anos setenta, o Brasil logrou construir um sistema de políticas sociais que, por suas definições, recursos institucionais mobilizados e

mesmo alguns resultados, pode ser apreendido sob o conceito de Estado de Bem Estar Social. (DRAIBE, 1998:2)

Contudo, quando se trata da provisão de serviços através da implementação de políticas no Brasil, é necessário enfatizar que devemos ter cuidado com as análises que colocam a figura do Estado como único responsável por tais medidas. O modelo analítico que reforça o Estado enquanto instrumento “doador” de políticas e programas para a população, é destacado por Luiz Werneck Vianna (apudGomes, 1979) como “ideologia da outorga”. A autora desmistifica esse paradigma através do relato das lutas vividas pela classe operária, que já nos anos de 1910 e 1920, protagonizaram diversas reivindicações por uma legislação que lhes garantisse melhores condições de vida e trabalho; e a importância dessas pressões para a construção de uma pauta de atuação, tanto por parte do empresariado, quanto do Estado.

É importante lembrarmos que durante todo o tempo a legislação social no Brasil foi fruto da inter-relação de forças de três atores principais: o Estado, os trabalhadores urbanos e a burguesia do comércio e da indústria, com diferenças de papéis e capacidades de pressão. O perigo, portanto está em tomar os modelos analíticos respaldados nessas concepções das ações “pelo alto” como única verdade, o que de certo, obscurece zonas de conflito importantes.

Ainda no que se refere às diversas contribuições, motivações, papéis e a importância que tiveram inúmeros atores envolvidos nestes processos, trago aqui a contribuição de Ignatieff (1987) que nos faz refletir sobre a suposta e exclusiva centralidade do Estado na criação de instituições e da ordem social; mostrando que esta visão negligencia as demandas reais das classes trabalhadoras, num momento em que a industrialização e a crescente separação entre trabalho e lar, conduziam a uma série de novas cargas, especialmente para as mulheres, demandando novas estratégias de proteção de seus dependentes. Processos que, portanto são frutos de constantes negociações.

Na década de 30, podemos afirmar que a preocupação com a pobreza surge no Brasil como questão social, entendida aqui nos termos de Yamamoto, enquanto:

O conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto a apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do ‘trabalhador livre’, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (IAMAMOTO, 2001:16, 17).

A urbanização acelerada, a mudança de um regime liberal para o capitalista, o impacto do pós-guerra, entre outros fatores, trazem a questão da pobreza para o centro do debate. A crise do modelo agro-exportador foi a principal responsável. Também a precariedade da saúde refletia no Estado não só pela morte de crianças, como também pela proliferação de diversas doenças, como a sífilis e a tuberculose, Isto ocasionou a conseqüente projeção de uma população, em sua maioria, de idosos e aposentados por invalidez, sem condições para o trabalho.

Podemos observar que num primeiro momento na década de 30, a família foi uma forma de promover a institucionalização de um modelo que serviria de aporte para a ação do Estado. As políticas de atenção à família visavam construir um sentimento de patriotismo e proximidade com o governo para que este tivesse o controle daquelas.

No período Vargas, evidencia-se um olhar mais especificamente voltado para a construção deste modelo de família. O modelo de família nuclear apresenta uma clara divisão sexual dos papéis sociais, baseada nas características “naturais” de seus membros²⁶. Nesse sentido, as mulheres sempre foram identificadas como tendo um papel secundário; e suas funções como mãe e nos cuidados com a casa e a família, tidos como obrigação e tarefas sem grande valor. Além disso, a implementação neste período das políticas de apoio, como os abonos, agiam de forma a privilegiar a estrutura do casamento e a divisão das tarefas por sexo, representando assim, uma forma de ‘invasão’ nos espaços familiares e na vida das mulheres.

No que tange à ‘preocupação’ com a família pelo Estado, é necessário ressaltar o surgimento do decreto-lei nº 1764 de novembro de 1939 que cria a Comissão Nacional de Proteção à Família com o objetivo de elaborar projetos de lei que fornecessem diretrizes para a execução dos preceitos constitucionais – a família estaria colocada sob a proteção especial do Estado, ao qual competia estabelecer as condições favoráveis a sua formação, desenvolvimento e segurança – e de elaborar o Estatuto da Família, onde seriam expressos os princípios da política nacional com relação à família. (BILONDO, 2006)

O Estatuto da Família (decreto-lei 3.220/94) dispunha sobre a organização e proteção da família e revelou-se num esforço de organização e estabelecimento de regras para a constituição de um modelo ideal de família. Este modelo de família seria responsável pelo aprimoramento da raça e seus membros teriam a mesma

²⁶Como já foi dito, a diferença biológica entre os sexos é vista como uma justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente da divisão sexual do trabalho (BOURDIEU, 1999). Para pensar a realidade brasileira, cf. também com Freire (1989), Nunes (1991) e Rago (1985).

capacidade física e mental, compartilhariam os mesmos valores e disso resultaria o fortalecimento e engrandecimento da pátria. (BILONDO, 2006:23)

É importante destacar que o conceito de família utilizado pelo Estatuto procurava valorizá-la enquanto “instituição social”. A concepção de família naquele momento referia-se a uma comunidade constituída pelo casamento indissolúvel, composta por pai, mãe e filhos, com o fim essencial de gerar, criar e educar a descendência (FONSECA, 2001). A legislação incorporou ainda os abonos familiares e os empréstimos matrimoniais. Os abonos eram destinados à famílias numerosas de oito filhos ou mais, a brasileiros com até dezoito anos de idade ou que fossem incapazes de trabalhar, vivendo em companhia e às custas do pai ou de quem os tivesse sob guarda, criando-os e educando-os a sua custa. O valor era definido pela faixa de renda familiar. O decreto buscava, portanto, incentivar a formação da família, entendida enquanto o modelo de família nuclear (casal com filhos), que se baseava na divisão de trabalho por gênero; além de ressaltar a responsabilidade da mesma para com a educação intelectual e moral de seus filhos.

Assim, durante o Estado Novo, temos um modelo de Estado interventor através de políticas sociais, mas que ao mesmo tempo em que atendia as antigas e renovadas reivindicações do movimento operário, objetivava a desmobilização e controle deste. O país consegue então obter avanços no que se refere ao papel do Estado na proposição de alterações no campo dos direitos. O Estado, aliado ao processo de industrialização, proporcionava o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo produzia respostas ao agravamento das condições de vida da população, realizando ações de intervenção direta nas condições de reprodução da força de trabalho no país. As políticas eram destinadas a regular os conflitos que surgiam do novo processo de desenvolvimento econômico e social; e também como forma de legitimar o governo. O que nos importa ressaltar é a forma como as ações políticas objetivavam fortalecer a família enquanto instituição, internalizando um modelo de família (burguês europeu), baseado em formas tradicionais das relações de gênero, o que resultaria na construção de uma identidade nacional. Assim, o objetivo era inculcar valores morais através de uma interferência na célula familiar.

Vários são os discursos e ações desenvolvidos neste período – como o da medicina higienista ou religioso – que servem de exemplos de estratégias de se focar na família determinadas responsabilidades e atribuições (construídos a partir das relações de gênero que estabelecem papéis e espaços específicos para homens e mulheres), com um caráter de controle e disciplinamento e a imposição de modelos de conduta aos indivíduos. O discurso higienista se desenvolve inicialmente através do surgimento de uma medicina voltada para o controle do meio social e para o controle de

doenças que surgiram no século XIX. Ao longo da Primeira República, com o surto urbano-industrial e a introdução de grandes correntes imigratórias, cidades importantes como São Paulo e Rio de Janeiro tomam novas feições, em razão do crescimento demográfico e da constituição heterogênea da população, levando à desorganização do espaço urbano. Dentro desse quadro, a questão sanitária assume grande destaque no âmbito do discurso da medicina social. Aos poucos, ela vai sendo investida de ampla autoridade pelos poderes públicos, o que lhe permite intervir no organismo social, não só em relação à saúde dos indivíduos, mas no sentido de ordenar e organizar a vida das cidades.

Assim, é que durante o período citado surgem inúmeras entidades e associações formadas por alienistas, higienistas e eugenistas preocupados com o espaço social no qual se desenvolve a vida dos indivíduos; e com as influências negativas que ele pode causar: alcoolismo, doenças venéreas, psicopatias, loucura e todos os "venenos sociais" que precisam ser exterminados em benefício de toda a sociedade (VILHENA, 1992).

Decorre dessa medicina social uma intervenção nos hábitos e costumes familiares, fortalecendo papéis sociais e novos padrões de relacionamento entre homens e mulheres; epais e filhos. Assim, à mulher passa a caber a tarefa primordial de ser mãe e da proteção à infância, além de ser considerado um ser mais frágil e menos intelectualizado que o homem. A medicina procurava fortalecer os laços com a mulher, enfatizando a "nobreza" da função da maternidade, enfatizando assim, uma representação tradicional de gênero. Ao homem cabia o papel de ser o pai, o provedor, o racional etc. Mas ambos deveriam ter como preocupação principal a proteção à prole.

De acordo com Nunes (1991), a intenção era de produzir um novo tipo de indivíduo que fosse mais adequado a um determinado projeto político de organização da sociedade, aperfeiçoar a raça por meio de uma higiene própria. Nesse sentido, a família tornou-se um elemento central na constituição de políticas públicas – e de um modelo de sociedade moderna e industrializada.

Quando se trata do papel da Igreja, Vilhena (1992) aponta que havia uma identificação de interesses entre esta e o Estado quanto às questões relativas à família, a mulher e a prole, o que fazia com que, tanto a Igreja quanto o Estado, enaltessem o papel da mulher enquanto mãe e responsável pelos cuidados da casa, dos filhos e da família em geral. Entre alguns objetivos comuns estavam a manutenção de uma dada ordem e estabilidade social por meio do disciplinamento da família, concebida neste momento como fundamento da sociedade.

Além disso, haviam outros propósitos coincidentes: respeito à hierarquia constituída, combate ao individualismo, exaltação do sentimento patriótico, culto aos deveres cívicos, respeito

às tradições e às instituições brasileiras e, sobretudo, respeito, defesa e amparo à família, base do edifício social. Estes elementos representavam mecanismos de construção da nacionalidade e de estruturação da nova ordem social (VILHENA, 1992).

Esses princípios estavam em clara oposição aos postulados do liberalismo democrático, cuja experiência se revelara aos olhos de católicos, políticos e militares, um verdadeiro fracasso na Primeira República, atribuindo à ele a responsabilidade pelo desvirtuamento dos propósitos fundamentais que tinham sido a razão de ser da Revolução de 30. A preocupação com a família, a mulher e a prole – entendidas enquanto essenciais aos objetivos da política social enquanto instrumentos de edificação do Estado Nacional – eram elementos também constitutivos da doutrina social da Igreja, de cuja preservação e expansão dependia a permanência do próprio organismo eclesial enquanto instituição.

Para a Igreja Católica universal foi, sobretudo, o caráter de instabilidade da família moderna que se constituiu na mola propulsora de inúmeras ações e manifestações em defesa da família organizada, estável e coesa. Entendida como a ‘célula-mater da sociedade’, e ‘base do edifício social’, a desestabilização da instituição familiar repercute em toda a sociedade colocando em risco a continuidade do exercício de poder e influência, característicos da Igreja há séculos. Defender e preservar a estabilidade da família contra toda sorte de ‘fermentos desagregadores’ significa, pois, garantir a paz e a harmonia da sociedade enquanto conjunto de famílias e, em última instância, a sobrevivência da Igreja como instituição dentro do organismo social. (VILHENA, 1992:48)

O Sistema de Proteção Social no Brasil que vai vigorar por quase todo o século XX, foi organizado mais especificamente durante as décadas de 20, 30 e 40, concomitantemente ao processo de constituição do Estado moderno brasileiro, acompanhando o processo de urbanização e industrialização da sociedade. No entanto, essa estrutura não modificou a prioridade que o governo dispensava a área econômica, mas a questão social já não seria mais tratada como “caso de polícia”. Podemos verificar um conjunto de medidas que denotam uma maior preocupação do Estado na regulação da proteção social. Foram criados os Ministérios do Trabalho e da Educação e Saúde, o que indica uma intenção, mesmo que formal, de comprometimento do Estado com essas questões. Na década de 30 também podemos verificar a transformação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) em Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), além da criação da Carteira de Trabalho e de uma legislação Trabalhista. Na década de 40 podemos destacar a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a criação do Imposto Sindical e a implementação do

salário mínimo, que foi considerado como a primeira iniciativa de se estabelecer um mínimo de renda para o trabalhador brasileiro.

Entre as diversas leis e políticas criadas à época e que não temos como detalhar, o que é importante destacar é que as medidas adotadas para a definição de políticas sociais defendiam que os direitos dela decorrentes seriam apenas para ‘alguns’ cidadãos. Como afirma Santos (1979), o que se desenvolve é uma associação entre cidadania e ocupação; e que mais tarde servirá de base para a construção de conceitos como o de marginalidade e de mercado informal de trabalho.

Sugiro que o conceito-chave que permite entender a política econômico-social pós-30, assim como fazer a passagem da esfera da acumulação para a esfera da equidade, é o conceito de cidadania, implícito na prática política do governo revolucionário, e que tal conceito poderia ser descrito como o de *cidadania regulada*. Por *cidadania regulada* entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. (SANTOS, 1979:68)

Com isso, Santos queria destacar que a cidadania neste momento se definia através de três parâmetros: a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público. Os trabalhadores rurais, os trabalhadores urbanos que exerciam alguma atividade não regulada por lei – os autônomos, empregadas domésticas, entre outros –; poderiam ser considerados como pré-cidadãos. Esse modo de regular a cidadania, construída do Estado para a sociedade, regulada, excludente é parte de uma engenharia institucional; que apresenta seus efeitos ainda hoje nos modos de entendimento e de gestão das políticas e programas sociais.

Em 1945, quando o país se redemocratiza, os direitos não avançam muito, pois o modelo de cidadania regulada estava enraizado no sistema²⁷. Não há mudanças significativas no sistema de proteção social nesta época, que de certa forma só vai ocorrer no período militar. No período da Ditadura há a unificação dos institutos e ampliação de alguns direitos (domésticas, autônomos e trabalhadores rurais). Entretanto, o que podemos verificar no Brasil é a existência de um movimento instável e não progressivo dos direitos e da cidadania.

Como aponta Carvalho (2002), a cronologia e a lógica da sequência de direitos – civis, políticos e sociais – descritas por Marshall (1967) e ocorrido na Europa, não se desenvolve da mesma forma no caso brasileiro. Temos um Brasil onde a ampliação dos direitos sociais ocorre quase que simultaneamente à repressão dos direitos políticos. Esses aspectos são importantes de serem

²⁷ Na verdade, esse modelo só se altera substancialmente com a Constituição de 1988 que traz em seu texto a marca da universalidade. A década de 80, como veremos, foi outro momento definidor para as políticas sociais.

analisados para que possamos entender de que forma as políticas no Brasil se instituíram e se institucionalizaram de forma setorializada e com percepções muito bem delimitadas sobre os conceitos de pobreza, direitos e cidadania.

Assim, para chegarmos mais rapidamente ao nosso ponto de discussão, em meados dos anos 70, observamos uma crise econômica internacional acompanhada de ajustes promovidos nos países do centro do capitalismo, e que impõe uma nova realidade aos países periféricos. A repercussão do aumento dos índices de pobreza no Brasil com a divulgação dos dados do censo de 1970 traz à tona a ‘preocupação’ com a pobreza no discurso oficial. Muitas inovações foram adotadas a fim de ampliar a capacidade e a eficiência da ação governamental na área social, através da criação de organismos globais de formulação e coordenação das políticas sociais; da instituição de instrumentos de ação setoriais e por meio de incentivos fiscais e financeiros de estímulo a iniciativa privada para apoio às políticas sociais.

De acordo com Pereira-Pereira (2004), no final desta década a família vai sendo redescoberta como um importante agente privado de proteção social, como substitutivo do Estado na provisão de bens e serviços. Isto ocasiona o surgimento de medidas de apoio familiar, principalmente as direcionadas para as crianças.

Nos anos 80, ocorre um intenso processo de luta política por direitos sociais. A sociedade civil se articula com perspectivas de democratização e ampliação dos direitos, onde a questão da cidadania é fortemente destacada. Decorre de todo esse processo, a conquista da Constituição Federal de 1988, introduzindo a noção de Seguridade Social, além de proporcionar maior visibilidade política às questões sociais. Se até a década de 80, as políticas sociais brasileiras não se aproximavam exatamente dos padrões de Estado de Bem-Estar Social, com a Constituição de 1988 este cenário inegavelmente muda:

A Constituição Federal de 1988 abriu a possibilidade de se construir – pela primeira vez na história brasileira – um modelo de Estado de Bem-Estar Social ao consagrar o conceito de Seguridade Social, até então inexistente, para consignar um padrão de proteção social compatível com a necessidade de assegurar direitos de cidadania a toda a população. Instituíam-se então o arcabouço jurídico-político para implantar na sociedade um conjunto de políticas sociais compatíveis com as exigências de política social, equidade e universalidade, rompendo desta forma com o casuísmo, o emergencialismo, o clientelismo e a dispersão das políticas setoriais. (BILONDO, 2006:12)

Assim, a Constituição de 88 concebe a Seguridade Social como um conjunto que integra a Assistência, a Saúde e a Previdência, introduzindo a noção de direitos sociais universais como parte

da condição de cidadania, rompendo com o padrão anterior. No entanto, é preciso reconhecer que essas inovações não foram no total implementadas, pois necessitavam de uma legislação complementar que a correlação de forças do período posterior não favoreceu. Os governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso representaram enorme submissão às influências externas, uma onda conservadora sob hegemonia do capital financeiro e de orientação neoliberal.

Chegamos então à década de 90 com a emergência da crise fiscal do Estado e a “invasão” do projeto neoliberal, cortando os gastos com programas sociais, ocasionando o desmonte de direitos até então conquistados. A ênfase deste trabalho nas décadas de 30 e 90 se deve ao fato destes momentos serem fundamentais para a discussão que pretendemos realizar, pois em ambos, a família ocupa – ainda que de diferentes maneiras – um lugar central na elaboração de políticas sociais. Não podemos nos esquecer que a forma como historicamente as famílias se relacionaram com o Estado vão impactar diretamente na construção de políticas públicas.

Portanto, neste segundo momento referente à década de 90, observamos o retorno da discussão sobre a necessidade de envolver a família nas ações do Estado como possibilidade de enfrentamento da pobreza dentro do núcleo familiar. A família, de certa forma, tornou-se “a solução”. Neste sentido, a partir desta década, a família volta a se tornar o centro das atenções por parte dos atores que pensam as políticas públicas e entra para a agenda de forma decisiva. Mais especificamente as famílias pobres. Entretanto, a centralidade da categoria pobreza nos relatórios de organismos internacionais e em outros documentos de formulação e avaliação de políticas não significa a existência de um consenso acerca de seu conceito.

Ao mesmo tempo em que o termo “pobreza” afirma-se como o alvo a ser combatido pelas políticas sociais focalizadas e compensatórias, ele gera dúvidas em relação ao modo de ser definido. Segundo o Banco Mundial, a definição de pobreza consiste na “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 27), de que podem ser destacadas duas questões diferentes: (i) o que é um padrão de vida mínimo? (ii) Que se entende por “incapacidade”? (UGÁ, 2004:58)

Já no Relatório sobre o desenvolvimento mundial referente aos anos 2000-2001, Ugá destaca que naquele momento a pobreza já é vista de uma forma diferente. Se no relatório de 1990 a pobreza era avaliada pela variável “renda”, dando prioridade, portanto, ao aspecto monetário, o relatório posterior passa a considerar a pobreza enquanto “um fenômeno multifacetado, decorrente

de múltiplas privações produzidas por processos econômicos, políticos e sociais que se relacionam entre si.”(2004, 59).

Para além do aspecto da renda, a pobreza é considerada enquanto a ausência de capacidades. Esta conceituação, segundo Ugá (2004) foi desenvolvida pelo indiano Amartya Sen para quem a pobreza deve ser analisada pela perspectiva de privação de capacidades básicas de realizar os seus objetivos e não como carência de determinadas necessidades²⁸. São essas ideias que conformaram base para a teoria do desenvolvimento humano, difundida pelos organismos econômicos multilaterais, tais como o Banco Mundial.

A noção de pobreza para Sen (2001) é um desdobramento da sua discussão sobre desigualdade, que tem duas dimensões principais a serem consideradas: a desigualdade econômica (de bens, de renda, de condições materiais efetivas), que traduz uma situação externa aos indivíduos, remete à estrutura; e a desigualdade de capacidades (de potencialidades ligadas às características das pessoas), onde o foco está naquilo que as pessoas podem realizar. (MAURIEL, 2010: 175)

É a partir desta perspectiva; e dentro de uma conjuntura onde diferentes interesses se articulam, que surgem os Programas de Transferência de Renda, cujo foco é o combate à pobreza

Renda Mínima e os Programas de Transferência de Renda: um debate

De acordo com Fonseca (2001), no Brasil as primeiras discussões sobre a renda mínima, vinculadas à erradicação da pobreza, datam da década de 70, com duas publicações: um artigo, publicado na Revista Brasileira de Economia, de Antônio Maria da Silveira²⁹, onde o autor critica a ineficiência dos métodos até então adotados para combater a pobreza, propondo que ela fosse atacada diretamente por meio de imposto de renda negativo; e o livro escrito por Edmar Bacha e Mangabeira Unger³⁰. Os autores tinham como proposição para o enfrentamento da pobreza a introdução de uma renda mínima por meio do imposto de renda negativo no qual deveria ser

²⁸Ugá (2004) toma como base os seguintes trabalhos de Amartya Sen: SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo : Cia. das Letras, 2000 e *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro : Record, 2001.

²⁹ Antônio Maria da Silveira foi o primeiro economista brasileiro a propor a instituição de um programa de renda mínima através de um imposto de renda negativo. Quando o senador Suplicy apresentou o projeto de Lei 80/1991 Antônio Maria ajudou na elaboração e na persuasão aos senadores para a sua institucionalização. Sobre o artigo, ver: SILVEIRA, Antonio Maria da. Redistribuição de Renda. In *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, abr./jun. de 1975.

³⁰ BACHA, Edmar Lisboa e Unger, Roberto Mangabeira. *Participação, Salário e Voto: um projeto de democracia para o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

instituído como instrumento fundamental de democratização da sociedade brasileira. Como a conjuntura política não era propícia para o debate o assunto não provocou maiores repercussões.

Um segundo momento da idéia de programa de renda mínima ou programas de transferência de renda que passa a integrar a agenda pública no início da década de 1990, é a proposta do Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM, que propõe uma renda mínima para todos os brasileiros residentes no país a partir de 25 anos de idade ou mais, com renda mensal inferior a dois salários mínimos. Segundo a proposta, aproximadamente 38 milhões de pessoas beneficiárias do programa receberiam um complemento de renda igual a 30% da diferença entre sua renda e o patamar de dois salários mínimos. O mesmo seria financiado com recursos federais, principalmente pela substituição de programas menos eficientes em aliviar a pobreza.

Este projeto de lei – Lei 80/1991, apresentado no Senado Federal pelo Senador pelo Estado de São Paulo, Eduardo Matarazzo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores – PT, propõe a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM em nível nacional. O PGRM foi aprovado por unanimidade em 16 de dezembro de 1991, permanecendo, desde 1993, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Finanças e Tributação, com parecer favorável de autoria do Deputado Germano Rigotto. Contudo, o projeto foi obstruído no Congresso Nacional e pressionado pela tramitação de vários outros projetos propondo programas similares.

O Programa de Garantia de Renda Mínima foi instituído sob a forma de imposto negativo³¹, e seus fundamentos teóricos foram buscados principalmente em dois economistas contemporâneos: Milton Friedman³² e Galbraith³³. Conforme indicado anteriormente, foi a proposta do PGRM que introduziu na agenda pública brasileira a possibilidade da implementação de Programas de Transferência de Renda, o que permitiu o surgimento das experiências pioneiras, a nível municipal, a partir do ano de 1995 nas cidades de Campinas – SP (Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima – PGRFM); Brasília – DF (Programa Bolsa Familiar para Educação e o Programa Poupança-Escola do Governo de Brasília/DF); Ribeirão Preto – SP (Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima – PGRM) e Santos – SP (Programa Nossa Família).

³¹ A idéia de imposto negativo fundamenta-se na proposta formulada por Milton Friedman, que propõe que quem ganhe acima de um determinado piso pague imposto de renda e, quem ganhe abaixo desse piso, receba uma renda mínima, em dinheiro, o que significa, portanto um mecanismo de taxaço negativa.

³² Milton Friedman foi um dos mais destacados economistas do séc XX e um dos mais influentes teóricos do liberalismo econômico e defensor do capitalismo *laissez-faire* e do livre mercado. Em sua obra “Capitalismo e Liberdade” aborda questões como a relação entre liberdade econômica e liberdade política, o papel do governo numa sociedade livre, política fiscal, educação, monopólio, distribuição de renda, bem-estar social e combate a pobreza.

³³ A profunda interpenetração entre as estruturas tecnoburocráticas do setor privado e do setor público foi tema abordado por Galbraith (economista e escritor canadense) em um dos seus principais livros “A Economia e o Objetivo Público”.

Em Campinas, o prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, iniciou o PGRFM que estabelecia que todas as famílias com crianças de até 14 anos de idade e renda mensal inferior a meio salário mínimo *per capita* (considerando-se o salário mínimo de R\$ 70,00 por mês, vigente em janeiro de 1995) teriam o direito a receber um complemento de renda suficiente para que a renda familiar atingisse um montante igual a meio salário mínimo vezes o número de membros da família. O chefe da família teria que levar seus filhos de até seis anos de idade para postos públicos de saúde. Crianças de 07 a 14 anos de idade teriam que ir a escola. A mãe ou o pai tinham como obrigação freqüentar uma reunião mensal com assistentes sociais e psicólogos, em grupos formados de 20 participantes do programa para discutir seus problemas, como fazer uso do dinheiro que dele recebessem (apesar de poderem gastá-lo da forma que bem lhes convier) e recebiam orientação em termos de planejamento familiar. Em setembro de 1996, 2.700 famílias eram beneficiárias desse programa.

O Programa Bolsa-Educação ou Bolsa-Escola de Brasília/DF foi introduzido pelo governador Cristovam Buarque. Para fazer parte do programa todas às famílias com renda mensal menor que meio salário mínimo *per capita*, que moravam no DF por no mínimo 05 (cinco) anos, com crianças de 07 a 14 anos de idade, teriam direito a receber um salário mínimo, desde que seus filhos freqüentassem a 90% das aulas na escola pública. Se a criança faltasse à escola por mais de dois dias durante um mês, o pagamento era interrompido. No caso de trabalhador desempregado, era exigido que ele se matriculasse no Sistema Nacional de Emprego - SINE (prova que estavam tentando encontrar emprego). O programa era válido por um ano e a família poderia renová-lo por períodos sucessivos de um ano, se as condições requeridas fossem mantidas. Em agosto de 1996, 15 mil famílias foram beneficiadas pelo programa.

Na cidade de Ribeirão Preto o Programa foi implementado pelo prefeito Antonio Palocci para assistir a famílias com crianças deficientes e/ou menores de 14 anos que comprovassem a freqüência à escola. A renda familiar não podia exceder a dois salários mínimos. Os benefícios eram definidos por quatro níveis: R\$ 40,00; R\$ 60,00; R\$ 70,00 e R\$ 100,00 por mês, que eram concedidos dependendo da avaliação das condições familiares. Até agosto/1996, 1.800 (mil e oitocentas) famílias, totalizando 7.000 (sete mil) crianças e adolescentes, estavam inscritas no programa. Desse total, mais de 100 (cem) crianças viviam nas ruas.

Finalizando, na cidade de Santos o programa teve como autor o prefeito David Capistrano Filho. Era direcionado para famílias com filhos dependentes, de até 16 anos de idade em situação de risco. Também era destinado a famílias com renda per capita familiar mensal inferior a R\$ 50,00,

que residissem no município há pelo menos 01 (um) ano e que os filhos ou dependentes não estivessem freqüentando a escola, ou trabalhassem em condições de exploração. O valor mensal recebido era de R\$ 50,00 até no máximo R\$ 80,00. Em contrapartida, as famílias tinham compromisso com o programa: crianças e adolescentes freqüentando a escola, retirar a criança ou adolescente de situação considerada ilegal, prover alimentação, alojamento, vestuário e tratamento de saúde, entre outros.

Portanto, esses Programas transferiam diretamente para as famílias ou indivíduos o valor monetário, associada às exigências de contrapartida no campo da educação, da saúde e do trabalho. Buscavam introduzir as famílias em situação de extrema pobreza em uma rede segurança, elevando os padrões de vida e principalmente tinham como expectativa inserir economicamente as gerações futuras, com a elevação de sua escolaridade e com o fortalecimento da família.

Em 1996, foi aprovado na Câmara dos Deputados, em consonância com o Governo Federal, um projeto de Renda Mínima, cujo autor foi o deputado Nelson Marchesan, que se comparado ao projeto do Senador Eduardo Suplicy teve grandes alterações, devido à limitação de sua abrangência. O projeto aprovado declarava que a União apoiaria os municípios que adotassem os programas de renda mínima que estavam condicionados a educação.

Entretanto, como já foi mencionado, os primeiros Programas de Transferência de Renda foram implementados a nível municipal, mas, foi a partir de 1996 que entram em ação programas tais como o Benefício de Prestação Continuada – BPC e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Ainda na década de 90 ocorre a institucionalização da Lei Orgânica de Assistência Social – n.8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS), onde se deu a construção de uma nova forma de gestão pública da Assistência Social, regulamentando-a como competência das três esferas de governo. O BPC foi regulamentado pela LOAS, com alterações das Leis n.º 9.720/1998 e n.º 10.741/2003 e pelo Decreto n.º 1.744/1995, tendo entrado em vigor em 01/01/1996.

Desta forma, o BPC foi criado em 1993 e em 1994 a Política Nacional do Idoso foi sancionada pelo presidente Itamar Franco, criando uma nova direção para as políticas sociais de atenção aos idosos. O BPC foi caracterizado como o primeiro mínimo social brasileiro. É um direito constitucional e corresponde à garantia de um salário mínimo por mês à pessoa portadora de deficiência de qualquer idade, incapacitada para a vida independente e para o trabalho; e ao idoso a partir de 65 anos que não possuam meios para prover sua subsistência e nem de tê-la provida por sua família. Além disso, a renda familiar per capita deve ser inferior à ¼ do salário mínimo, para o recebimento do benefício.

O BPC é operacionalizado pelo INSS, mas não é um benefício previdenciário e sim uma renda mínima de caráter temporário e com revisão a cada dois anos. De acordo com Lobato (2007), pelo fato da Assistência e a Previdência serem estruturas institucionais muito diferentes, isso geraria relações conflituosas que afetariam diretamente a gestão do BPC. Mas, por outro lado, a cooperação entre ambos seria um elemento que ajudaria no acesso dos beneficiários e melhoraria a gestão.

O BPC é considerado atualmente como o segundo maior programa de inclusão social devido ao número de benefícios concedidos e cobertura nacional. Há ainda muitas críticas sobre o BPC, como por exemplo, quanto ao seu critério de inclusão, no entanto, pesquisas de avaliação deste programa comprovam que existem impactos positivos (LOBATO, 2007).

Outros Programas de Transferência de Renda surgem e trazem, como já foi dito anteriormente, o foco na família. Como exemplos temos o Bolsa-Escola, vinculado ao Ministério da Educação, o Bolsa-Alimentação, vinculado ao Ministério da Saúde, além do Auxílio-Gás, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e do Agente Jovem. Todos criados depois do BPC e com foco na família.

Como já foi dito anteriormente, a decisão de se tomar a família como unidade de intervenção tem como base o argumento de que as políticas de proteção à família teriam maior impacto nas condições de vida da população pobre. É assim que, dentro desta perspectiva, surge o Programa Bolsa Família (PBF), do qual falarei mais adiante, cujo objetivo específico é o combate à fome e à miséria no Brasil. Inicialmente, o PBF era vinculado ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA). No entanto, no ano de 2004 ocorre uma reforma ministerial e surge o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), fazendo com que o Programa passe a ser coordenado pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC). Esta também é responsável pela Coordenação do Cadastro Único do Governo Federal (CADÚNICO).

Junto a estas discussões, volto ao ano de 2003 onde é fundamental citar o amplo processo de construção e defesa da Assistência Social enquanto direito de cidadania que desdobrou-se com a IV Conferência Nacional de Assistência Social, na deliberação da construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), requisito fundamental da LOAS, para dar efetividade à Assistência Social como política pública.

O SUAS é um sistema público descentralizado, participativo e não-contributivo; e que tem como função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da Proteção Social brasileira. Constitui-se na organização das ações socioassistenciais em todo o território nacional. O foco dos serviços, dos programas, projetos e benefícios é a atenção à família e à seus membros,

além de ter o território como base de organização. A gestão é compartilhada e com co-financiamento da política pelas três esferas de governo; e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Conta também com a participação da sociedade civil, cujo papel deve ser efetivo na sua implantação e implementação.

O Projeto de Lei que institui o SUAS foi aprovado, em votação simbólica, pelos senadores, no dia 08/06/2011, e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff no último mês de julho. Com a sanção, o sistema, que já tem a adesão de 99,5% dos municípios brasileiros, passa a vigorar como lei, representando um grande marco e enorme avanço para a Assistência Social brasileira. O fortalecimento da política e da rede de assistência social é visto como aspecto essencial para o sucesso do atual Plano Brasil sem Miséria. É importante destacar que, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), os eixos estruturantes do SUAS são:

- A Matricialidade Sociofamiliar;
- Descentralização político-administrativa e Territorialização;
- Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil;
- Financiamento;
- Controle Social;
- O desafio da participação popular/cidadão e usuário;
- A Política de Recursos Humanos;
- A Informação, o Monitoramento e a Avaliação.

É também através da Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004, que o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é ressaltado como uma atribuição exclusiva da equipe de referência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

O PAIF tem como antecedente o Núcleo de Apoio à Família (NAF), criado no ano de 2001. O NAF foi o primeiro programa da esfera federal no âmbito da Assistência Social destinado às famílias. Em 2003 foi lançado o Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família (PNAIF) e no ano de 2004 o MDS criou o PAIF através da portaria MDS nº. 78 de 08 de abril de 2004.

Em 2005, temos também o surgimento da Norma Operacional Básica do Sistema Único de saúde (NOB/SUAS), que ressalta que a Proteção Social Básica (PSB) se concretiza “por meio de atenção à família, seus membros e indivíduos mais vulneráveis, tendo como unidade de medida a família referenciada em razão da metodologia de fortalecimento do convívio familiar, do desenvolvimento da qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vive”. Assim, o PAIF passa a ter uma dimensão de trabalho social com famílias, constituindo a identidade do CRAS na função de proteção afirmada na PNAS. De acordo com este documento, o CRAS é uma

unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social que executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social.

A importância de destacar estes documentos, normas e políticas, reside no fato de que é inegável o avanço da Assistência Social no Brasil, se compararmos com uma Assistência que até um passado muito recente era construída com o que poderíamos chamar de “restos de financiamento”. As ações do Estado que sempre foram associadas ao clientelismo, aos poucos vão apresentando transformações. É claro que o papel do Estado na esfera social, se estabelece e se modifica em face da correlação de forças sociais em diferentes circunstâncias históricas. Entretanto, é necessário reconhecermos que atualmente, entre avanços e retrocessos, contamos com uma Assistência Social institucionalizada, com objetivos definidos, submetida ao controle social e etc.

O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi regulamentado pela Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, com a meta declarada de combater a pobreza e a desigualdade social, propiciando a inclusão social e a emancipação das famílias.

Caberia a este Programa unificar os antigos implementados (Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Bolsa-Alimentação) e promover a emancipação das famílias mais pobres do país. Seu pressuposto central é o da transferência monetária, com a articulação entre as políticas de Assistência, Saúde e Educação para gerar aumento das condições de saúde, da escolaridade, evitar o trabalho infantil entre outras. A idéia é de que a elevação do nível educacional das crianças permitirá ampliar sua capacidade futura de geração autônoma de renda, rompendo com o círculo vicioso de reprodução da pobreza.

Contudo, apesar do “alvo” do Programa ser a elevação do nível educacional das crianças e adolescentes, o Programa Bolsa Família vê a mulher como foco prioritário e objeto de intervenção com vistas ao combate à pobreza. Há um recorte de gênero e classe na formatação do PBF que não pode deixar de ser ressaltado. Portanto, o Programa foca as famílias pobres e dentro delas a figura da mulher – mãe, que a partir de seus papéis na esfera doméstica ou de reprodução, tem sido a interlocutora principal dessas ações. Ou seja, o Programa reafirma os papéis de gênero.

Continuando nossa análise acerca da implementação e desenvolvimento do Programa, este, desde 2004 se encontra vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), mais especificamente à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e constitui uma das prioridades do Governo Federal para a área social. Sua gestão é descentralizada, envolvendo os três níveis de governo, ou seja, a União, os Estados e os Municípios, baseada no princípio da territorialidade instituído pelo SUAS.

Como consta em seu documento oficial, o PBF é um programa de transferência de renda direta destinado à famílias pobres e extremamente pobres, que associa à transferência do benefício financeiro o acesso aos direitos básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social. O Art. 2º § 1º da Lei nº. 10.836 de 09 de janeiro de 2004 descreve o conceito de família utilizado pelo Programa:

Família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros.

Esta conceituação de família foi a mesma utilizada nos primeiros programas de garantia de renda mínima, analisados por Fonseca (2001). A autora, ao contrastar essa definição com a fórmula utilizada por tais Programas, observa dois procedimentos conflitivos. No momento de calcular a renda familiar *per capita*, e de acordo com a definição (*mantendo sua economia pela contribuição de seus membros*), a fórmula considera o total de componentes da família. Já no cálculo do valor do benefício, considera exclusivamente o número de menores de 14 anos, ou seja, os demais membros deixam de existir (FONSECA, 2001).

Apesar de algumas modificações³⁴, o mesmo procedimento de cálculo e seleção pode ser verificado na fórmula atual do Programa Bolsa família, e constitui um aspecto que deveria ser questionado e revisto. O instrumento utilizado para o cadastramento das famílias para o Programa Bolsa Família é o CADUNICO (Cadastro Único do Governo Federal) e a partir dele são selecionadas as famílias que se enquadram dentro do perfil exigido pelo Programa.

O Cadastramento Único tem como objetivo identificar as famílias em situação de pobreza e construir um banco de dados capaz de sinalizar suas principais necessidades e possíveis ações a serem empreendidas. É utilizado, obrigatoriamente, para a seleção de beneficiários e para integração de programas sociais do governo federal.

³⁴ Mudanças em relação à relação à faixa etária das crianças e dos adolescentes, que se constituem o público-alvo do PBF e em relação aos valores atuais dos benefícios.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) trabalha com quatro tipos de benefícios: Benefício Básico (R\$ 70, pagos apenas a famílias extremamente pobres, com renda per capita igual ou inferior a R\$ 70); Benefício Variável (R\$ 32, pagos pela existência na família de crianças de zero a 15 anos – limitado agora a cinco crianças por família); Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) (R\$ 38, pagos pela existência na família de jovens entre 16 e 17 anos – limitado a dois jovens por família); e Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) (valor calculado caso a caso).

O MDS divulgou no dia 19/09/2011 algumas alterações no programa de transferência de renda que fazem parte de um conjunto de medidas de aprimoramento do Programa que procura reforçar o foco na proteção à criança e contribuir para a superação da miséria. O benefício variável, que até então era limitado a 3 crianças por família, passa a considerar o número de 5 crianças. Além disso, o beneficiário que se desligar voluntariamente do Bolsa Família poderá retornar ao programa sem a necessidade de realizar novo cadastramento no prazo de 36 meses contados a partir da data do desligamento. De acordo com o MDS a iniciativa visa estimular a busca dos beneficiários por melhores oportunidades no mercado de trabalho, com a segurança de poder voltar ao programa.

Os benefícios são pagos mensalmente por meio de cartão magnético fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do representante legal mediante o Número de Identificação Social (NIS) de uso do Governo Federal. No entanto, para o recebimento do benefício regularmente, o Programa estabelece algumas condicionalidades que representam contrapartidas a serem cumpridas pelas famílias. Sendo elas:

Na área da Saúde:

- Levar as crianças menores de 7 anos para vacinar e manter atualizado o calendário de vacinação;
- Levar as crianças para pesar, medir e ser examinada conforme o calendário do Ministério da Saúde;
- As gestantes ou nutrízes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê.
- As mulheres em idade de 14 e 44 anos devem ir a uma unidade de saúde pelo menos uma vez a cada semestre.

Na área da Educação:

- Matricular as crianças e adolescentes de 6 à 15 anos na Escola;
- Garantir a frequência de no mínimo 85% das aulas a cada mês. Se houver falta às aulas, é preciso informar à escola e explicar a razão;

- Garantir a frequência de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos (BVJ);
- Informar ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) mais próximo sempre que alguma criança mudar de escola.

Na área da Assistência Social:

- Crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

Além disso, as famílias devem informar sempre que houver alguma mudança de endereço, composição familiar (morte ou nascimento), escola ou renda; para que não haja o bloqueio de seu benefício³⁵.

De acordo com o MDS, o público alvo preferencial para o recebimento do benefício em nome da família é a mulher, a partir do argumento de que esta tem um papel fundamental na condução do lar³⁶. Isso de certa forma contradiz a imagem tradicional da família, onde os papéis de mulheres e homens são diferenciados, cabendo a estes o papel de chefe da casa, mas enfatiza uma realidade nacional no que se refere às famílias pobres, onde o papel das mulheres como responsáveis pela proteção social é culturalmente enfatizado. E aponta também que está estatisticamente comprovado o aumento de famílias monoparentais femininas, fazendo com que o modelo de família nuclear não ocupe uma posição tão central.

Como já foi destacado, a existência de uma multiplicidade de tipos de organizações familiares nos dias de hoje (o casal sem filhos, as famílias chefiadas por mulheres, famílias extensas e etc.) ultrapassa o antigo modelo valorizado: o da família nuclear. Esses “novos” tipos de família³⁷ que vemos surgir nos remete ao princípio da matricialidade sociofamiliar, uma das bases organizacionais do processo de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Lá vemos o seguinte conceito de família:

³⁵ Quanto às sanções, o SIBEC (Sistema de Benefícios ao Cidadão) informa o motivo do bloqueio ou cancelamento. Muitas vezes é devido a um descumprimento de condicionalidades, que se repetido muitas vezes pode chegar ao cancelamento do benefício. No entanto, existem vários fatores que estão envolvidos nesse bloqueio, como por exemplo, o repasse de informações da Saúde e da Educação no que diz respeito ao acompanhamento que é feito por estes setores. Dessa forma, não podemos deixar de levar em conta a importância de se manter atualizado o repasse dessas informações para o MDS, com vistas a não prejudicar de alguma forma as famílias.

³⁶ Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), essa decisão tem como base estudos sobre o papel da mulher na manutenção da família e na sua capacidade em usar os recursos financeiros em proveito de toda a família.

³⁷ Colocamos o “novos” entre aspas por entender que sua novidade se dá mais em termos de reconhecimento teórico e político do que de sua existência propriamente dita.

Podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e, ou, de solidariedade.

Nota-se que ele vai de encontro ao modelo da família nuclear (casal com filhos), o qual é destacado como ponto de partida no conceito de família utilizado pelo Programa Bolsa Família; dando uma dimensão maior ao que podemos caracterizar como família hoje em dia. Embora o PBF amplie esse conceito ressaltando a importância dos laços de afinidade entre os indivíduos, ainda utiliza como ponto inicial o modelo de família nuclear.

O princípio da matricialidadesociofamiliar presente no SUAS ressalta as transformações ocorridas nas famílias a partir de diversos acontecimentos, tanto os relacionados à ordem econômica, como culturais. Destaca a centralidade da família no âmbito das ações da política de assistência social e a caracteriza como mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade. No documento, o grau de vulnerabilidade e desproteção em que as famílias se encontram, é destacado, ressaltando que para que a família possa proteger, promover e incluir seus membros, é necessário que primeiro se criem condições de sustentabilidade para isso.

Entretanto, apesar deste reconhecimento, o que podemos notar atualmente é que essas “condições de sustentabilidade” não têm sido de fato construídas. Nesse sentido, Alencar (2006) aponta a tendência atual do Estado de se desobrigar cada vez mais da reprodução social, enquanto transfere quase que exclusivamente para as famílias as responsabilidades.

Com efeito, o Estado não pode simplesmente devolver para a família a responsabilidade com a reprodução social, sobrecarregando-a com encargos que são de responsabilidade do poder público. Nesse sentido, a família deve se tornar referência central nos programas sociais, ganhar um lugar de maior visibilidade política, tornando-se alvo de políticas que realmente levem em consideração as novas configurações da questão social no país. (ALENCAR, 2006, p.64)

Goldani (2002) também ressalta alguns conflitos relacionados à esta centralidade nas famílias e à dificuldade do reconhecimento de suas funções de proteção social:

No processo de redesenhar os sistemas de bem-estar social, as famílias têm sido apresentadas como importantes “novos atores”. Entretanto, sabe-se que, independente dos modelos de WelfareStates e em particular naqueles com estruturas insuficientes e distorcidas, as famílias sempre representaram uma instância decisiva de garantia de qualidade de vida para os seus membros. O fato é que, nas tipologias tradicionais do WelfareState, e ainda hoje, as famílias não recebem o verdadeiro crédito pelo que representam para seus membros como

espaço de ‘conflito cooperativo’ ou, para usar o termo da moda, ‘espaço de solidariedade’.(GOLDANI, 2002, p.34)

Diante das considerações apresentadas pelas autoras, podemos pensar em que medida o Programa Bolsa Família, enquanto um Programa de Transferência de Renda com condicionalidades, pode representar uma centralização nas famílias a partir de uma ótica de responsabilização das mesmas. O desenho do Programa apresenta um papel específico a ser cumprido pelas famílias beneficiárias. Entretanto, não há a contrapartida por parte do Estado, ou do próprio Programa de ações que possibilitem de fato condições efetivas para que essas famílias desenvolvam seu papel. Ainda neste sentido, não se observa também a construção de mecanismos e ações que valorizem o potencial das famílias enquanto instituição primeira de proteção social e de reconhecimento de suas funções no desenvolvimento e sobrevivência de seus membros.

Assim, concluo este tópico lembrando que essa discussão a respeito da centralização da família como alvo das ações das políticas públicas, da matricialidade sociofamiliar, da sobrecarga das famílias; e principalmente das mulheres, possui elementos que nos remete à discussão sobre as condicionalidades do Programa; já que o cumprimento destas contrapartidas recai na maioria das vezes sobre as mulheres, gerando uma responsabilidade extra, para além das tarefas que lhes são tradicionalmente atribuídas.

As condicionalidades do PBF

Como já foi dito, as condicionalidades representam contrapartidas que devem ser cumpridas pelo núcleo familiar para que este receba o benefício – e que normalmente são “cobradas” das mulheres. De acordo com os idealizadores do Programa Bolsa Família, o objetivo é que este cumprimento possibilite o acesso e inserção da população mais pobre nos serviços sociais básicos favorecendo a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza. No entanto, é preciso lembrar que, como afirma Lavinias (2004), ao ser exigido o cumprimento dessas condições do Programa como condição para o exercício de um direito social, os próprios princípios de cidadania podem estar ameaçados.

Além disso, é necessário ter cuidado para que a família não seja vista como a única responsável pelo cumprimento ou não das condições, visto que muitos dos nossos municípios apresentam visível fragilidade na oferta de serviços de saúde e educação. Temos serviços

insuficientes, em pouca quantidade e com qualidade suspeita; e que na maior parte das vezes não são capazes de atender às necessidades da população. Dessa forma, deveriam também haver sanções para os municípios que não fossem capazes de oferecer os serviços de forma adequada; e não somente para os beneficiários que não cumprissem com as condicionalidades.

Ao mesmo tempo, SENNA et al. (2007) apontam que apesar da legislação afirmar o papel dos três níveis de governo na implementação das condicionalidades, é sobre o município que acaba recaindo a maior parte das responsabilidades em relação a oferta dos serviços, assim como a questão do acompanhamento do cumprimento das condicionalidades pelas famílias. Os autores destacam ainda que, embora o foco do Programa seja na família, as condicionalidades são direcionadas para aqueles grupos que sempre foram priorizados na política social, ou seja, gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes, sendo necessário analisar em que medida a família realmente representa a unidade de intervenção do Programa.

É claro que não podemos também deixar de considerar a importância de Programas como o Bolsa Família a longo prazo, na criação de uma melhor inclusão das famílias e das crianças em particular, nos serviços de saúde e educação. Porém, para que isto aconteça é imprescindível que primeiro ocorram mudanças no sistema de saúde, no sistema educacional (melhora do ensino) e no acesso ao mercado de trabalho; para que dessa forma as famílias possam de fato conquistar a tão falada 'autonomia'.

Para alguns autores, a "responsabilização" da família, e mais especificamente, da mulher, se vincula não só quanto à questão do cumprimento das condicionalidades – identidade centrada na figura da mãe e da cuidadora de crianças e adolescentes - mas ao próprio desenho do Programa. Mariano e Carloto (2009) apontam a focalização pelo PBF das funções de maternidade e maternagem e buscam compreender o modo como o Programa, em uma estratégia de combate à pobreza, desenvolve mecanismos que reforçam a tradicional associação da mulher com a maternidade e as tarefas pertencentes à clássica esfera reprodutiva.

Perante a política de assistência social, a família é identificada pela figura da mulher, e não pela do homem. E a mulher, por sua vez, é considerada com base nas funções maternas, o que fixa e essencializa o sujeito mulher, vinculando-o à maternidade. (MARIANO E CARLOTO, 2009 p.907)

A importância de se refletir sobre a forma como o Estado incorpora padrões de relações de gênero e as concepções de família e de mulher subjacente em seus programas, é também destacado

pelas autoras; que concluem que os papéis de gênero, ao mesmo tempo binários e complementares, simbolizam tradições incorporadas pelo PBF.

As relações entre mulheres e o cumprimento das condicionalidades também são analisadas em pesquisa realizada por Suarez e Libardoni (2007), onde as autoras buscam identificar possíveis impactos do Programa na condição social das mulheres. Dentre os aspectos analisados, elas verificam que:

A composição dos grupos domésticos, por si mesma, indica que o cumprimento das condicionalidades envolve principalmente as mulheres que recebem o benefício, em virtude da figura do marido ou companheiro estar ausente em muitos deles. Além disso, a presença do cônjuge, na maioria dos grupos domésticos, não influi muito quanto ao cumprimento das condicionalidades porque a postura da mãe pesa mais do que a do pai na tomada de decisões referentes à educação, saúde e tudo que tenha a ver com os filhos. Sozinhas ou acompanhadas, a feminilidade das mulheres entrevistadas se firma na maternagem, entendida como o desempenho do papel de cuidar de crianças, seja na qualidade de mãe, seja na de mãe substituta. (SUAREZ e LIBARDONI, 2007: 124)

De acordo com as afirmações das autoras, pode-se concluir que o Programa aproveita-se dessa cultura da maternagem sem, entretanto, considerar a necessidade de apoiar de forma sistemática o avanço pessoal das mulheres. De fato, a ausência de ações **contínuas**, de atividades de profissionalização e de geração de renda – quede fato ofereçam mecanismos de fortalecimento da autonomia – representam obstáculos para uma participação ativa, consciente e em condições de igualdade nos processos sociais e políticos.

Ainda em relação às condicionalidades, é importante considerarmos que estas possuem relação estrita com determinados discursos disciplinadores fundamentais da modernidade, focalizados na questão da saúde e da educação. Estes discursos são valorizados tanto pelas correntes políticas da direita quanto da esquerda, pois identificam estes aspectos como garantidores de bem estar social (VIEIRA, 2010).

Ainda nesta direção, Vieira (2010) ressalta também o lado contraditório da existência das condicionalidades. De acordo com a autora, ao mesmo tempo em que as condicionalidades visam reforçar o acesso aos direitos básicos, esse condicionamento feriria o próprio princípio jurídico que garante a todo cidadão ter acesso às condições de sobrevivência dentro de padrões humanos de dignidade, considerando também que o acesso à educação e o atendimento à saúde são também direitos fundamentais garantidores de dignidade.

As questões referentes ao acompanhamento direto dessas condicionalidades é outro aspecto do Programa que também tem suscitado muitas discussões³⁸. Contudo, como nosso objeto de estudo aqui é outro, gostaria apenas de enfatizar que dentro deste procedimento de acompanhamento de condicionalidades do PBF é importante que gestores municipais do Bolsa Família, profissionais da saúde, da educação e da assistência social trabalhem em parceria para acompanhar as famílias beneficiárias, mas não somente com a meta de “fiscalizar” o cumprimento das condições do Programa, e sim com objetivos de avaliar questões, como:

- A qualidade e acesso dos serviços que estão sendo oferecidos à população beneficiária;
- A necessidade de haver um acompanhamento multiprofissional (e interdisciplinar) dessas famílias com objetivos de fortalecer a relação entre profissional e população atendida de modo a alcançar melhores resultados tanto para o Programa quanto nos níveis de acesso aos serviços sociais;
- Identificar se houveram mudanças na relação entre beneficiários e serviços de Saúde e Educação; e até mesmo na qualidade de vida dos mesmos, como aspectos derivados da inserção no Programa;
- Diagnosticar dificuldades ou obstáculos enfrentados pelos beneficiários diante dos compromissos do Programa, de modo a formular estratégias que ampliem o acesso destes aos serviços básicos de saúde e educação, e que ao mesmo tempo busque incentivá-los quanto a importância da utilização destes mesmos serviços.

Ou seja, é imprescindível que exista também um acompanhamento mais profundo dessas famílias para além do acompanhamento de condicionalidades do Programa, visando aumentar o potencial destas com a criação de programas adequados de geração de trabalho e renda, ampliando o universo de informações que as mesmas dispõem, construindo programas de socialização, de lazer, serviços de apoio em situação de extrema vulnerabilidade, criação de programas voltados para a cultura, arte, esporte, entre outras estratégias. Só através do fortalecimento de um sistema de rede de serviços oferecidos à população é que podemos ver como possível o alcance desta meta tão preconizada de emancipação e autonomia dessas famílias (BARROS, 2009).

Entretanto, como o que buscamos neste trabalho é analisar os **significados** que este Programa tem assumido na vida das mulheres beneficiárias, temos como um dos objetivos específicos a investigação de efeitos do Programa no empoderamento ou não dessas mulheres. Isso significa que, para além do reconhecimento por alguns autores de que as ações do PBF (incluindo o

³⁸ Ver por ex. Vieira (2010) e Barros (2009).

sistema condicionalidades) não alteram de forma substantiva a questão da subordinação feminina e, portanto, o padrão das relações sociais de gênero; busca-se nesta pesquisa identificar a existência ou não de efeitos nesse sentido, na comunidade a ser pesquisada.

CAPÍTULO III: NITERÓI E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Este capítulo apresenta primeiramente a cidade de Niterói e a seguir, exponho aspectos referentes à operacionalização do Programa Bolsa Família em Niterói e as instituições responsáveis por tal; além de dados referentes à população beneficiária de cada região. Após isto, apresento o local de pesquisa: o bairro Badu; com seus dados, características, informações sobre instituições existentes e outros aspectos que sejam considerados relevantes. Encerro o capítulo apresentando a instituição escolhida para a realização da pesquisa: a Policlínica Dr. Barros Terra.

A cidade de Niterói

Niterói é um município de médio porte e faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O município foi fundado em 1573 e no ano de 1834 o município foi nomeado capital da província do Rio de Janeiro o que perdurou até 1893. Em 1903 retornou a condição de Capital do Estado do Rio de Janeiro permanecendo até 1975. A cidade se construiu em estreita relação com a cidade do Rio de Janeiro, principalmente depois do advento da Ponte Rio- Niterói.

Em termos de características relativas ao clima da cidade, pode-se dizer que o clima de Niterói é tropical, com verões quentes e invernos moderados. Sua temperatura média é de 22,6°C, sendo 20,2°C a temperatura média do mês mais frio (julho) e 25,6°C do mês mais quente (fevereiro). A pluviosidade tem média de 1093 mm anuais. Não há estação seca no município, apenas uma redução no regime de chuvas durante o inverno.

Quanto ao que concerne a economia, a cidade é considerada um dos principais centros financeiros, comerciais e industriais do Rio de Janeiro. Niterói vem acompanhando um alto índice de investimentos na cidade, como imobiliário e comerciário. Este desenvolvimento trouxe também certos problemas, como a favelização, resultado da ausência de planejamento urbano. Ainda assim, segundo os dados do censo do IBGE de 2010, a cidade é a que possui a maior renda *per capita* domiciliar do Brasil, com média de 2031 reais.

De acordo com alguns dados do Censo 2010 já divulgados pelo IBGE³⁹, o município tem densidade demográfica de 3.777 hab / km² e sua área territorial correspondente a 134,0 km². Ainda de acordo com estes dados, Niterói possui hoje uma população estimada em 487.327 (quatrocentos e oitenta e sete mil e trezentos e vinte e sete) habitantes. Destes, 225.671 são homens e 261.656 são mulheres. Niterói é, portanto, um dos municípios do estado com maior percentual de mulheres: 53,69%.

Em relação à educação, de acordo com a Fundação Municipal de Educação, Niterói tem o melhor nível de alfabetização do estado. A educação no município é marcada pela presença do Colégio Pedro II, única escola secundarista federal da cidade e pela Faetec Henrique Lage, que, por sua vez, são considerados os melhores colégios públicos da região. A Fundação Municipal de Educação, também atua em noventa unidades escolares da Rede Municipal de Educação; 36 creches comunitárias; dezoito Unidades de Educação Infantil; 36 unidades com ensino Fundamental; na Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendida em quinze Unidades de Ensino fundamental; em cinquenta Instituições e/ou escolas (875 alunos - dados de julho 2007) e cem por cento das unidades escolares possuem alunos com necessidades especiais (cerca de 700 alunos).

No que diz respeito à população dos bairros de Niterói, os dados completos e mais detalhados ainda não foram totalmente divulgados pelo IBGE. Dessa forma, coloquei em anexo a tabela com os dados referentes à população geral de cada bairro do município (Anexo 1).

Niterói ocupa a 3ª (terceira) posição (0,886) entre as cidades brasileiras e a 1ª (primeira) no Estado do Rio de Janeiro, no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (PNUD, 2000). Este índice é mensurado pelos indicadores de saúde (longevidade); educação (alfabetização) e renda. Este

³⁹ O IBGE é uma fundação pública da administração federal brasileira criada em 1934. Suas atribuições são ligadas às geociências e estatísticas sociais demográficas e econômicas, que incluem realizar censos e organizar as informações obtidas nesses censos, para suprir órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal e para outras instituições e o público em geral. Os dados referentes ao último Censo de 2010 estão sendo divulgados aos poucos pela fundação. A divulgação dos resultados finais da pesquisa ocorrerá somente entre os meses de novembro e dezembro de 2012.

conceito foi desenvolvido por Amartya Sen e incorporado ao relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A cidade possui indicadores favoráveis de educação, renda e longevidade o que lhe confere um alto grau de desenvolvimento humano. É um dos poucos municípios do Brasil a ter 100% de sua área atendida com fornecimento de água tratada e 90% dos dejetos coletados e tratados em uma ampla rede de esgoto que inclui 05 (cinco) Estações de Tratamento.

Segundo dados divulgados pela Fundação Ceperj (2010), Niterói figura entre os cinco municípios que revelaram maiores participações no ranking do PIB em 2008: Rio de Janeiro (45,1%); Duque de Caxias (9,4%); Campos dos Goytacazes (8,5%); Niterói (2,7%); e Nova Iguaçu (2,4%). Os dados sobre a Educação no município, de acordo com o INEP⁴⁰ (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), informam que Niterói é o município mais escolarizado do país, tendo o maior índice de frequência escolar entre a população de 07 a 14 anos (97,52%). A média de anos de estudo chega a 9,5% com uma taxa de alfabetização de 96,4 % na população acima de 15 anos. O número total de escolas é de 157 (cento e cinquenta e sete) unidades municipal, estadual e particular. Em relação à evasão Escolar: 1,66% (2006) – é a menor média do século XXI e no Estado do Rio de Janeiro, sendo uma das menores do Brasil. É o município fluminense com a maior taxa de inclusão digital doméstica 34,16%, o que o coloca em 1º lugar no Estado do Rio.

Segundo dados do IBGE(2005)⁴¹ o município possui o menor índice de analfabetismo funcional do Estado do Rio de Janeiro: 3,6%. É a 3ª colocada do Brasil em qualidade de ensino/escolarização e número de alunos entre 18 e 24 anos matriculados em universidade (Ministério da Educação/IBGE - Maio/2004). E finalizando, o município possui vários programas educacionais desenvolvidos em parceria com o Governo Federal: Projeto PELE/Brasil Alfabetizado, Programa Escola Aberta, Projeto Segundo Tempo, ProJovem, Programas de Prevenção em Educação e Saúde; Niterói recebeu o Selo "Cidade Livre do Analfabetismo" (Ministério da Educação/Governo Federal - Junho de 2007) - Um dos 64 municípios do país que receberam o prêmio por terem menos de 4% de analfabetismo.

⁴⁰ O INEP é um órgão federal cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro, com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

⁴¹ Como já foi dito, ainda não foram disponibilizados pelo IBGE dados mais recentes, que corresponderiam ao ano de 2010.

Com relação à saúde o município é o pioneiro na implantação do Programa Médico de Família – PMF (Precursor da estratégia Saúde da Família) baseado na experiência cubana que teve início em setembro de 1975. Possuem 32 (trinta e dois) unidades de saúde básicas, 03 (três) serviços de pronto atendimento e 06 (seis) hospitais, sendo 01 Universitário (Hospital Antônio Pedro). A expectativa de vida dos seus moradores é de 68 (sessenta e oito) anos de idade.

Niterói possui 78 (setenta e oito) favelas com uma população residente de 24.847 (vinte e quatro mil e oitocentos e quarenta e sete); 05 (cinco) Regiões - Praias da Baía, Norte, Pendotiba, Leste e Região Oceânica e 02 Distritos. A divisão administrativa da cidade é distribuída em 48 (quarenta e oito) bairros, agrupados em 12 (doze) regiões administrativas conforme tabela a seguir:

Tabela 1 - Divisão dos bairros de Niterói por Regiões Administrativas:

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	BAIRROS
Barreto	Barreto, Ilha da Conceição e Santana
Centro	Bairro Fátima, Centro, Ponta d'Areia e São Lourenço
Engenhoca	Engenhoca e Tenente Jardim
Fonseca	Fonseca
Icaraí	Icaraí e Vital Brasil
Ingá	Boa Viagem, Gragoatá, Ingá, Morro do Estado e São Domingos
Pendotiba	Badu, Cantagalo, Ititioca, Largo da Batalha, Matapaca e Sapê
Praias Oceânicas	Cafubá, Camboinhas, Engenho do Mato, Itacoatiara, Itaipu, Jacaré e Piratininga
Santa Bárbara	Baldeador, Caramujo, Maria Paula e Santa Bárbara
Santa Rosa	Cubango, Pé Pequeno, Santa Rosa, Viçoso Jardim e Viradouro
São Francisco	Cachoeiras, Charitas, Jurujuba e São Francisco
Rio do Ouro	Muriqui, Rio do Ouro, Várzea das Moças e Vila Progresso

FONTE: CRAS CENTRO

O Programa Bolsa Família em Niterói

População beneficiária – dados e regiões

De acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) referentes à abril de 2011, Niterói tem um total de 24.988 famílias cadastradas no CadÚnico. Já de acordo com dados de junho deste ano, temos um total de 13.111 famílias beneficiárias do PBF no município. Como já foi sinalizado, os dados atuais sobre famílias beneficiárias por regiões ou bairros de Niterói não foram disponibilizados.

Tabela 2 – Dados do CADÚNICO e PBF - município de Niterói:

SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA			
Informações do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família			
NITERÓI (RJ)			
CADASTRO ÚNICO	<u>Total de famílias cadastradas</u>	24.988	04/2011
	<u>Total de cadastros válidos</u>	-	04/2011
	<u>Total de cadastros atualizados</u>	-	04/2011
	<u>Total de famílias cadastradas com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo</u>	24.103	04/2011
	<u>Total de cadastros válidos com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo</u>	-	04/2011
	<u>Total de cadastros atualizados com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo</u>	-	04/2011
	<u>Total de famílias cadastradas com renda per capita mensal de até R\$ 140,00</u>	22.141	04/2011
BENEFÍCIOS	<u>Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família</u>	13.111	06/2011

FONTE: MDS, 2011.

Em relação à gestão e operacionalização do Programa, no município há o Núcleo de Benefício e Renda de Cidadania e 06Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Todos responsáveis pelo funcionamento do PBF no município, cada qual com suas respectivas atribuições.

O Núcleo de Benefício e Renda de Cidadania

O Núcleo de Benefício e Renda de Cidadania (NBRC), implantado em 26 de outubro de 2005, surge a partir da consideração de que é no município que a execução dos programas e serviços ocorre e que é no mesmo que eles devem ganhar a força da articulação e da intersetorialidade, e da compreensão de que deve haver uma melhor organização da rede de serviços sócio-assistenciais. Vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), o Núcleo é o resultado da integração dos diferentes programas de transferência de renda e benefícios, que são o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Dentre as diversas atividades do Núcleo, destaco algumas:

- Reuniões com os novos beneficiários do Programa Bolsa Família
- Ações intersetoriais
- Projetos de Inclusão Produtiva - Plano Setorial de Qualificação Profissional – PlanSeQ Bolsa Família
- Revisão Cadastral
- Expedição da Carteira do Idoso – Passe Interestadual
- Gerenciamento do arquivo do Cadastro Único para os Programas Sociais
- Centro de Processamento de Dados e Atendimento Geral
- Ações Contínuas de Cadastramento
- Ações de cadastramento das famílias da comunidade do Morro do Bumba para o Projeto Minha Casa Minha Vida

Os profissionais responsáveis pelo atendimento direto ao público, de posse do NIS (Número de Identificação Social), podem recorrer ao CADÚNICO e ao SIBEC (Sistema de Benefícios do Cidadão) para verificar a situação atual do benefício (bloqueado, desbloqueado ou cancelado), bem como rever os dados pessoais e fazer alterações ou atualizações destes dados ou da situação do benefício. Lá também é realizado o cadastramento, assim como é feito nos CRAS; e em eventos realizados pelo Núcleo ou pela SMAS.

Os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS

Os CRAS têm como missão estabelecer elo direto com as famílias, acompanhá-las e encaminhá-las no sentido de inseri-las nos serviços de assistência social local, de forma a possibilitar o desenvolvimento de ações que visem romper com o ciclo de reprodução do processo de exclusão social.

No município, a implantação destes equipamentos sociais teve início em 2005, sendo um processo de institucionalização bastante lento. Como já foi dito, atualmente Niterói conta com 06 CRAS⁴² distribuídos em determinados bairros em função de vulnerabilidade social: Vila Ipiranga, Cubango, Região Oceânica, Badu, Centro e Preventório.

É importante ressaltar que a conformação dos CRAS – que devem servir de porta de entrada do SUAS – tem sido cercada de muitas dificuldades de ordem material, financeira e de recursos

⁴² Importante destacar que até 2008 haviam nove CRAS em funcionamento no município: Vila Ipiranga, Cubango, Morro do Céu, Várzea das Moças, Badu, Centro, Preventório, Santo Cristo e Cafubá.

humanos (falta de telefone em alguns casos, sedes alugadas com problema de acessibilidade, ausência de computador ligado a Internet), além de outros fatores que interferem na qualidade do serviço oferecido.

É imprescindível que esses aparelhos sejam dotados do suporte necessário para um acompanhamento adequado das famílias as quais representam o público-alvo de seus serviços. Sem esse suporte torna-se inviável um trabalho de qualidade que possa diagnosticar a situação das famílias, identificando as especificidades de cada uma, e efetivando assim uma focalização positiva no sentido de direcionar projetos e ações àquelas de fato mais vulneráveis. Os CRAS são divididos por território, conforme a tabela em anexo (Anexo 2). O CRAS Badu atende as famílias das seguintes localidades: Badu, Largo da Batalha, Sapê, Matapaca, Maria Paula, Vila Progresso, Ititioca, Muriqui, Paciencia, Rio do ouro, Calaboca, Maceió e Cantagalo.

De acordo com esta divisão por território, os moradores de áreas que não constem nos territórios de abrangência de nenhum CRAS que buscarem atendimento, podem ser atendidos em qualquer um dos CRAS existentes. A divisão atual vigora até a abertura ou reabertura de qualquer outro equipamento.

Badu – o local de pesquisa

Para nos aproximarmos dos objetivos pretendidos, cumpre, apresentar – ainda que introdutoriamente – o bairro Badu. Este fica localizado na Região de Pendotiba. Esta foi definida pelo Plano Diretor de Niterói (Lei nº 1157, de 29/12/1992) como sendo constituída pelos seguintes bairros: Badu, Cantagalo, Ititioca, Largo da Batalha, Maceió, Maria Paula, Matapaca, Muriqui, Sapê e Vila Progresso. Badu possui uma área de 1,36 km² e população estimada em 6.198 habitantes (IBGE,2010) e limita-se com Sapê, Matapaca, Vila Progresso, Cantagalo e Largo da Batalha. O bairro tem a estrada Caetano Monteiro como principal via de acesso para o Largo da Batalha e para a Rodovia Amaral Peixoto.

Em princípio, a ocupação se fez sob a forma de posses e loteamentos clandestinos que geralmente absorviam a parcela mais pobre da população. O crescimento populacional atingiu o seu ponto máximo entre as décadas de 70 e 80, coincidindo com o período de construção e inauguração da Ponte Presidente Costa e Silva e de crescimento do setor da construção civil na cidade, abrindo novas perspectivas no mercado de trabalho abastecido principalmente por migrantes do Norte do

Estado do Rio e do Nordeste do país. Compreendendo as localidades de Mato Grosso, Vacaria e Fazendinha, o bairro teve sua ocupação inicialmente junto à estrada Caetano Monteiro, tendo aí se localizado as primeiras casas, bem como o comércio principal.

Em função da ocupação efetiva desta área, passou a existir maior procura pelas áreas mais internas, onde coexistem casas de médio e alto padrão construtivo, em condomínios fechados ou não, e casas de baixo padrão construtivo, havendo concentração destas principalmente em áreas de encostas. Atualmente o Badu conta com 03 Escolas Estaduais, 03 Escolas Municipais, 01 Tele Centro, Conselho Tutelar; Fórum Desembargador Luiz Roldão Freitas; Administração Regional do Badu, Sapê e Matapaca; Associação de Moradores e Amigos do Badu; Associação de Moradores e Amigos do Morro da Cocada; 02 Centros Comerciais, 02 Clubes de Futebol, além de algumas igrejas, mercadinhos, bares, bazares, padarias, oficinas etc.

Além disso, no que tange à instituições de saúde e proteção social, temos o Programa de Aceleração do Crescimento do Morro da Cocada (PAC), o Centro de Referência da Assistência Social do Badu (CRAS Badu) e a Policlínica Dr. Barros Terra. Os dois PMF (Programa Médico de Família) existentes estão localizados já no bairro do Cantagalo: e atendem exclusivamente os moradores desse bairro, o qual é muito próximo e quase diretamente ligado ao Badu, ocasionando certas vezes alguma confusão no que diz respeito a qual seria o limite entre estes.

O Badu é um bairro onde podemos verificar a existência de casas bem humildes, convivendo com alguns condomínios de alto padrão. Possui em parte de sua extensão, serviços completos de luz, água encanada, tubulação de esgoto, coleta de lixo etc. Entretanto, alguns locais ainda apresentam problemas relacionados a isso. Um dos exemplos disto é o “Morro da Cocada”. Esta comunidade representa um dos locais selecionados em Niterói para a realização das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que teve início no ano de 2007 e sofreu diversas paralizações no decorrer do tempo.

Alguns rios cortam o Badu, sendo um destes o Rio Canoas, que atravessa o Morro da Cocada. Uma das medidas do PAC era a contenção das margens deste rio, além das obras de saneamento e asfaltamento das ruas que alagavam quando chove. Com o andamento das obras, já estão prontas a pavimentação, drenagem e saneamento básico de cerca de dois quilômetros de vias, além da construção de escadarias, de uma quadra polivalente, de uma creche e centro comunitário e de uma estação de tratamento de esgoto. Ainda está sendo finalizada a construção de uma praça.

A Rua Alcebíades Pinto (figuras 1 e 2⁴³) é uma das ruas principais e também uma das mais conhecidas do bairro; e é onde se localizam alguns aparelhos importantes, como o CRAS Badu, o PAC Morro da Cocada, a Policlínica Dr. Barros Terra, a Igreja Internacional da Graça de Deus e a Unidade Municipal de Ensino Infantil Gabriela Mistral, entre outros. A Associação dos Moradores fica em uma rua transversal, fazendo esquina com a Rua Alcebíades Pinto. É uma rua asfaltada, com muitas casas, bares e mercearias; além de grande movimentação de automóveis que utilizam esta rua como forma de chegar a Região Oceânica.



Figura 1 – Rua Alcebíades Pinto Figura 2 – início da Rua Alcebíades Pinto

A partir de conversas informais que tive com moradores do bairro, funcionários de algumas instituições e equipes de aparelhos sociais, pude obter algumas informações relevantes que passo a narrar neste momento para que possamos nos aproximar um pouco mais da realidade deste local.

Assim, um aspecto principal a ser sinalizado é que os moradores desta rua ainda sofrem com problemas relacionados à enchentes, que apesar de ser um problema antigo, ainda faz parte do cotidiano do bairro. As enchentes ocorrem em dias de chuvas muito fortes e são resultado de problemas de saneamento básico na área; e do lixo que é jogado constantemente nos valões existentes (figuras 3 e 4).

⁴³ As fotos utilizadas neste trabalho são de minha autoria e foram realizadas no dia 14 de setembro de 2011.



Figura 3 – valão apresentando acúmulo de lixo
Figura 4 – saída de esgoto

Quanto às instituições presentes na área, vale destacar a existência de uma biblioteca que representa um ponto forte da área em termos de lazer e educação. A Biblioteca Albertina Fortuna Barros (figura 5), faz parte de uma rede de bibliotecas populares municipais, criada em novembro de 2005 pela Fundação Municipal de Educação de Niterói e parceiros. Atende ao público em geral e funciona de segunda a sexta. Conta atualmente com uma equipe de quatro funcionárias da Fundação Municipal de Educação e possui em torno de 10 mil livros, de acordo com informações de uma das funcionárias. Possui 544 pessoas cadastradas no momento (com carteirinha) e recebe uma média 600 visitantes por mês de todas as regiões da cidade. Além disso, a biblioteca conta com a ajuda de parceiros (ex. a AMPLA) e voluntários (moradores de condomínios no Badu) que realizam algumas oficinas para a comunidade (ex. oficina de artesanato).

A biblioteca se localiza na mesma área onde fica a Administração Regional do Badu, Sapê e Matapaca, o Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses, o CRAS Badu, o Trabalho Técnico Social do PAC Morro da Cocada e uma praça construída para a população do bairro (Figura 7). Esta praça se constitui um dos poucos locais de lazer para a população do Badu, principalmente para as crianças.



Figura 5 - Biblioteca Albertina Fortuna Barros



Figura 6 – sede do PAC - Morro da Cocada Figura 7 – Praça Ivan da Silva Lima

Ao lado desses aparelhos, está localizada ainda a Unidade Municipal de Ensino Infantil Gabriela Mistral (Figura 8). A Unidade, que no momento passa por obras, é a única na área a matricular crianças de 3 a 5 anos. Em contato com a agente administrativa da instituição, obtive a informação de que no momento estão matriculadas uma média de 200 crianças de diversas localidades, sendo de maior número, as crianças residentes do Badu e do Cantagalo.



Figura 8 - U.M.E.I. Gabriela Mistral

Locais também muito frequentados pela comunidade são as Igrejas existentes no bairro. Logo na frente da UMEI Gabriela Mistral, está localizada a Igreja Internacional da Graça de Deus, uma das igrejas principais do bairro (Figura 9). De acordo com o Pastor Jefferson, a Igreja atualmente conta com aproximadamente 120 membros e realiza atividades com a comunidade,

como grupos de evangelismo com os moradores, com as crianças, grupos que debatem a obesidade, entre outros. Outras igrejas da localidade são: Igreja Cristã da Aliança, Igreja Batista Renovada em Pendotiba, Igreja Batista do Calvário, entre outras.



Figura 9 – Igreja Internacional da Graça de Deus

Outro aparelho social importante no bairro e que está diretamente ligado ao Programa Bolsa família, é o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS Badu (Figura 10). O CRAS Badu se localiza numa esquina, logo no início da rua, em um local onde antes funcionava a antiga Legião Brasileira de Assistência (LBA); e por isso muitas pessoas se referem ao CRAS como “aquele ali, onde era a legião”.

De acordo com o relato de um dos profissionais do CRAS Badu, a equipe atualmente é formada por três técnicos (duas Assistentes Sociais e uma Psicóloga), um administrativo, um auxiliar de serviços gerais e uma cuidadora social. As atuais atividades do CRAS se limitam ao cadastramento das famílias no CADÚNICO do Governo Federal e à reunião de grupo socioeducativo com os futuros beneficiários do Programa Bolsa Família, com o objetivo de esclarecer dúvidas e orientar sobre o Programa. Outras atividades esporádicas ocorrem, mas não são atividades específicas do CRAS, sendo resultado de algumas parcerias. Exemplo disto é a realização de palestras sobre a dengue, feita pelo Departamento de Controle de Zoonoses. Ocorrem também neste sentido, cursos e oficinas (manicure, artesanato) ministrados por pessoal contratado da Secretaria de Assistência Social de Niterói. São realizados por tempo determinado, não

representando uma atividade contínua, e nem mesmo uma atividade específica do CRAS. De acordo com a equipe, os cursos referentes ao Projeto de Inclusão Produtiva “não estão funcionando” e o contato com os beneficiários do PBF ocorre quando estes retornam ao CRAS em busca de orientações sobre benefícios, sobre cursos etc.

Sabemos que muitos são os problemas enfrentados pelos CRAS no município em termos de infra-estrutura e outros agravantes. E o CRAS Badu não foge a regra. A equipe salientou dificuldades de acompanhamento das famílias devido à questões como: falta de telefone na instituição, falta de internet no computador utilizado pela equipe etc. Além disso, percebi pelos relatos que não há muita articulação com outros serviços da rede, havendo contato entre eles apenas para encaminhamentos de demandas.

A respeito dessas demandas, uma questão importante apontada foi aquela relativa à problemática dos serviços provenientes de convênios existentes que ficam a mercê da descontinuidade. A cesta básica é exemplo disto. O Plantão Social, que geralmente articula essa questão da cesta básica, no momento não está ‘fornecendo’ as cestas, tendo o CRAS que recorrer à ajuda das Igrejas em casos de demandas que representam emergência para determinada família muito necessitada do serviço.

Dessa forma, o que podemos verificar com isso é a precariedade das condições em que opera o CRAS Badu e que corresponde a uma realidade mais ampla, relativa aos equipamentos de assistência social do município em si. Essa situação possivelmente se reflete diretamente na qualidade do atendimento realizado pelos profissionais, na resolução das demandas apresentadas e na percepção da população acerca dos serviços prestados.



Figura 10 - CRAS BADU

A Policlínica Comunitária Dr. Barros Terra:

Como já foi mencionado, o local escolhido para a realização da pesquisa é a Policlínica Comunitária Dr. Barros Terra (Figura 11). Anteriormente a Policlínica era conhecida como Unidade de Saúde Profº Barros Terra, inaugurada no dia 08/11/1986; e reformada em novembro de 2008. Atende a população dos bairros: Badu, Cantagalo, Maria Paula, Matapaca, Muriqui, Vila Progresso e pessoas advindas do PSF (Programa Saúde Família); além daqueles que os profissionais lá chamam de “fora de área”, que são pessoas de outras localidades que por algum motivo de emergência precisaram ser atendidas lá. A Policlínica tem atualmente 13.824 pessoas cadastradas e possui as seguintes especialidades: clínica geral, pediatria, nutrição, fonoaudiologia, psicologia, ginecologia, assistência social, terapia ocupacional e odontologia. Entretanto, não está havendo no momento o atendimento por parte dos dentistas devido à quebra de um aparelho.



Figura 11- Policlínica Dr. Barros Terra

Dito isto, é importante frisar que a Policlínica Dr. Barros Terra foi o local selecionado para a realização desta pesquisa em função de representar um campo de pesquisa facilitador no que diz respeito ao acesso às beneficiárias do Programa para a aplicação das entrevistas tendo em vista a necessidade do cumprimento das condicionalidades da Saúde do Programa.

CAPÍTULO IV: A PESQUISA

Procedimentos metodológicos

Como já foi assinalado na introdução dessa dissertação, esta pesquisa possui um olhar voltado para os sujeitos sociais, neste caso, representado pelas mulheres; e por isso, temos a preocupação em buscar suas falas. Para isso, é fundamental também que as relações de gênero sejam analisadas enquanto relações sociais e simbólicas que perpassam a construção dos sujeitos e a construção de suas identidades.

As contribuições de Thompson (1981) se apresentam de extrema relevância para essa pesquisa. Entendo que o resgate da dimensão da experiência como relação entre ser social e consciência social e a importância da realidade histórica ser compreendida como processo, são aspectos que devem ser considerados fundamentais em qualquer trabalho com sujeitos. Para Thompson, os conceitos de classe (ou consciência de classe) e de experiência são conceitos que definem e redefinem práticas, relações e pensamentos.

Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por 'relações determinadas' indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares. (THOMPSON, 1981, p. 111).

Assim, entender a experiência na vida de homens e mulheres reais é compreender o diálogo que existe entre ser social e consciência social. Essa categoria permite compreender homens e mulheres:

Não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura(...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (Thompson, 1981, p. 182)

Contudo, para além da reflexão sobre o conceito de experiência, é necessário também considerar que esta mesma experiência é perpassada pela dimensão de gênero como afirmam Freitas e Braga (2008). Como nosso trabalho resgata a fala de mulheres, é importante destacar que essa dimensão de gênero nos possibilita refletir sobre o cotidiano vivido por estas. A importância da dimensão de gênero, muito bem aprofundada por Joan Scott (1991) e a qual já abordamos em capítulo anterior, enriquece as análises de estudos realizados com mulheres, pois nos remete sempre à necessidade de se considerar o gênero enquanto relação social.

Assim, a presente pesquisa propõe trazer à tona a voz de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa família, captando seus valores, opiniões, expectativas acerca do Programa; e por isso recorre à utilização da pesquisa qualitativa. Esta, como indica Minayo (2004), é representada por estudos que buscam compreender questões da realidade que não podem ser quantificadas e trabalha com o universo dos significados, motivos, crenças, valores, atitudes, etc. O processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa é dividido por Minayo em três etapas: fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental. Esta última etapa ainda é dividida por ela em três tipos de procedimentos: ordenação dos dados, classificação dos dados; e análise propriamente dita. Embora este trabalho não siga a risca cada uma dessas fases, se apoiou nesses procedimentos para a realização da pesquisa.

A pesquisa qualitativa parte do pressuposto também que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, entre o sujeito e o objeto e entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos. É neste sentido que, verificamos dentro da abordagem qualitativa diferentes possibilidades metodológicas de trabalho.

Sendo assim, o resgate das falas das mulheres beneficiária do PBF, realizado por este trabalho, traz necessariamente à tona o trabalho com a história oral. Na medida em que esta metodologia busca valorizar as narrativas e atribuir significados à vivência dos sujeitos, a utilização deste método se torna relevante ao possibilitar ouvir a voz dessas mulheres, conhecer suas experiências, opiniões, valores, etc. Podemos dizer que a história oral é uma “prática de apreensão de narrativas destinada a recolher testemunhos (...), promover análise de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato” (MEIHY, 2005 apud AZEREDO, 2011).

Em direção similar, devemos considerar ainda como fundamental em uma pesquisa deste tipo, o “caso particular de interação entre o pesquisador e aquele ou aquela que ele interroga.” (Bourdieu, 1997, p. 693). Ou seja, atentar para as implicações provenientes da interação que ocorre em uma pesquisa, lembrando que a relação de pesquisa não deixa de ser uma relação social e assim, produz seus efeitos. Dentre as contribuições metodológicas oferecidas por Bourdieu (1997), ressalta-se a importância, para a nossa pesquisa, da questão que envolve a distância entre pesquisador e pesquisado. O autor aponta que é fundamental que nos situemos mentalmente no lugar em que o pesquisado ocupa no espaço social como forma de compreender condições e condicionamentos que estão associados à sua posição e à sua trajetória particular neste espaço. Neste sentido, investigar um lugar tão próximo – afinal, é também o bairro onde moro – traz vantagens por ser eu mesma uma “nativa”. Portanto, bem próxima da realidade das mulheres pesquisadas – e desvantagens – exatamente porque essa proximidade pode me fazer “naturalizar” determinadas situações ou falas. Nesse sentido, busquei sempre uma vigilância epistemológica no contato com minhas entrevistadas – inclusive percebendo que mesmo habitando territórios tão próximos, somos muito diferentes em alguns aspectos.

Não se pode deixar de ressaltar também que a análise dessas narrativas merece especial atenção. Thompson (1992) alerta para essa questão: de que os fatos precisam ser avaliados pelo pesquisador antes de utilizá-los, propondo, entre outras coisas, a avaliação da coerência do relato oral, considerando a sua lógica interna, o contexto espacial, temporal e social em que foi obtido, etc.

Vale considerar aqui também a contribuição da micro-história para esta pesquisa. A micro-história se baseia na redução da escala de observação, e na priorização de grupos diferentes dos tradicionais com o objetivo de iluminar experiências individuais e coletivas de importância significativa para análise e estudo da história do passado, e que de outra forma passariam despercebidas (VAINFAS, 2004). Ou seja, se traduz na possibilidade de compreender melhor o macro através do estudo do micro, sem a dissociação dessas esferas.

Dito isto, a partir da necessidade que temos de ver e ouvir essas mulheres beneficiárias como sujeitos, objetiva-se neste trabalho, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, onde buscamos conhecer os diversos significados que o Programa Bolsa Família tem adquirido na vida destas. Para a realização dessas entrevistas, é necessário mais uma vez atentar para as contribuições de Bourdieu (1997) quando este aponta a importância de se diminuir ao máximo qualquer tipo de dominação – e que ele chama de “violência simbólica” – sobre o entrevistado. Uma dominação que

nem sempre é percebida nesta relação entre pesquisado e pesquisador e que algumas vezes pode ser vista enquanto algo natural.

É necessário também enfatizar alguns aspectos que consideramos aqui como fundamentais para o bom desenvolvimento das entrevistas, tais como: o respeito ao entrevistado, o saber ouvir e o saber esperar, o estabelecimento da escuta, a compreensão dos suspiros, pausas e silêncios, entre outros inúmeros fatores. O espaço da entrevista deve ser compreendido também enquanto um espaço de troca, de diálogo e interação.

O estabelecimento da escuta visa à construção de um discurso, uma narrativa. Nossa preocupação neste trabalho é a de registrar a “voz” dessas mulheres beneficiárias para que possamos nos aproximar um pouco mais das experiências vividas por elas. Experiências que são perpassadas por um recorte de gênero, classe, idade; e que repercutem na forma de apreensão do Programa no qual estão inseridas.

Diante disso, optou-se nesta pesquisa pela aplicação de entrevistas semiestruturadas com mulheres beneficiárias e representantes legais do benefício do PBF, residentes do bairro Badu. O local escolhido para a realização da pesquisa foi a Policlínica Dr. Barros Terra, visto que, devido à questão do cumprimento das condicionalidades do PBF, este acaba se constituindo um local de fácil acesso às beneficiárias.

Quanto às variáveis utilizadas na delimitação de um perfil das mulheres a serem entrevistadas, definiu-se um tempo mínimo de inserção no programa, já que a experiência (de inserção) é crucial para elaborar avaliações e atribuir significados à condição de beneficiário. Sendo assim decidiu-se que as mulheres entrevistadas deveriam possuir, no mínimo, seis meses de inclusão no PBF.

Além disso, como se trata de uma pesquisa que envolve também em sua análise a dimensão das relações de gênero, optou-se pela realização de entrevistas com mulheres nas seguintes situações: casadas, em uniões estáveis ou que tenham companheiros. Levou-se também em conta o padrão de focalização do programa que classifica, com base na renda per capita, as famílias em pobres e extremamente pobres. Ao contemplar as famílias pobres (renda per capita familiar entre 70,01 e 140 reais) e extremamente pobres (renda per capita familiar até 70 reais) pretendeu-se captar os diferentes graus de vulnerabilidade social e, assim, as diferentes características das famílias quanto à situação econômica, inserção no mercado de trabalho, etc.

A chegada ao campo de pesquisa

Comecei o trabalho de campo, procurando acompanhar as atividades da Assistente Social responsável pelo acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família dentro da Policlínica Dr. Barros Terra para primeiramente compreender de que forma está sendo realizado este trabalho. A partir disto, pude mais facilmente fazer contato com algumas mulheres beneficiárias do PBF de forma a captar aquelas com o perfil adequado para a realização das entrevistas.

Inicialmente, acredito que seja importante relatar um pouco do trabalho realizado pela Assistente Social da Policlínica, para que possamos compreender algumas das dificuldades que se apresentaram durante a realização do trabalho de acompanhamento realizado por esta Unidade de Saúde no que diz respeito às famílias beneficiárias do PBF.

Ao acompanhar o trabalho realizado por esta profissional, pude verificar que esta recebe uma listagem com um total de pessoas (e não de famílias) a serem acompanhadas. Ou seja, pessoas beneficiárias do Programa, as quais devem ser ‘verificadas’ quanto ao cumprimento das condicionalidades da saúde. Após feito isto, a listagem é enviada imediatamente à Saúde, dentro de um prazo estabelecido; para que esta realize os procedimentos cabíveis e o posterior envio destas informações ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). O MDS, de posse dessas informações, é que determina o bloqueio ou não do benefício da família.

O que é importante salientar neste trabalho de acompanhamento das condicionalidades dentro da Unidade de Saúde, é que são vários os profissionais, além da Assistente Social, que de uma forma ou de outra se encontram interligados a este acompanhamento. Exemplo disto é o caso dos enfermeiros, responsáveis por pesar e verificar a altura das crianças, e também os profissionais da área administrativa, que trabalham diretamente com o público na recepção lidando com os prontuários; e aqueles que trabalham na digitação da planilha final de acompanhamento das condicionalidades.

Enfim, os prontuários são passados de mão em mão e por várias especialidades dentro da Policlínica, antes ou depois de passar pela Assistente Social. O trabalho realizado pelos profissionais é feito de forma isolada por cada um, não havendo uma articulação entre eles, o que acaba acarretando um desencontro de informações das famílias que seriam úteis para as várias especialidades. Os prontuários depois de passarem por diversos médicos, voltam para a recepção, impossibilitando a identificação dos beneficiários do Programa pela Assistente Social e assim o acompanhamento. Muitas vezes esta última recorre à recepção realizando uma verdadeira pesquisa

em cada um dos prontuários no intuito de identificar beneficiários (a identificação é feita através de uma etiqueta com o dizer “Bolsa Família” do lado de fora do prontuário) e com isso verificar se a pessoa já foi atendida na Policlínica no semestre vigente ou não.

Em alguns dos prontuários, é possível obter dados como: peso e altura das crianças, mas, muitos não possuem nem estes dados. Além disso, há dificuldades quanto a própria listagem de acompanhamento recebida. Muitas vezes as pessoas que ali constam não são encontradas, muitas já se mudaram de residência e até de município, muitas já são falecidas, já se desvincularam ou perderam o benefício e etc. Estas questões nos fazem refletir sobre com que periodicidade essa listagem é atualizada e as informações ali são verificadas. Esses entraves fazem com que a Assistente Social preencha uma outra lista a parte, independente da listagem oficial de acompanhamento.

Essa outra lista, mais conhecida como Mapa Diário de Acompanhamento e é o instrumento disponibilizado pela Saúde para realização do acompanhamento de condicionalidades da saúde. Esta lista contém os seguintes itens a serem preenchidos, tais como: a data em que o beneficiário foi atendido na Unidade durante este semestre; o NIS; o nome; data de nascimento; o número do prontuário; perfil; peso; altura; informações sobre A.M (aleitamento de crianças até 7 anos); informações sobre D.UM. (data da última menstruação); informações sobre vacinação; sobre a gestante; e sobre o P.N. (pré-natal). Alguns destes dados podem ser preenchidos com as informações presentes no prontuário, entretanto, muitos somente podem ser verificados durante a visita da família a Unidade, já que se tratam de informações que variam com o passar do tempo e precisam estar atualizados (ex: peso e altura das crianças). Neste sentido, quando vemos comprometida a localização das famílias, e assim, sua visita ao Posto, também se acha comprometida a identificação de dados importantes.

Nos casos em que a criança está junto a mãe no momento do atendimento com a Assistente Social, e em seu prontuário não constam as informações de peso e altura, a profissional pede que algum enfermeiro pese e meça a criança para o preenchimento dos dados de acompanhamento. Contudo, muitas vezes até isso se torna um complicador, pois, nem sempre há algum enfermeiro disponível no momento para a realização desta tarefa, tendo a própria Assistente Social que realizá-la. Enfim, são muitas as questões que se apresentam no cotidiano do trabalho realizado pela Policlínica que dificultam a identificação e o contato com as famílias beneficiárias e também o acompanhamento das condicionalidades do Programa.

A fragilidade na relação entre profissionais, a falta de informações sobre o número de beneficiários por bairro, de gestantes e crianças atendidas, os procedimentos utilizados para realizar o acompanhamento, e a dificuldade no preenchimento de informações importantes ou simples ausência destas informações, são alguns dos fatores que podem comprometer e muito no processo final. Assim, a listagem a ser enviada no final do semestre pode estar de alguma forma comprometida, podendo, por conseguinte, resultar num posterior bloqueio de benefício, causando no beneficiário um descontentamento em relação ao Programa.

A aproximação às beneficiárias

O contato com as beneficiárias do Programa Bolsa Família se deu a partir da demanda de atendimento para a Assistente Social e para outros médicos. A princípio, já foi possível observar que a procura para fins de acompanhamento das condições da Saúde do Programa não era uma das prioridades das mulheres que procuravam a Policlínica neste momento. Mesmo com o cartaz colocado do lado de fora da Unidade indicando um determinado prazo para que essas famílias beneficiárias procurassem a Unidade de Saúde para o acompanhamento, pudemos verificar uma baixa procura por parte das mesmas.

Diante disto, procurei entrar em contato com mulheres que aguardavam consultas com as mais diversas especialidades, tentando identificar se haviam beneficiárias que se dispunham a serem entrevistadas.

É imprescindível destacar alguns obstáculos que se apresentaram nesta fase de realização das entrevistas. De início, é preciso destacar que a maioria de beneficiárias do PBF que se mostraram frequentes na Policlínica, eram mulheres solteiras, separadas ou divorciadas e que representam famílias monoparentais femininas. Esse perfil condiz com aquele que geralmente é encontrado em famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, mas no caso da presente pesquisa era necessário que as entrevistas fossem realizadas com mulheres que apresentassem vínculos conjugais, casadas, vivendo com companheiros, etc. Essa variável era fundamental para que se pudesse analisar as relações de gênero dentro desta perspectiva de família beneficiária.

Este foi um dos principais fatores que influenciou a definição do número de mulheres a serem entrevistadas, pois a ‘captação’ de mulheres dentro deste perfil não se mostrou uma tarefa

fácil. Além disto, outras questões relativas ao próprio funcionamento da Policlínica e à falta de médicos (ou em licenças) representaram outros fatores que durante estes meses restringiram a procura pelos serviços da Policlínica. Sendo assim, foram realizadas sete entrevistas, que abaixo serão analisadas a partir das perguntas feitas e de outras questões trazidas pelas beneficiárias.

O questionário foi dividido em duas partes: uma parte mais fechada relativa ao perfil da entrevistada e de sua família; e uma parte aberta, relativa às questões já apontadas anteriormente, e que a pesquisa procurou problematizar. Assim, a primeira parte possui perguntas sobre: idade, cor, estado civil, escolaridade, atividade exercida, quantos filhos possui, quem mora na casa, quem trabalha na casa, valor do benefício recebido e tempo aproximado de recebimento do mesmo. Já a segunda parte abrange desde questões que abordam a relação entre beneficiária, família e Programa; como sobre opiniões, mudanças, dificuldades perante o Programa e os significados que estes assumem em suas vidas.

Resultados da pesquisa:

O perfil

Dessa forma, podemos começar nossa análise pelo perfil das entrevistadas. Começando pela categoria idade, a mesma variou entre 21 e 33 anos, revelando o perfil relativamente jovem das beneficiárias entrevistadas⁴⁴. Quanto à cor, cinco beneficiárias se autodeclararam negras, uma branca e uma ‘morena’. Em relação ao estado civil, das sete entrevistadas, somente uma disse ser casada legalmente, enquanto as outras seis disseram morar com um companheiro ou “com uma pessoa”.

Quanto à escolaridade, apenas uma beneficiária disse possuir o ensino médio (2º grau) completo, enquanto duas possuem o ensino médio incompleto, uma com o ensino fundamental (1º grau) completo e três com o ensino fundamental incompleto. Podemos analisar este quesito juntamente com a pergunta sobre “atividade exercida” (ou trabalho atual); onde três delas disseram que “fazem faxina”, uma está desempregada, uma trabalha como manicure apenas nos finais de

⁴⁴ Importante enfatizar que a pesquisa não se propõe a realizar generalizações, visto que o número de entrevistadas é um número muito pequeno. O intuito é refletir e problematizar mais especificamente as questões trazidas através das falas dessas mulheres beneficiárias para que possamos nos aproximar um pouco mais da realidade vivida por estas.

semana, uma trabalha como doméstica e uma como operadora de caixa em um supermercado. Das seis que realizam alguma atividade, apenas as duas últimas possuem a carteira de trabalho assinada. Associando o fator escolaridade à questão da inserção no mercado de trabalho, vemos que o perfil apresentado por tais mulheres, denota a condição de vulnerabilidade em que se encontram.

Em relação a existência de filhos, cinco delas possuem dois filhos, enquanto as outras duas possuem apenas um filho. A idade das crianças variou entre cinco meses e nove anos de idade. Relacionando isto com a pergunta “quem mora na casa?”, pude verificar que cinco delas afirmaram morar apenas com os filhos e o marido ou companheiro. As outras duas agregam outros parentes: uma agrega a mãe e a outra, a mãe, cunhada e os filhos da cunhada. No caso desta última beneficiária, são oito pessoas que habitam a mesma casa.

Sobre “quem trabalha na casa”, foi possível verificar que em quase todas as residências os membros adultos trabalham ou tem alguma atividade. Menos no caso de uma beneficiária que está desempregada e no caso do companheiro de outra beneficiária que também está desempregado. Entre as atividades exercidas por seus companheiros, somam-se dois casos em que estes fazem ‘bicos’, um que trabalha em uma oficina, um que trabalha como repositor em um mercado, um que trabalha como motorista de ônibus e um técnico em enfermagem. Sendo os três últimos os que trabalham tendo sua carteira assinada.

Quanto à renda aproximada da família, esta variou entre o mínimo de 400 reais e o máximo de 1200. Duas beneficiárias mencionaram ainda o valor de 700 reais, duas 600 reais e uma 1000 reais. Ao relacionarmos esta questão com aquela que procura identificar o valor do benefício recebido, vemos que duas mulheres disseram receber 134 reais de benefício, três disseram receber 130 reais, uma 100 reais e uma 32 reais. Uma beneficiária disse ainda que antes recebia 100 reais, mas que houve alteração depois que inseriu no seu cadastro a filha mais nova, passando a receber então mais 30 reais, correspondente a esta criança.

Ou seja, se considerarmos o perfil da família pela análise do valor monetário recebido, podemos concluir que seis delas se encontram no perfil de “extremamente pobre”, enquanto uma no perfil “pobre”. Pois, de acordo com os valores citados, podemos supor que as seis beneficiárias recebem o benefício básico (70 reais pagos às famílias em extrema pobreza, ou seja, com renda per capita familiar igual ou inferior a 70,00), além do benefício variável corresponde à 32 reais reais por cada criança. E apenas uma beneficiária – a que disse receber 30 reais de benefício – receberia apenas o valor correspondente à criança (sua filha).

Entretanto, o curioso é que, se considerássemos os valores apontados como correspondentes a renda familiar e os valores dos benefícios recebidos, concluiríamos que nenhum das seis se encontram nesse perfil de extrema pobreza de fato. Pelo menos, não de acordo com o que o Programa estabelece como extrema pobreza. Algumas até nem se encontram dentro do próprio perfil do Programa. A renda per capita mais baixa (de acordo com os cálculos realizados) seria em torno de 100 reais e a mais alta em torno de 300 reais.

Obviamente que não se quer discutir aqui o que deve ser considerado ou não, para uma família, como pobreza, em termos de renda. Mas, é importante destacar que essa discrepância entre renda familiar e benefício recebido em seis das sete entrevistadas, no mínimo aponta para problemas na identificação e caracterização correta das famílias; e quanto à cobertura pelo Programa, já que algumas das mulheres entrevistadas apresentaram renda familiar que não condiz com a exigida para vinculação no Bolsa Família. É a velha história contada pelos próprios beneficiários que afirmam que enquanto muitos recebem o benefício sem precisar, os que “verdadeiramente necessitam”, não recebem nada.

As dificuldades relativas à identificação da real situação econômica das famílias mais pobres é de fato um problema não só para o Programa, como até para elas mesmas, que diante da instabilidade dos vínculos empregatícios (muitas vezes informais), vivenciamconsequentemente (e frequentemente) uma instabilidade de renda, ocasionando também a dificuldade em definir precisamente o quanto recebem.E não podemos esquecer do fato de que – sem entrar em juízos de valor – “esconder” determinado membro da família (e sua renda, é claro) pode ser muitas vezes uma estratégia utilizada.

Bem, a respeito do tempo de recebimento do benefício pelas famílias inseridas no Programa, a média variou entre um ano e quatro meses e 3 anos.Seis das entrevistadas disseram ter tido conhecimento sobre a existência do Programa Bolsa Família a partir de parentes e amigos que já haviam se cadastrado no Cadúnico; e uma soube do benefício através do colégio onde seus filhos estudam. Vemos aí a importância das redes de apoio que envolvem parentes e amigos, no repasse e troca de informações importantes e de interesse da população. A instituição enquanto aquela que muitas vezes pensamos ser a primeira no repasse desse tipo de informação (representada aqui pelo Colégio da criança), aparece em apenas uma das falas das entrevistadas.

O PBF e sua utilização

Passamos agora para a segunda parte do questionário que visa verificar as relações entre o recebimento do benefício do PBF e relacionamento com a família, companheiro, as questões relativas à utilização do dinheiro etc. Os nomes das entrevistadas são fictícios. Esta escolha foi intencional para que possamos garantir o anonimato das beneficiárias (representadas, então, por flores).

Assim, quando questionadas sobre quem retira o benefício todo mês, seis delas disseram ser elas mesmas quem retira o dinheiro; e uma disse depender de quem (ela ou o companheiro) estiver mais próximo do local, ou seja, do banco.

“As vezes sou eu, as vezes é ele. Porque ele trabalha lá pra baixo, já tá lá perto e aí ele pega, e aí quando eu tô, eu pego.” (Flor de Liz)

Contudo, o interessante é que das seis mulheres que afirmaram retirar o benefício, três relacionaram isso com a função de maternidade exercida por elas, como podemos ver na seguinte resposta: “Eu que tiro porque eu que sou a mãe dos meninos.” Essa identidade centrada na figura da maternidade, na mãe que é a cuidadora do lar, da família, da casa, é afirmada pelas beneficiárias em vários momentos nas entrevistas realizadas e em diferentes questões relativas ao Programa. Identidade esta que já sabemos ser enfatizada pelo próprio Programa.

Como poderemos observar, as respostas da questão: “quem retira o benefício todo mês?” podem ser diretamente relacionadas com as que surgem de outras duas perguntas: “quem na casa decide com o que o dinheiro será utilizado?” e “quem utiliza (de fato) o dinheiro do benefício?”. Para as duas perguntas realizadas, a maioria das beneficiárias respondeu que são elas que decidem e que utilizam o dinheiro. Somente em um caso a beneficiária disse ser sua mãe a pessoa que tanto decide quanto utiliza o dinheiro do PBF. Ainda assim neste caso, é uma figura feminina, representada por sua mãe, a pessoa responsável por tais decisões. Isso nos faz pensar: seria o PBF, “coisa de mulher”? E talvez por isto, ser tão baixo o valor de seu benefício? Essas são questões que, a primeira vista, nos trazem algumas inquietações.

“É minha mãe (risos). Porque se eu pegar eu gasto tudo. Então ela que faz... Porque *ela compra as coisas das crianças*, compra as coisas pra dentro de casa. Se deixar por mim... Aí ela já compra tudo certinho.” (Rosa – grifos meus)

A afirmação da função da maternidade aparece enquanto justificativa para uma melhor decisão ou aplicação do benefício e a visão deste enquanto um dinheiro que deve ser destinado exclusivamente para o atendimento de necessidades das crianças.

“Eu, porque eu que sou a mãe então eu que tenho que decidir isso né.” (Tulipa)

“Eu porque eu não gasto, eu guardo pra ela (filha). Quando eu gasto é pra comprar uma coisa pra ela. Geralmente a gente sai, vai no Mc Donald, compra um brinquedo, alguma roupa que ela quer. Só gasto com ela. *O dinheiro é dela, eu falo: o dinheiro é teu.*” (Flor de Liz – grifos meus)

A fala da última beneficiária nos aponta algumas questões interessantes de serem comentadas. Sua narrativa sobre utilização do dinheiro nos mostra que seus gastos não seriam com coisas ou artigos de primeira necessidade (Mc Donald, brinquedos), como geralmente é “preconizado” pelo Programa. Ou seja, com alimentação, por exemplo. Entretanto, isto também nos possibilita refletir sobre o que é considerado ou não de fato uma necessidade para essas mulheres. Devemos, portanto, entender que as definições acerca da “necessidade” são perpassadas por diversos aspectos que condicionam e determinam o que pode ser considerado ou não enquanto uma necessidade para uma pessoa, ou seja, elas são socialmente construídas.

Dentro ainda desta mesma questão, vemos que outra beneficiária aponta brinquedos e roupas para as crianças como artigos que são comprados com o dinheiro do benefício.

“Eu. Porque *eu acho que o dinheiro é para as crianças* então todo dinheiro que vem todo mês eu gasto com eles. É roupa, sabe, com coisa pra eles, um brinquedo pra eles. No momento eles não estudam em colégio... mas ficam na creche. Então no momento eu não gasto com material nem nada, então é uma meia, uma cuequinha, uma roupinha pra eles entendeu?” (Dália – grifos meus)

Mariano e Carloto (2009) sugerem que Programas como o Bolsa Família acabam por reforçar essa tradicional associação da mulher com a maternidade e com as tarefas pertencentes à esfera reprodutiva. Concordo com as autoras no sentido de que esse reforço contribui para a fixação dos papéis sexuais e representa um obstáculo para a construção de sujeitos plurais, impossibilitando ainda a discussão em torno das questões de poder intrínsecas ao padrão das relações de gênero. Por outro lado, isso gera uma autonomia dessas mulheres, um poder de tomar decisões que afeta toda a família, o que pode representar uma contradição do Programa.

Quando questionadas sobre com o que o dinheiro do Programa é utilizado, novamente as crianças aparecem como o alvo de preocupação das beneficiárias e parâmetro para a aplicação do dinheiro.

“A gente gasta mais com *as coisas das crianças*, mais com leite, com fralda.”
(Rosa – grifos meus)

“Eu uso pra comprar *as coisas pras crianças* né. Compro leite, carne, uma roupa, coisas assim.” (Azaleia – grifos meus)

Observando as falas, vemos que a visão do dinheiro do benefício enquanto dinheiro que deve ser gasto com alimentação, vestuário, lazer, enfim, ‘coisas’ para as crianças, é muito presente e acaba condizendo com o objetivo anunciado pelos programas de combate à pobreza no país: investimento nas crianças e jovens para romper com o ciclo da pobreza.

Polêmicas a parte, essa associação entre família, mulher e cuidados com as crianças envolve conceitos e práticas que de fato parecem estar ainda muito arraigados em nossa sociedade e longe ainda de serem revistos e superados por aqueles que são os responsáveis pela construção de políticas. Além de obviamente envolver questões ideológicas e políticas que direcionam escolhas e decisões nesse sentido.

Estes mesmos paradigmas que sustentam o foco das políticas nas mulheres e crianças, não inserem o homem nesta perspectiva. Essa invisibilidade masculina demonstra que, pelo menos no que tange às políticas assistenciais, há uma clara demarcação que enfoca o papel feminino. Assim, se pensarmos o gênero enquanto uma dimensão relacional, e notarmos que essa dimensão não aparece priorizada em tais políticas, poderemos talvez concluir que não há a intenção destas em focar nessas relações, ou muito menos de alterá-las de alguma forma.

Dando prosseguimento a nossa análise, vemos que em duas respostas as entrevistadas apresentaram ainda outras questões que direcionam a utilização do benefício:

“Assim... como é que eu vou te dizer, eu uso pra comprar as coisas pra ele né (filho). Compro comida mesmo e às vezes compro o gás também quando acaba né.. é assim.” (Tulipa)

“Ah, eu uso o Bolsa Família pra comprar as coisas que tão faltando pra dentro de casa mesmo. As vezes pago uma conta também.. depende muito da necessidade do momento né.” (Margarida)

A utilização do dinheiro, em alguns casos, se volta para outras questões que não envolvem as crianças, muitas vezes num nível mais imediato de necessidades, mas que sempre se remetem a necessidades ou afazeres relacionados à casa.

Ainda sobre a questão do benefício, no que diz respeito mais especificamente ao tempo de duração do dinheiro, as sete entrevistadas não conseguiram precisa-lo com exatidão; e algumas falas merecem destaque:

“Durar não dura muito não. A gente compra leite essas coisas assim, as crianças bebem leite a beça, dura uma semana assim no máximo. A gente vai e não compra tudo de uma vez não, a gente compra um pouco de leite, da comida, das frutas, vai usando..” (Rosa)

“Quando eu gasto com ela (filha), eu pego e na mesma hora já gastei. Que que você vai fazer com 32 reais? Vou no Mc Donald, levo ela pra lanche, acabou o dinheiro. Quer uma roupa, compra uma roupa nem roupa dá pra comprar com 32 reais. Roupa de criança é acima de 40 reais, nem dá e ainda tenho que interar pra comprar um brinquedo, alguma coisa pra ela.” (Flor de Liz)

“Olha... eu não te dizer direito não porque as vezes não dura nem uma semana porque eu já vou lá no mercado e já gasto tudo e as vezes dura mais e eu vou comprando as coisas aos pouquinhos né.. então não sei te dizer não..” (Margarida)

“Ah.. acho que dura uma ou duas semanas. Depende muito porque tem vezes que tá faltando as coisas lá pra eles (filhos) e aí eu já compro um monte de coisinha de uma vez né.. mas as vezes até que dura mais um pouquinho (risos)” (Orquídea)

Diante dessas falas, me remeto à argumentação de Juncá (2007) em sua pesquisa, mostrando como o Bolsa Família muitas vezes é visto como “a ajuda que mata a fome do hoje”. A imprecisão quanto ao tempo de duração do benefício e a dimensão de imediatividade presente nas falas, revelam um pouco do cotidiano dessas famílias que tentam fazer o pouco (considerando o baixo valor do benefício) virar muito, para atender todo tipo de necessidade que surge.

O PBF e a dimensão do gênero

Partindo para o enfoque que direcionou algumas perguntas relativas às relações de gênero, uma delas teve o objetivo de analisar qual seria o papel do companheiro/marido em relação ao recebimento do benefício pelas mulheres, tentando identificar qual seria a atuação dos homens no que diz respeito ao Programa. As respostas revelaram uma ausência quase que total destes no que

diz respeito às decisões ou à qualquer tipo de atuação relacionada ao PBF, como nos mostra as seguintes falas:

“Ele nem liga não. *Não é dele*, praticamente é das crianças, aí ele não interfere em nada não.” (Dália – grifos meus)

“*Ele não se mete* não sabe porque eu acho assim que ele nem sabe direito o que que é o Bolsa Família e ele sabe que é das crianças então ele deixa comigo pra eu resolver né..” (Rosa – grifos meus)

“Nenhum não porque acho que ele nem sabe quanto que é o benefício. *Ele não interfere* nisso não porque sabe que é um dinheirinho que é pra comprar as coisas pras crianças então ele não fala nada não.” (Orquídea- grifos meus)

“*Ele não se mete nisso não* porque geralmente sou eu que pego e vou lá mesmo comprar as coisas né.. e ele sabe que o dinheiro é do filho mesmo então ele não fala nada não. (risos)” (Tulipa – grifos meus)

As mulheres apontam a não interferência do homem no que tange às questões relativas ao Programa e ao benefício como algo quase natural, devido ao fato do dinheiro ser “das crianças” – e portanto, da responsabilidade delas. Dessa forma, elas estão reafirmando também os papéis de gênero. E como tudo o que se relaciona ao cuidado com as crianças da família é atribuído como sendo de responsabilidade da mulher, o homem, mesmo fazendo parte da família, acaba não ocupando papel nenhum nesta situação.

É interessante notar neste sentido que a não atuação (e invisibilidade) do homem no que concerne às questões relativas ao PBF acaba confirmando o caráter de gênero que subjaz essas políticas e que aparece aqui também como algo incorporado pelas próprias beneficiárias. De acordo com Carloto (2010), o foco desses programas e políticas seriam de fato as mulheres, e não a família como afirmam os documentos oficiais. Entretanto, isso não seria dito explicitamente, pois revelaria o caráter ideológico de tais políticas. Essa demarcação de gênero influenciaria diretamente no comportamento de homens e mulheres em relação a programas como o Bolsa Família:

“Há claramente um marcador de gênero no desenho dos programas e no acesso às políticas sociais, o que influencia a conduta de homens e mulheres de forma a orientar quem busca quais bens e serviços. Isso diz respeito ao modo como um padrão de valor cultural é institucionalizado na política de assistência social, como por exemplo, convocar sempre as mulheres para as reuniões.” (CARLOTO, 2010, p.461)

Considerando que a autora esteja correta em sua afirmação, podemos pensar também que, além das questões relativas ao desenho e acesso, talvez o valor mesmo do benefício esteja condicionado a essas demarcações.

Outro aspecto importante a ser destacado nas falas é o reconhecimento por parte das beneficiárias do baixo valor monetário do benefício recebido, que não corresponde, na maioria das vezes, às necessidades da família (ou da criança) que precisam ser supridas.

“Ele (companheiro) tira o benefício e me dá. A gente só acha que é pouco, que não dá pra fazer nada. Porque ela (filha) tem bronquite asmática, sinusite e alergia a mudança do tempo. Então o Bolsa Família que a gente ganha a gente ia pagar um plano de saúde pra ela pra poder tratar com alergista, alguma coisa boa, então pra gente era melhor no caso que ganhasse mais um pouco pra pelo menos pagar um plano de saúde, alguma coisa..” (Flor de Liz)

Ao mesmo tempo, podemos observar em algumas falas que, apesar do reconhecimento do baixo valor do benefício, este pode apresentar uma “segurança” em alguns momentos de vulnerabilidade vivenciados pela família, ou mais especificamente nesse caso, pela mulher:

“Assim.. ele (companheiro) não se intromete porque é uma coisa que eu corri atrás porque eu tava separada dele então na época eu não tava trabalhando era dona de casa com os dois meninos então *era uma segurança* de eu ter um dinheirinho pra pelo menos manter a casa pra eles entendeu? Aí mas graças a Deus voltamos, estamos bem.” (Dália – grifos meus)

Nessa fala, é possível observar que o benefício aqui representa para esta beneficiária (ou representou em um dado momento) uma garantia. Uma garantia financeira em um momento de instabilidade conjugal no sentido desta mulher poder contribuir financeiramente nas despesas em sua casa.

Já, quando questionadas sobre como se dá a divisão do trabalho em casa e sobre como é o cotidiano de atividades da família, podemos perceber neste momento que o homem já aparece nos relatos. Contudo, prevalece a ênfase do papel feminino na condução das atividades do lar.

“Cada um faz um pouquinho. Ele (marido) me *ajuda* bastante. Ela (filha) também me ajuda. Eu fico com as partes *pesadas* e eles ficam com as mais *leves* Pesadas é roupa, comida, arrumação mesmo da casa. Ela me ajuda a fazer comida as vezes, ele arruma um quarto. Quando eu tô trabalhando ele faz o almoço,. Faz uma comida. Acho que como ele trabalha a noite e tá em casa todo dia de dia não custa nada ajudar né... quando ele não tá dormindo.. que a maioria das vezes ele tá dormindo né.” (Flor de Liz – grifos meus)

Essa fala já nos mostra como as tarefas realizadas pelo homem continuam sendo vistas quase sempre enquanto uma ajuda, e não enquanto compartilhamento das obrigações ou afazeres domésticos. A menção da divisão das atividades entre ‘leves’ e ‘pesadas’, onde a beneficiária assume ficar com as consideradas pesadas enquanto repassa as leves para o marido e para a criança, também denota uma divisão bem clara dos papéis de gênero na família.

Contudo, é interessante refletirmos um pouco mais sobre essa fala. A contribuição de Bourdieu (1999) a respeito da dominação masculina será muito útil. O autor aponta que os esquemas de dominação se utilizam de oposições entre adjetivos, conceitos, categorias que consideradas “naturais”, embasam essas relações de dominação. Destaca, por exemplo, o sistema dos adjetivos cardeais – elevado/baixo, direito/torto, rígido/flexível – como forma de enfatizar o antagonismo construído acerca de características masculinas e femininas. Neste tipo de classificação, as tarefas das mulheres são consideradas de menor valor do que a dos homens. A estes, pela sua força e inteligência (a famosa razão masculina) caberiam as tarefas de maior valor. Por isso, o pesado é atribuído ao homem, ficando as mulheres, mais frágeis, com o que seria mais leve.

A partir dessas considerações, quando pensamos na fala da entrevistada acima, é curioso notar que seu relato aponta a ocorrência do contrário. As atividades “leves”, que seriam atribuídas às mulheres, de acordo com os princípios da dominação apontados por Bourdieu, são repassadas por ela ao marido, enquanto a mesma se atribuiu as tarefas “pesadas” da casa. Há uma reversão interessante de ser problematizada, pois o que fica claro é que as atividades pesadas são “coisas de mulher” e não do homem.

Voltando à análise das falas a respeito da divisão de tarefas domésticas:

“A gente se dá super bem ele me *ajuda*em tudo, se precisar lavar uma louça, fazer alguma coisa, os meninos, cuida melhor do que eu que sou a mãe dos meninos, entendeu? Mas a rotina da gente é creche, trabalho, buscar eles na creche e voltar pra casa. A gente fica pouco tempo em casa porque a gente trabalha. Os dois. Ele só chega em casa nove horas da noite. Eu, três e meia, quatro horas eu já tô, aí eu pego eles e fico com eles até o outro dia.” (Dália – grifos meus)

“Bom, nós dois trabalhamos né.. então eu faço as coisas mais no fim de semana mesmo (risos). Mas ele (marido) me *ajuda sempre que eu peço* ele me ajuda né.. quando ele tem *tempo*. E minha mãe também me ajuda a cuidar da minha casa.. do meu filho né... vai lá me ajudar...então é assim.” (Tulipa – grifos meus)

Este último relato também merece comentários. Embora a beneficiária tenha afirmado que tanto ela quanto seu marido estão trabalhando, quando esta se refere à realização das tarefas domésticas, deixa claro que é ela quem as realiza nos finais de semana. Também destaca a ajuda da mãe no que tange ao cuidado da casa e do filho. Ou seja, podemos perceber que mais uma vez o papel feminino é enfatizado como aquele que primordialmente deve realizar tais tarefas.

“Eu fico mais em casa do que meu marido né porque ele trabalha quase todo dia então sou eu que faço as coisas lá em casa, cuido das crianças, levo pra escola e tudo, mas se eu *pedir* pra ele (marido), ele faz também. Me ajuda as vezes. Mas só de vez em quando. *Eu também nem gosto muito não porque homem não entende muito de casa mesmo não* (risos)” (Rosa – grifos meus)

“Ah, como ele tá *desempregado* no momento ele até *ajuda* né com as coisas, as tarefas de casa.. quando eu não posso, nos dias que eu não posso e tudo. Mas eu que faço mesmo a maioria das coisas. Ele só dá uma ajuda mesmo, mesmo porque *ele não entende muito não. A gente que é mulher que entende melhor de casa né* (risos) Mas ele olha as crianças, cuida delas direitinho.. isso ele faz.” (Orquídea – grifos meus)

Pelas respostas apresentadas, nota-se que há em vários casos essa divisão de tarefas no lar que são percebidas enquanto uma ‘ajuda’ quando é feita pelos homens e a recorrência, nas falas, à idéia de “inabilidade natural masculina” para os assuntos da casa (BRUSCHINI e RICOLDI, 2009). A última fala é bem clara neste sentido. A beneficiária nos conta que seu companheiro a ajuda devido ao fato de estar desempregado e mesmo assim essa ajuda só é fornecida quando ela não pode por algum motivo realizar as tarefas.

Alguns relatos apontam também a dificuldade de conciliar o trabalho e as tarefas relacionadas ao cuidado com os filhos e com a casa, o que nos remete a pensar na importância de se construir políticas que possam de fato atender às demandas femininas, como é o caso das jornadas de trabalho mais flexíveis, tanto para homens quanto para as mulheres, para que ambos possam responder às demandas da casa, da família, etc. Entretanto, sabemos também que todas essas questões na verdade são perpassadas por padrões de relações de gênero que, reproduzidos constantemente em nossa sociedade, se constituem em obstáculos para a elaboração de novos paradigmas e de novas “formas de fazer”.

“Assim, as políticas públicas de conciliação entre trabalho e família devem levar em consideração não só facilidades familiares que possibilitem às mulheres as mesmas oportunidades de trabalho existentes aos homens, mas também mecanismos de responsabilização masculina nessas tarefas.” (BRUSCHINI e RICOLDI, 2009, p. 121)

Partindo para um outro momento da pesquisa, as perguntas nessa etapa foram direcionadas no sentido de tentar identificar se a partir da entrada no Programa houve algum tipo de modificação na relação dessas mulheres com seus companheiros, familiares ou vizinhos; e até consigo mesmas, ou seja, na visão que tem de si mesmas. No que diz respeito à mudanças no relacionamento com seus companheiros/maridos e familiares, as sete beneficiárias afirmaram não ter havido nenhum tipo de mudança nessas relações.

“Não porque eu já recebia. Antes de estar com ele eu já recebia porque eu recebia da minha primeira filha, aí quando a gente se juntou eu tive outra e aí eu botei a (filha) dele também, mas não interferiu em nada não. No caso do Bolsa família ele não interfere em nada. Ele não procura nem saber e acho que ele nem sabe quanto que a gente recebe. E assim...o nosso relacionamento.. é o mesmo de sempre.” (Rosa)

“Não, não teve nenhuma, mas é uma ajuda pros meninos, pra gente mesmo também que amanhã ou depois fica desempregado e tem um dinheirinho, entendeu? Mas não mudou nada nem com ele e nem com minha família não.” (Dália)

“Não. Não teve nenhuma não. Acho que tá tudo do jeito que sempre foi mesmo (risos)”(Azaleia)

“Não. Porque eu já recebia antes de tá com essa pessoa que eu tô hoje né.. então não teve mudança nenhuma não e ele é tranquilo então...minha família também não se mete muito na minha vida não .. então..” (Margarida)

Nesse sentido, receber ou não o benefício, participar ou não do Programa, são questões que parecem não surtir mesmo nenhum tipo de efeito nos relacionamentos entre essas mulheres e seus companheiros (ou maridos) e familiares. Em dois casos ainda, as beneficiárias disseram já receber o benefício antes de se relacionar com o atual companheiro.

Em relação ao relacionamento com seus vizinhos, todas as beneficiárias afirmaram também não ter havido nenhum tipo de mudança após a entrada no PBF; mesmo porque seis delas disseram não ter nenhum tipo de convivência com os mesmos.

“Não falo muito com os vizinhos não. Só com uns só.. mas não mudou nada não... mesma coisa.” (Margarida)

“Não tenho convívio com vizinho não. Sou eu, meu marido e meus filhos.” (Dália)

“Não. Eu não costumo conversar muito com os vizinhos não. São muito fofoqueiros (risos).” (Rosa)

“Não costumo conversar com os vizinhos não. São eles lá e eu cá. Prefiro assim. Então não mudou nada não.” (Orquídea)

Diante dessas respostas, podemos refletir sobre até que ponto a transformação da intimidade apontada por Giddens (1991), se implantou em nossa sociedade de tal forma que as redes de sociabilidade podem ter se tornado muito curtas. O autor associa esta transformação na vida cotidiana às tendências da modernidade, acarretando mudanças nos comportamentos e nas relações onde o resultado disto é que “há uma volta para dentro, para a subjetividade humana, e o significado e a estabilidade são buscados no eu interior.” (GIDDENS, 1991, p. 104)

Assim, tanto no que se refere a parentes quanto a vizinhos, as mulheres entrevistadas demonstraram não haver formação de redes concretas de sociabilidade nesse sentido. Somente duas delas mencionaram a importância do papel de suas mães na ajuda em afazeres domésticos. Esse fator também chama a atenção se considerarmos a formação de redes no universo das famílias mais pobres como uma prática a que estas recorrem com frequência em virtude das dificuldades vivenciadas por estas cotidianamente (SARTI, 2003). Não podemos afirmar a não importância das redes atualmente para o cotidiano das mulheres e suas famílias. O que parece como digno de ressalva é que para estas mulheres especificamente essas redes parecem ter diminuído de importância. O número de entrevistadas é pequeno, mas consideramos uma análise digna de estudos posteriores, pois é um fenômeno que trará impactos na conformação dos padrões de proteção social.

A pesquisa procurou identificar ainda se após a entrada no Programa, as beneficiárias passaram a se ver de forma diferente ou se houve algum tipo de mudança nesse sentido, ou seja, na visão que têm de si mesmas. As respostas demonstram que, de acordo com elas, também não houve nenhum tipo de modificação quanto a essa questão.

“Não. Me vejo da mesma forma até porque mesmo assim ..o Bolsa Família ajudando, não ajuda tanto assim a ponto de eu e meu marido não precisar ter que trabalhar né. É uma ajuda mas só isso. Não me vejo diferente não.” (Tulipa)

“Não, porque não mudou nada não depois que eu passei a receber.” (Flor de Liz)

“Não, porque tá tudo do mesmo jeito que era antes de eu receber. Não mudou nada na minha vida não. Assim, é o que te falei, ajuda, mas o resto das coisas da minha vida tá tudo do jeito que sempre foi mesmo. Me vejo do mesmo jeito.” (Margarida)

“Não porque é como eu falei antes né.. é bom ter o Bolsa Família porque dá uma ajuda naquelas horas que a gente precisa e tudo, mas não muda muita coisa não porque o resto continua tudo igual né.. a gente continua igual, não muda.”(Rosa)

Se pensarmos nessas últimas questões abordadas que buscam identificar mudanças nos relacionamentos e na visão de si mesmas a partir da inserção no PBF, podemos observar que não houve modificações em termos de um maior empoderamento dessas mulheres. Ou seja, considerando empoderamento enquanto um conjunto de aspectos já citados anteriormente e que envolvem auto-estima, autonomia, liberdade, capacidade de tomada de decisões, participação em grupos etc., vemos que a inserção no Programa não influenciou positivamente nesse quesito do ponto de vista delas. Pelo contrário, é possível perceber através das respostas apresentadas no decorrer da pesquisa, que a promoção da autonomia, por exemplo, tão preconizada pela política de Assistência quanto pelo próprio PBF, não encontra compatibilidade com estratégias que acabam reforçando a associação entre mulher e maternidade (CARLOTO, 2010).

Embora possamos destacar que todas afirmam serem elas as responsáveis pela decisão de como gastar o dinheiro recebido. Poderíamos nos perguntar se essa responsabilidade não pode ser vista, contraditoriamente, como uma forma de garantir uma autonomia relativa, embora diminuta por parte dessas mulheres. Mas será, também podemos nos perguntar, que por se tratar de decisões afetas ao mundo privado e ao cuidado com as crianças, estas terminam por não serem concebidas como formas de empoderamento?

Outro aspecto que a pesquisa buscou verificar, diz respeito à participação coletiva das beneficiárias, como veremos a seguir. Através de algumas perguntas, buscou-se também averiguar a participação das beneficiárias em grupos, associações, movimentos sociais ou igrejas, entendendo a participação enquanto uma categoria intrinsecamente ligada à questão do empoderamento feminino e também da cidadania.

As respostas nos mostram que as igrejas, e, sobretudo as igrejas evangélicas, aparecem em quatro respostas, enquanto as outras três beneficiárias disseram não participar de nada. Contudo, é importante destacar que das que afirmaram participar, a participação já ocorria antes da inserção no Programa.

“Participo. Eu sou evangélica da Igreja Batista do Calvário em Maria Paula. Eu faço parte do Ministério do Louvor. Eu canto lá duas vezes por semana.” (Flor de Liz)

“De igreja porque eu sou evangélica. Aí lá eu sempre vou.” (Azaleia)

“Eu sou evangélica. Participo só de igreja só mesmo.” (Orquídea)

Ainda neste sentido, tentou-se verificar se, em decorrência da inserção no PBF, as entrevistadas já haviam participado de alguma atividade/curso oferecido pelo Programa (mais conhecidos como cursos de Inclusão Produtiva), ou de algum grupo de beneficiários ou ainda de atividades realizadas pelo CRAS. As sete afirmaram nunca terem participado de nenhum grupo realizado pelo CRAS e nem sequer terem ouvido falar da existência de grupos assim.

Sobre a participação em atividades ou cursos, duas delas desconheciam a existência de qualquer tipo de curso ou atividade oferecida a partir do Programa. Apesar das outras cinco mulheres terem “ouvido falar” da existência desses cursos, apenas uma afirmou ter participado, enquanto as outras mencionaram o problema da falta de tempo para realização de atividades assim.

Esse desconhecimento a respeito da existência de cursos e atividades é resultado da própria ausência destes. Esse fator é imprescindível de análise, pois demonstra a ausência de ações efetivas, por parte das políticas e das instituições, que proporcionem a preparação destas mulheres para o mercado de trabalho, e que possam, juntamente com o acesso a bens e serviços, promover a tão preconizada autonomia.

“Já participei do curso lá em cima, lá no Morro da Cocada. Participei lá. Eu fiz um curso de doces finos. Dois a três meses.”(Flor de Liz)

Podemos verificar também nesta última fala que o curso realizado pela beneficiária – doces finos – representa um curso tipicamente feminino na medida em que associa a mulher a preparação dos alimentos, à cozinha, à casa. Outros cursos que sabemos ser geralmente realizados pelos CRAS e oferecidos às mulheres são os cursos de manicure e artesanato por exemplo. O que é importante enfatizar nisso tudo é que além do reforço ao papel feminino, há também um investimento em cursos que muito pouco contribuem para uma inserção qualificada destas mulheres no mercado de trabalho.

“Já ouvi falar que tem mas nunca fiz não porque eu não tenho muito tempo pra fazer também. Mas se desse eu fazia sim.” (Tulipa)

“Já ouvi falar, mas nunca fiz nenhum não. Até que eu queria fazer mas é difícil ter tempo também né. Já fui ali embaixo (CRAS) mas não tinha nenhum curso na época aí eu acabei não voltando pra ver de novo.” (Rosa)

“Não. Eu nunca tive tempo. Eu vivo em função deles entendeu? Já ouvi falar mas nunca... Eu tenho vontade de fazer mas o problema é que eu não tenho tempo. O meu sonho é corte e costura, eu adoro costurar mas não tenho tempo no momento.”
(Dália)

A menção ao fator tempo é também interessante de ser analisado. É importante observar aqui o quanto é complicado para mulheres pobres, mães e trabalhadoras, dar conta de tantas tarefas e ainda conseguirem “tempo” disponível para a participação em qualquer tipo de grupo, atividade ou curso. Se essas dificuldades já aparecem no que toca a realização de um curso (como, por exemplo, o de corte e costura como citado por uma das beneficiárias), o que dirá então de uma participação política efetiva em algum grupo ou movimento social por exemplo.

Além disso, temos também os problemas relacionados a implantação, operacionalização e continuidade desses cursos de geração de emprego e renda. Eles são oferecidos na maioria das vezes durante um curto espaço de tempo, em horários que dificultam a participação das mulheres e que estão sempre a mercê das inconstâncias e descontinuidades das gestões políticas.

É raro observarmos estratégias por parte das instituições que viabilizem a participação das mulheres nos cursos, proporcionando, por exemplo, horários flexíveis que possam ser conciliados com outras atividades. Assim como não se verifica também a existência de grupos de reflexão que envolvam a participação de homens e mulheres. Isso envolve ainda a necessidade de creches para que as mulheres possam ter onde deixar seus filhos e participarem das atividades. Ou seja, uma série de fatores influencia esta (não) participação.

Essas questões são importantes para compreendermos que só o fator renda (via benefício) não se constitui a saída dos problemas vividos pela população mais pobre, que necessita de inúmeros mecanismos que ampliem suas capacidades e potencialidades para só assim conseguirem de fato melhoras significativas de vida. E mais:

Além disso, cabe avaliar se essas iniciativas estão realmente atingindo seus propósitos de inserção no mercado de trabalho, de maior autonomia dos segmentos assistidos e de promoção e garantia dos demais direitos. (AZEVEDO e BURLANDY, 2010, p. 205)

Assim, quando questionadas sobre o fato de o benefício ter trazido ou não alguma modificação em suas vidas, as falas demonstraram não ter havido nenhuma mudança substantiva e as entrevistadas acabaram por relacionar esta pergunta à questão do valor do benefício recebido, ou seja, em termos de renda exclusivamente.

“Como eu ganho pouco pra mim não teve mudança nenhuma. Porque *não dá pra comprar nada*. Se ela precisar de algum remédio, alguma coisa, eu tenho que tirar do meu bolso porque nem pra isso serve. (risos) Pra mim a única coisa que serviu foi pra minha conta de luz ir pra baixa renda.” (Flor de Liz – grifos meus)

“Não trouxe muita mudança não porque *o dinheiro é muito pouco né..* então não dá pra comprar muita coisa não (risos) Mas ajuda um pouco pelo menos.” (Azaleia – grifos meus)

“Não.Pra mim não trouxe nenhuma entendeu? *É um dinheirinho que te ajuda e tudo* mas se tivesse uma Associação falando sobre o Bolsa Família, quais são as atividades que a gente pode participar ia ser melhor entendeu? Mas o problema é a nossa Associação. É fraca pra isso.”(Dália – grifos meus)

Além da ênfase no baixo valor do benefício recebido, a última fala apresenta ainda uma reclamação a respeito do papel da Associação de Moradores do Badu. A beneficiária reivindica a informação que não é oferecida pela Associação, a respeito de possíveis atividades. Essa questão é importante de ser comentada na medida em que pode denotar um problema da falta de comunicação com os moradores do bairro, a não socialização das informações e a provável falta de intersetorialidade entre as instituições.

Continuando nossa análise:

“Pra minha vida assim foi bom porque é um dinheirinho que todo mês dá uma ajuda né .. até pra comprar as vezes o que ta faltando e tudo, mas não é aquilo sabe...Não mudou minha vida não (risos)” (Rosa)

“Ah,... *é bom ter esse dinheirinho ainda mais agora que meu marido tá desempregado né..* então no meu caso ajuda bastante... se não fosse isso nem sei como seria. Mas a gente sabe que não dá pra muita coisa né.. mas trouxe mudança assim nesse sentido né... de agora eu poder comprar as coisas enquanto ele não arranja um emprego e tudo. É isso.” (Orquídea – grifos meus)

Ao relacionarmos as respostas acima com as relativas à pergunta seguinte: “o que este benefício significa para você?”, podemos observar algumas falas coincidentes.

“Pra mim esse benefício foi bom. Por mais que a gente ganhe 130... mas não é tanta coisa pra no caso pra sempre todo mês comprar tudo o que tem que comprar, mas é bom porque só assim já é o básico. Dá pra comprar algumas coisinhas.. Já no dinheiro que minha mãe recebe já não precisa gastar tanto quanto a gente gastava antigamente. Já *ajuda bastante..*” (Rosa – grifos meus)

“Ah... eu falo assim que *é pouco mas é uma ajuda que a gente pode contar né.. dá pra fazer algumas coisinhas, pra comprar algumas coisinhas... é bom.*” (Tulipa – grifos meus)

Essa recorrência à palavra “ajuda” é um ponto importante a ser analisado. Em pesquisa realizada com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bilondo (2006) verificou essa mesma recorrência, somada ao reconhecimento da insuficiência do valor recebido. Mesmo considerando que o valor do benefício do BPC é bem maior que o do PBF, a questão é que, principalmente no caso dos idosos, muitas vezes estes acabam sustentando toda a família com esse único dinheiro. Já no caso dos deficientes, a palavra “ajuda” passa a ganhar uma conotação positiva. É interessante analisarmos isso em relação ao Bolsa Família, pois podemos verificar as diferentes interpretações e significados que cercam a utilização desta palavra.

“Pra mim é uma *ajuda* porque, por exemplo, eu, hoje no momento eu não tenho aquela necessidade entendeu de ter o Bolsa Família. Eu quero porque são pros meus filhos, é um *direito* meu e da minha família. Mas eu vejo que é muito bom porque tem muitas famílias que se sustentam com o Bolsa Família entendeu? Que não tem outro meio de sobreviver. *Acho muito bonito isso.*” (Dália – grifos meus)

“Ah.. é isso... eu acho que é uma coisa boa que eles fizeram porque *ajuda* muitas famílias, muitas mães a comprar as coisas dos filhos né.. então é bom sim.” (Azaleia – grifos meus)

“Então.. é isso que te falei.. eu acho que pra mim significa isso, um dinheiro que eu posso contar mas que não é muito dinheiro então não dá pra eu sustentar minhas coisas em casa só com ele né...mas *ajuda* sim.” (Tulipa – grifos meus)

Ou seja, analisando essas falas, podemos perceber que, como já constatado em estudo anterior (BARROS, 2009), a palavra “ajuda” aparece com frequência nos relatos a respeito do Bolsa Família. A recorrência a esta palavra pode representar diversos e distintos significados e é reveladora de como os sujeitos, enquadrados enquanto beneficiários de programas sociais, se relacionam com o Programa. Se por um lado o PBF pode ser visto por alguns enquanto uma “ajuda do governo”, do ex-presidente Lula ou de quem quer que seja apontado como o gestor do Programa, por outro lado a utilização da palavra “ajuda” nos relatos pode significar apenas o reconhecimento do baixo valor monetário repassado; e por isso proporcionaria apenas uma ajuda no sentido de só complementar a renda.

Essa ajuda pode significar muito ou pouco dependendo da situação econômica da família, havendo casos em que o pouco que se recebe pode valer muito para alguns, como observamos na seguinte fala:

“Bem.. no momento tem significado muito porque com essas dificuldades que tô passando assim de dinheiro né... ele é uma *ajuda* e tanto, mesmo sendo pouco. Então é aquilo né minha filha.. pra quem não tem nada o pouco que a gente consegue ter já é bastante. Mas se aumentasse ia ser bem melhor.” (Orquídea – grifos meus)

“Eu acho que é bom ele (Programa). *Acho que pra quem não tem nada mesmo ele ajuda bastante.*” (Margarida – grifos meus)

Da mesma forma, é preciso refletir sobre a utilização da categoria ajuda em contraposição a visão do benefício enquanto um direito, já que se torna imprescindível que as pessoas sejam consideradas (e se considerem) nesses programas enquanto sujeitos de direitos, e não como usuários de serviços. Conforme aponta Yazbek (1993), a visão da assistência enquanto ajuda pode causar determinados sentimentos nas pessoas e uma estigmatização que faz com que muitos se relacionem com a Assistência Social de forma constrangedora, movidos pela necessidade do “ter que pedir”.

É possível verificar também que, apesar do reconhecimento por parte das beneficiárias do pouco impacto trazido pelo Programa em suas vidas e do baixo valor monetário que o PBF repassa às famílias, a avaliação do Programa em si se mostrou positiva:

“Ah, *pra quem recebe um dinheiro legal é bom que ajuda a criar as crianças né. Tem muitas mães aí com dois, três filhos e não trabalha e como é que vai trabalhar cheia de criança pequena. Igual minha irmã. Como é que minha irmã vai trabalhar com duas nenéns? Não tem como. Aí pra ela já ajuda.*” (Rosa – grifos meus)

“Eu acho legal entendeu? Só queria mais divulgação. Uma Associação que pudesse falar quais as atividades que a gente pode participar, quais são os cursos, tudinho direitinho e aqui não tem.”(Dália)

O último relato aponta novamente a questão da falta de divulgação a respeito dos serviços oferecidos e a reivindicação de um papel mais efetivo por parte da Associação de Moradores.

“Acho que é um Programa bom que ajuda muitas famílias mas que podia aumentar né.. *o valor que dá pras crianças porque é pouco pra comprar tudo o que a gente precisa* assim comprar no dia a dia né...mas é bom sim.” (Azaleia – grifos meus)

Podemos ver nessas falas questões que são relevantes para qualquer análise que seja feita sobre o Programa: a falta de esclarecimentos prestados por instituições locais sobre informações, atividades e cursos que venham a ser oferecidos à população; o baixo valor do benefício que não corresponde ao mínimo que se precisa para suprir as necessidades das famílias, as dificuldades que se apresentam às mulheres com filhos que precisam trabalhar, mas não conseguem e acabam “dependendo” do benefício do PBF, etc.

Enfim, muitas questões que a princípio não parecem ter ligação com o Programa, mas que se analisadas mais detalhadamente podem expressar pontos nevrálgicos do Programa Bolsa Família: a questão da socialização das informações, a existência ou não de ações intersetoriais e suas implicações, a inadequação do valor do benefício às necessidades mínimas da população, as próprias concepções difundidas acerca do Programa que acabam sendo reproduzidas pelos próprios beneficiários.

Já no que diz respeito ao conhecimento acerca das condicionalidades do Programa e a opinião das mulheres sobre a existência destas contrapartidas para as famílias, algumas das respostas foram as seguintes:

“Sei que tem que levar as crianças pro médico e pra escola né. *Acho certo* eles fazerem isso porque tem que fazer mesmo pras crianças estarem sempre no colégio direitinho, vacinando né..” (Rosa – grifos meus)

“Sei que tem que sempre estar na escola e vindo no posto né... *Acho bom* porque é importante a escola, as crianças estar vacinadas e tudo.. então *acho que tá certo.*” (Flor de Liz – grifos meus)

“Eu sei da escola e das vacinas das crianças né. *Que tem que estar sempre em dia com isso. Acho que tá certo* porque as crianças já tinham que tá na escola e indo no posto mesmo.. as mães já tinham que preocupar com isso mesmo então eu acho certo.” (Margarida – grifos meus)

“Sei sim. Tem que levar pra escola e no médico e dar as vacinas. *Acho que é justo* porque é uma forma de fazer essas crianças irem pro médico porque tem criança que não vai muito né. E de estar estudando também que é importante. Então não acho errado eles pedirem isso não.” (Azaleia – grifos meus)

Apenas uma entrevistada disse não conhecer a existência dessas contrapartidas e, portanto não poderia emitir opinião sobre as mesmas. Observa-se que há uma concordância expressa quanto à existência dessas condições do Programa. O “levar as crianças para o médico e para a escola”, que corresponde aos compromissos da Saúde e da Educação, foram citados pelas beneficiárias como

compromissos que devem mesmo ser exigidos, pois já deveriam ser cumpridos pelas mães em relação aos seus filhos.

Embora não possamos afirmar que esta é uma visão geral das beneficiárias, é possível também analisar essas falas a partir de uma perspectiva de troca, ou seja, o cumprimento das condições do Programa em troca do recebimento do benefício. Em algumas falas podemos ver ainda a concepção de que esses compromissos serviriam para “obrigar” algumas mães a cuidar melhor de seus filhos:

“Tem que pesar, ir direitinho no médico, a vacinação. Acho bom porque aí já obriga aquelas mães que às vezes não leva o filho direito pro médico ou pra escola né.. obriga elas a cuidar direito das crianças. Acho que tá certo sim.” (Tulipa)

“Ah, é bom porque eles estão acompanhando né. Ela (filha) tem que vir ao pediatra direitinho. Na idade dela não é obrigatório ela estar na escola, mas tem ela estuda, tem que estar presente na escola. Dar as vacinas tudo certinho. Eu acho legal porque tem mães que não ligam pra isso. E isso é uma forma de trazer mais responsabilidade pras mães né.” (Flor de Liz)

É possível perceber como ainda se encontra muito internalizada nessas mulheres a concepção de que o papel primordial da mulher é o papel da mãe que cuida dos filhos e da casa. Essa concepção idealizada e naturalizada de família; e organizada segundo padrões de gênero, é a concepção presente nos programas e políticas sociais que aparece, de certa forma, incorporada no discurso proferido pelas beneficiárias. Esse modelo “ideal”, como destaca Carlotto (2010), possui algumas características:

“Embora diversificada em sua composição, para ser considerada uma boa família, ela deve ser capaz de prover financeiramente; estabelecer vínculos afetivos positivos sem violência doméstica; manter as crianças na escola; cuidar de sua higiene, alimentação e vestuário; e conviver com parentes consanguíneos, como, por exemplo, avós e tios.” (CARLOTO, 2010, p. 457)

Entretanto, como já apontamos anteriormente, essa visão que trata as famílias como algo homogêneo é extremamente perigosa. Principalmente no sentido de se viabilizar propostas de políticas que de fato contribuam para o alcance de melhores patamares de vida para as famílias mais pobres. Isto porque, para além da consideração do caráter contraditório da família e desta enquanto instituição permeada por tensões e contradições, como analisado por Pereira - Pereira (2004), não se pode desconsiderar as implicações de classe.

Assim, dentro ainda do quesito condicionalidades, quando as perguntei se costumavam encontrar dificuldades para cumprir com as condições do Programa, podemos perceber como a questão de classe, somada às dificuldades próprias relativas aos serviços públicos (em especial de saúde), interfere na realidade dessas famílias:

“Ah isso tem sempre né.. falta médico.. falta tudo (risos) Mas as crianças sempre consigo atender e vacinar certinho, pesar né... mas as vezes é difícil pra conseguir vaga, essas coisas né...*a gente que é pobre tem sempre que esperar né...esperar uma desistência, é assim..*” (Rosa – grifos meus)

“Não. Tranquilo. Eu é mais difícil. Só quando eu tô passando mal. Porque já é mais complicado medico pra adulto que pra criança né. Tem que acordar de madrugada, aquelas coisas todas. Como meu marido trabalha a noite, e ela(filha) fica comigo, como que eu vou sair de madrugada e deixar ela em casa? Pra ela não. Pra mim é mais difícil porque não tem vaga, o médico tá de licença, o médico tá doente, alguma coisa assim. Pra ela é mais fácil.” (Flor de Liz)

Os relatos acima apresentam as dificuldades das mulheres para conseguirem o atendimento em saúde para elas próprias, em contraste com a afirmação da facilidade para se conseguir o atendimento de seus filhos. Mostra também os obstáculos no acesso a esses serviços, representados pela dificuldade de se conseguir as vagas, a espera pelas desistências de outras pessoas, a necessidade de ter que sair de casa de madrugada para conseguir o atendimento, etc. E ainda:

“Olha .. eu trago eles e tudo mas só que as coisas aqui são muito difíceis nesse Posto. Sinceramente eu vim aqui foi quinta-feira passada na hora do meu almoço de trabalho pra tentar marcar médico pra ele, pra eu conseguir psicóloga pra ele que ele tá precisando, mas eu até eu admiro que eu consegui porque antigamente você tinha que vir toda sexta-feira pra cá de madrugada pra conseguir um médico, entendeu? Daí eu fiquei surpresa que eu consegui. Fiquei boba mesmo que eu consegui.” (Dália)

Ah.... dificuldade assim sempre tem né.. pra ter tempo de vir aqui pra trazer ele (o filho).. as vezes minha mãe que trás ele pra mim e tudo. As vezes também não tem o médico ou o médico tá doente e tudo... aí demora pra conseguir outro... é assim. (Tulipa)

A análise das falas nos mostra uma série de dificuldades enfrentadas pelas mulheres entrevistadas para o acesso a serviços de extrema necessidade. As dificuldades citadas podem ser generalizadas para toda a população pobre que sofre constantemente com a ausência de serviços de qualidade e em quantidade, principalmente no que diz respeito à saúde. Já no que diz respeito à

educação das crianças e acesso às escolas, não surgiram reclamações. Somente uma beneficiária mencionou o problema da falta de tempo para buscar seus filhos na escola, como vemos a seguir:

“Não. Eu moro perto da escola deles e daqui do posto também então não vejo problema não, só é ruim às vezes quando tô enrolada com uma faxina e aí não dá pra levar eles ou buscar né, mas aí eu peço minha irmã pra pegar eles na escola pra mim. E aqui no posto só é ruim as vezes que a gente vem e não consegue marcar o médico. As vezes demora pra conseguir uma desistência também.. essas coisas.” (Azaleia)

“Escola não, mas pra arranjar consulta, médico, essas coisas... é mais difícil porque aqui demora as vezes pra conseguir e também espera um tempão pra ser atendido né. Então o ruim é isso mesmo. E a gente não tem plano de saúde né... então tem que tentar por aqui mesmo.”(Margarida)

Também ficou muito visível em algumas falas a questão do reconhecimento da pobreza como aspecto que dificulta o acesso aos serviços ou o acesso a melhores serviços (ex: plano de saúde). A frase da beneficiária que diz “a gente que é pobre tem sempre que esperar né” revela o reconhecimento por parte da beneficiária de que sua condição de pobreza representa um obstáculo para o acesso (digno) aos serviços de saúde.

O debate sobre as condicionalidades do PBF é intenso e as opiniões acerca da existência destas são muitas e distintas. Porém, como foi assinalado em capítulo anterior deste trabalho, não se pode negar a importância de Programas que, como o Bolsa Família, estimula a inserção de crianças e adolescentes nos serviços de educação e saúde. O que podemos questionar é o caráter quase autoritário que assume a cobrança desses elementos. Além disso, o problema principal e já muito problematizado pelos autores que trabalham com este tema é a necessidade de haver mudanças nesses sistemas (de saúde e educacional) para que de fato haja uma correta inclusão destes sujeitos. Além disso, evidencia-se a necessidade de se construir estratégias voltadas para a articulação intersetorial, que ampliem as possibilidades de inserção das famílias beneficiárias em uma gama de serviços voltados para uma inclusão mais qualificada no mercado de trabalho.

A intersetorialidade no PBF é outro aspecto que tem sido muito discutido, mas que não será aprofundado aqui para não fugir do foco de nosso trabalho. O que convém destacar é que o Programa Bolsa Família é um programa muito dependente da articulação intersetorial, já que articula diretamente Saúde, Educação e Assistência ao nível de acompanhamento das condicionalidades. Erbas (2010) apresenta alguns fatores que representam dificuldades para a efetivação da intersetorialidade e entre eles destaca o envolvimento dos profissionais que atuam diretamente com as ações e que na maior parte das vezes não entendem o objetivo da proposta de

intersetorialidade. De fato, esta questão se tornou perceptível durante a realização desta pesquisa e parece ser um dos principais obstáculos para a realização de um trabalho com mais qualidade por parte dos profissionais que lidam diretamente com beneficiários de programas sociais como é o caso do PBF.

Tanto no que diz respeito ao acompanhamento das condicionalidades, quanto no que se refere ao desenvolvimento de ações complementares voltadas para a geração de trabalho e renda, a intersetorialidade é imprescindível para a construção de estratégias que contribuam de fato para a superação da situação de pobreza e de vulnerabilidade social em que se encontram as famílias pobres. No entanto, é necessário enfatizar que essa articulação deve sempre levar em conta o perfil das famílias, suas vulnerabilidades e potencialidades, considerando sua realidade local e especificidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca em compreender os significados que o Programa Bolsa Família (PBF) adquire na vida das mulheres beneficiárias e moradoras do Badu em Niterói –RJ, se mostrou uma experiência enriquecedora. Tanto no que diz respeito à aproximação com a realidade vivida por essas mulheres, quanto no que se refere à análise do Programa em sua relação com os sujeitos que são os alvos dessas políticas.

O debate sobre políticas sociais nos remete a pensar sobre a atualidade dos Programas de Transferência de Renda, tais como o Programa Bolsa Família. Este, objetiva combater a fome, a miséria e promover a emancipação das famílias através da associação entre transferência monetária e inclusão da população pobre em serviços de saúde, educação, assistência. Esta inclusão se daria por meio das condicionalidades, ou seja, de contrapartidas exigidas das famílias para a permanência no Programa: a frequência nos serviços de saúde, educação e assistência. Outras medidas compõem ainda o rol de estratégias do PBF, como por exemplo, as ações de geração de trabalho e renda.

As famílias mais pobres constituem o alvo do Programa, mas podemos claramente observar no desenho do PBF que dentro dessas famílias, a mulher possui um papel fundamental. É a ela que geralmente é atribuída a responsabilidade do recebimento do benefício e o cumprimento das condicionalidades etc. É certo que as mulheres historicamente sempre exerceram um papel central nas famílias, sejam elas pobres ou não. No entanto, para este trabalho, é fundamental lembrarmos que o papel da mulher tem como base uma dada organização das relações de gênero em nossa sociedade, e são essas mesmas concepções que subjazem as políticas públicas destinadas às famílias.

Sendo assim, esse trabalho, partindo de uma perspectiva de análise qualitativa, buscou captar quais os significados que este Programa adquire na vida dessas mulheres. Procuramos apreender através das falas, as impressões, sentidos, expectativas delas em relação ao próprio Programa Bolsa Família; objetivando conhecer de que modo esta inserção enquanto beneficiárias de um Programa de Transferência de Renda, rebate em seus cotidianos de gênero. Tentamos identificar também se a inserção no PBF trouxe algum tipo de mudança em sua autoestima, na tomada de decisões; se proporcionou algum tipo de autonomia, se acarretou mudanças em suas relações familiares, no relacionamento com seus companheiros (maridos) ou com vizinhos.

Outra dimensão privilegiada foi aquela que buscou identificar as formas de utilização do dinheiro do benefício, onde procuramos compreender quais os parâmetros utilizados para a alocação desse benefício de que forma essas famílias beneficiárias organizam seu cotidiano, suas interpretações acerca do valor recebido e do próprio Programa.

A pesquisa optou por analisar essas questões considerando a importância do olhar dessas beneficiárias a respeito do Programa do qual fazem parte. Considero também que os estudos sobre políticas sociais devem estar atentos para a realidade desses sujeitos para os quais essas políticas são direcionadas. Valorizar as falas desses sujeitos é permitir que de alguma forma sejam ouvidos, que suas dúvidas, opiniões, questões, possam ser apresentadas. Foi nesse sentido que o trabalho buscou apresentar algumas das falas dessas mulheres beneficiárias do PBF, como forma de conhecer um pouco mais essas questões.

Desta forma, ao realizar as entrevistas com as beneficiárias, primeiramente procuramos traçar um perfil das entrevistadas. A análise desse perfil nos mostrou que a idade destas variou entre 21 e 33 anos, revelando o perfil jovem dessas beneficiárias. Quanto à cor, a maioria delas (cinco) se autodeclararam negras. Em relação ao estado civil, seis disseram morar com o companheiro. Associando a identificação da baixa escolaridade à questão da precária inserção no mercado de trabalho, foi possível perceber a condição de vulnerabilidade em que se encontram as entrevistadas. Verificamos também que os arranjos familiares das entrevistadas são pequenos, na maioria dos casos contando apenas com a mulher, marido/companheiro e filhos. Constatamos ainda que em quase todas as residências os membros adultos trabalham ou tem alguma atividade, mas como já foi sinalizado, em sua maioria são trabalhos informais.

Em relação à renda da família, esta variou entre o mínimo de 400 reais e o máximo de 1200. Relacionando isto ao valor do benefício recebido, pudemos concluir que seis delas se encontram no perfil de “extremamente pobre”, enquanto uma no perfil “pobre”. Contudo, ao considerarmos os

valores apontados como correspondentes a renda familiar e os valores dos benefícios recebidos, percebemos que nenhum das seis se encontra no perfil de extrema pobreza de fato, com destaque para algumas que nem se encontram dentro do próprio perfil do Programa. A respeito do tempo de recebimento do benefício a média variou entre um ano e quatro meses e 3 anos e seis das entrevistadas disseram ter tido conhecimento sobre o Programa a partir de parentes e amigos que já haviam se cadastrado.

A segunda parte das entrevistas buscou verificar as relações entre o recebimento do benefício do PBF e relacionamento com a família, companheiro, possíveis mudanças nessas relações, questões relativas à utilização do dinheiro, entre outras.

Merece destaque o fato de que em diversos momentos e em diferentes questões relativas ao Programa, a identidade centrada na figura da maternidade é afirmada pelas beneficiárias. Frases como “Eu que tiro (o benefício) porque eu que sou a mãe dos meninos” aparece enquanto justificativa para uma melhor decisão ou aplicação do benefício. Ainda nesta direção, foi possível perceber a visão deste enquanto um dinheiro que deve ser destinado exclusivamente para o atendimento de necessidades das crianças. As definições acerca da “necessidade” são perpassadas por diversos aspectos, mas no geral, o “comprar as coisas para as crianças” aparece como o alvo de preocupação das beneficiárias e parâmetro para a aplicação do dinheiro. Em alguns poucos casos, a atenção se voltou para outras questões que não envolvem as crianças, mas sempre se remetendo a necessidades da casa ou da família.

Observamos com isso que a associação entre família, mulher e cuidados com as crianças envolve conceitos e práticas que parecem estar ainda muito arraigados e representam paradigmas que subjazem as políticas cujo foco permanece nas mulheres e crianças, não inserindo o homem nesta perspectiva.

As mulheres apontaram ainda a não interferência dos homens nas questões relativas ao Programa como algo quase natural, pois afinal o dinheiro é “das crianças” – e, por implicação da gestão delas. Essa invisibilidade masculina demonstrou uma clara demarcação que enfoca o papel feminino e que é reafirmado pelas mulheres a todo o momento.

Outro fator que merece destaque nas falas é o reconhecimento por parte das beneficiárias do baixo valor monetário do benefício que não corresponde, na maior parte das vezes, às necessidades que precisam ser supridas. Ao mesmo tempo, podemos observar em outras falas a representação deste benefício enquanto uma “segurança” em momentos de vulnerabilidade.

Já no que diz respeito ao cotidiano dessas mulheres, pudemos perceber que no que tange à divisão do trabalho doméstico o homem aparecem vários relatos, mas suas tarefas continuam sendo percebidas enquanto uma ‘ajuda’ para as mulheres, prevalecendo, portanto a ênfase do papel feminino na condução das atividades do lar.

Outro momento dessa etapa da pesquisa procurou identificar se a partir da inserção no Programa houve algum tipo de modificação na relação dessas mulheres com seus companheiros, familiares, vizinhos; ou na visão que tem de si mesmas. Todas as beneficiárias afirmaram não ter havido nenhum tipo de mudança nessas relações. Receber ou não o benefício, participar ou não do Programa, são questões que de acordo com elas não surtiram efeitos nos seus relacionamentos e não modificaram a visão que tinham de si mesmas. Ou seja, considerando essas questões relacionadas ao empoderamento dessas mulheres, vemos que a inserção no Programa não influenciou positivamente de acordo com os relatos das entrevistadas.

Outra questão que merece destaque é o desconhecimento quase que total a respeito da existência de cursos e atividades oferecidos na comunidade e também pelos CRAS. Isso demonstra a ausência de ações voltadas para a preparação destas mulheres para o mercado de trabalho, e também a falta de socialização das informações na comunidade.

Em relação ao benefício recebido, as entrevistadas afirmaram que este não trouxe nenhuma mudança substantiva e enfatizaram em diversos momentos o baixo valor monetário recebido. Contudo, quando questionadas sobre “o que este benefício significa para você?”, podemos observar que a palavra “ajuda” começa a aparecer com frequência nos relatos. Pensar nos diversos sentidos que essa palavra pode assumir para essas mulheres nos faz refletir sobre o modo como elas se relacionam com o Programa.

Finalizando a análise das questões, em relação ao conhecimento sobre as condicionalidades do Programa e a opinião das mulheres sobre a existência destas, foi possível perceber expressa concordância com as regras do Programa. Verificamos que a concepção presente nos programas e políticas sociais, centrada na figura da maternidade, aparece de certa forma, incorporada no discurso proferido pelas beneficiárias.

Dentro ainda do quesito condicionalidades, as mulheres apontaram algumas dificuldades para cumprir com as condições do Programa, relacionados aos obstáculos enfrentados no acesso aos serviços de saúde. Dificuldades estas que sabemos ser diretamente relacionadas à questão da qualidade e quantidade dos serviços públicos oferecidos.

Concluindo essa dissertação, posso dizer que finalizei um trabalho que me deu muita satisfação em realizar. A busca por essas mulheres e a perspectiva de ouvir suas falas parece-me um elemento fundamental para fazer avançar a proposição de políticas cada vez mais concatenadas com as aspirações dos sujeitos a que são destinadas.

Esperava, efetivamente, encontrar sinais de maiores de um empoderamento por parte dessas mulheres, mas o resultado – ainda que negativo em relação a essa dimensão – nos faz pensar no que é necessário mudar para que efetivamente se consiga propor e implementar políticas que tenham um viés de gênero e, nesse sentido, a ausência dos homens – das falas, mas também das políticas – é um aspecto que deve merecer maior atenção. O PBF traz em seu interior avanços, mas também limitações. Uma delas, no me entender, é a falta de uma opção por uma política de gênero, pois a implantação deste vem resultando no fortalecimento dos papéis de gênero, onde a mulher é identificada como mãe e responsável pelos negócios da família. E em relação aos homens, continua existindo uma grande invisibilidade desses. Esse trabalho não se quer conclusivo, ao contrário, espera abrir uma linha de reflexões a serem posteriormente exploradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALENCAR, M.T. “Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família”. In LEAL, Mione (org) *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*. Cortez Ed. São Paulo, 2006.
- ARRETCHE, Marta T. S. "Emergência e Desenvolvimento do WelfareState: Teorias Explicativas", in: *Bib. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, no. 39, 1o. semestre de 1995, p. 3-40.
- AZEREDO, Veronica Gonçalves. “Famílias nas terras de custódio: Itinerários de Proteção Social”, Projeto de Qualificação de Doutorado apresentado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. Niterói: UFF, 2011.
- AZEVEDO, Darana Carvalho de; BURLANDY, Luciene. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 2, 2010 . Disponível em <www.scielo.br> acessado em 17 out 2011.
- BARROS, Lia Canejo Diniz. Programa Bolsa Família: a percepção de beneficiários e profissionais acerca das condicionalidades do Programa. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial. A pobreza*. Washington, D. C. : Banco Mundial, 1990.
- _____. *O Estado em um mundo em transformação*. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Washington, D. C. : Banco Mundial, 1997.
- BILONDO, Kátia Valéria Barcelos de Andrade. “Da Cesta à Renda: um estudo do significado do Benefício de Prestação Continuada”, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFF, 2006.
- BOTT, Elizabeth. *Família e rede social*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- _____. *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF, nov. 2004.
- BRUSCHINI, M.C., RICOLDI, A.M. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo. v. 39, n. 136, pp 93-123, jan/abr 2009. Disponível em <www.scielo.br> acessado em 05 ago 2011.
- CARLOTO, Cássia Maria. “Gênero, políticas públicas e centralidade na família”, *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 86, São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. In: *Revista Virtual Textos e Contextos*, PUC Rio Grande do Sul, v.4, dezembro de 2005.
- _____. e MARIANO, Silvana Aparecida. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. *Rev. Estud. Fem.* 2010, vol.18, n.2, pp. 451-471.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: a crônica do salário*. Tradução I. D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CEPERJ. *Produto Interno Bruto dos municípios – 2004-2008 – Estado do Rio de Janeiro*. Riode Janeiro: CEPERJ, 2010.

- CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio de. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. *Psic.: Teor. e Pesq., Brasília*, v. 24, n. 2, Junho de 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acessado em 18 de out de 2011.
- COSTA, Jurandir Freire. “Capítulo VI: Homens e Mulheres”. In: ---. *Ordem médica e norma familiar*, Rio de Janeiro: Graal, 1989 (p. 215-275)
- COSTA, Suely Gomes. “Um (ainda) obscuro signo da cultura profissional: a proteção social”. In: *Signos em Transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Cortez, 1995 (p.95-131).
- _____. Sociedade salarial: contribuições de Robert Castel e o caso brasileiro. *Serviço Social e Sociedade* n. 63, p. 5-26, julho de 2000.
- _____. Centralidade e magnitude da assistência social no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, n.99, p. 563-589, 2009.
- _____. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 2, jul-dez, p.301-232, 2002. UFSC, Florianópolis
- _____. “A formação em estudos de gênero, mulheres e feminismos: impasses, dificuldades e avanços”. Comunicação. Mesa 2 do II Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 24-26/06/2009. In: Anais do Encontro Pensando Gênero e Ciência II, SEPM, Presidência da República, p. 103 -118. Brasília: 2010.
- DA DALT, S. Bolsa família: Os impactos dos programas de transferência de renda no cotidiano familiar. (Dissertação de Mestrado em Política Social). Universidade Federal Fluminense, 2008.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; BRAZ, Marcela Pereira. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa.*, Brasília, v. 16, n. 3, Dez. 2000. Disponível em <www.scielo.br> acessado em 17 out 2011.
- DI GIOVANNI, Geraldo. “Sistema de Proteção Social”. Disponível em: <<http://geradigiovanni.blogspot.com/2008/08/sistema-de-proteosocial.html>>. acessado em 15 de abril de 2011.
- DRAIBE, S. A construção institucional da política brasileira de combate à pobreza: perfis, processos e agenda. *Caderno de Pesquisa n.34*. Campinas: NEPP/UNICAMP, 1997.
- _____. O sistema brasileiro de proteção social: o legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas. NEPP/UNICAMP. *Caderno de Pesquisa Nº 32*, 1998.
- ERBAS, Denise da Silva. Uma análise da intersetorialidade no cumprimento das condicionalidades da saúde do Programa Bolsa Família a partir das interfaces com o Programa Médico de Família de Niterói, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFF, 2010.
- ESPING-ANDERSEN, G. "As Três Economias Políticas do WelfareState", in *Revista Lua Nova*, nº 24, setembro, 1991.
- FONSECA, Ana Maria Medeiros da. *Família e Política de Renda Mínima*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FONSECA, Cláudia. “Circulação de crianças”, *Ciência Hoje*, nº 66, vol. 11, São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. “Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros”. In: *Revista Psicologia USP*, nº 2, vol. 13, São Paulo: USP-IP, 2000.
- _____. “Ser mulher, mãe e pobre”. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) *História das mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- FREITAS, Rita de Cássia Santos. “Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade – algumas reflexões a partir do caso Acari”, *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 71, São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. “Famílias em transformação: uma realidade atual”, Texto Didático, 2000.

- _____. Famílias e Violência: Reflexões Sobre as Mães de Acari. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, 2002.
- _____. e BRAGA, Cenira Duarte (coord.). Projeto de Pesquisa “Niterói – cidade das mulheres: a universidade e a participação das mulheres”. Projeto apresentado à Pro-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal Fluminense, em maio de 2008.
- GARCIA, Ana Cristina Bechara Barros Fróes. *O processo de empoderamento de mulheres mastectomizadas: uma experiência em grupo de apoio*. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.
- GÓIS, J. B. H. Proteção Social e Serviço Social: comentários a propósito da revisão curricular. In: Caderno de Comunicações do VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Salvador, 1995.
- _____. “Família e Proteção Social: notas para um debate”. Texto didático, 1996.
- GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas: Famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19(1), 29-48, 2002.
- GOMES, Ângela M. Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil - 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- IAMAMOTO, MARILDA. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2004
- IGNATIEFF, Michael. Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: Um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.7, nº14, mar./ago.1987. pp.185-193.
- JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. Nas fronteiras da subalternidade. *Serviço Social e Sociedade*, v. 89, 2007.
- LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio da dádiva. Ver. *Sociologia Política*, Curitiba, 14, p. 173-194, jun 2000, Curitiba
- LAVINAS, Lena. Universalizando direitos. *Revista Observatório de cidadania – relatório 2004: medos e privações – obstáculos à segurança humana*. Rio de Janeiro:IBASE, março de 2004.
- _____. “Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.Rio de Janeiro: vol 49, nº 1, 2006.
- LEFAUCHEUR, Nadine. “Maternidade, família, Estado.”, *História das mulheres no Ocidente* (org.: Michelle Perrot e Georges Duby), Porto: Afrontamentos; São Paulo: Ebradil, vol.5, 1991.
- LÉON, Magdalena. *Empoderamiento: relaciones da las mujeres con el poder*. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis:CFH/CCE/UFSC, v.8, n.2, 2000
- LEONE, Eugenia Troncoso; MAIA, Alexandre GoriandBALTAR, Paulo Eduardo. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil.*Econ. soc.* [online]. 2010, vol.19, n.1, pp. 59-77.
- LOBATO, Lenaura de Vasconcelos C. ET all. “Avaliação do Benefício de Prestação Continuada”, Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados, Volume II: Bolsa Família e Assistência Social (org.: JeniVaitsman e Rômulo Paes-Sousa), Brasília, DF: MED;SAGI (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação), 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do Conceito de Gênero, Gênero e saúde (org.: LOPES, MT ET.al), Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. *Rev. Estud. Fem.* 2009, vol.17, n.3. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx>> acessado em 05 ago 2011.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro : Zahar, 1967

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 2, 2010. Disponível em <www.scielo.br> acessado em 05 ago 2011.

MESQUITA, Adriana de Andrade. Proteção Social na alta vulnerabilidade: o caso das famílias monoparentais femininas em análise. IN: Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. 2010 Jun 24-25; Paraná.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da *História Oral*: o caso Brasileiro. *Revista de História*. São Paulo, n. 155, 2 sem/ 2006. p. 191- 204

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social : teoria, método e criatividade*. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Estado de Bem-estar Social- origens e desenvolvimento. In: *Revista Katálysis*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. n. 5. Jul/dez.2001. Disponível em <www.scielo.br> acessado em 07 ago 2011

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira et al. “Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres”, Seminário As famílias e as políticas públicas no Brasil, Belo Horizonte, novembro de 2005.

NUNES, Silvia Alexin. “A medicina social e a questão feminina”. In: *Revista Physis*; nº 1, vol. 1. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; Relume-Dumará, 1991.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. “Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar”, *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos* (org. Mione Apolinário Sales ET all.), São Paulo: Cortez, 2004.

POLANYI, K. (1980). *A grande transformação. As origens de nossa época*. Tradução de F. Wrobel. Rio de Janeiro: Campus.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA / CASA CIVIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil, 1890-1930*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O. ; BRUSCHINI, C. (Orgs.) Uma Questão de gênero. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. Posfácio: Conceituando o gênero. In: *Mulher Brasileira é assim* (H.I.B. Saffioti & N. Muñoz-Vargas), pp. 271-283. Brasília: UNICEF/Rosa dos Tempos, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SARTI, Cynthia A. “Famílias enredadas”, *Famílias: redes, laços e políticas públicas* (org.: Ana Rojas Acosta e Maria Amália Faller Vitale), São Paulo: IEE/PUC, 2003.

_____. “A família como universo moral”, *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*, 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 16(2), jul./dez, 1990.

SENNA, Mônica de Castro Maia et al . Programa bolsa família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. 1, June 2007 . Disponível em <www.scielo.br> acessado em 19 out 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. O Bolsa-Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.12(6). Rio de Janeiro, nov/dez. 2007.

- SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli. “A construção da identidade masculina: alguns pontos para discussão”. *Revista Psicologia: USP*, v. 8, n. 1, São Paulo, 1997.
- STOTZ, Eduardo Navarro & ARAUJO, José Wellington Gomes. Promoção da Saúde e Cultura Política: a *reconstrução do consenso*. São Paulo: *Revista Saúde e Sociedade*, v.13, n.2, maio-agosto 2004, p.5-19.
- SUAREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. *Impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres*. In. VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUSA, Romulo (orgs.). *Avaliação de Políticas e Programas do MDS – resultados*. Brasília: SAGI/MDS, 2007.
- THOMPSON, E. P. Prefácio. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987 p.9-14.
- _____. *Costumes em comum*. Estudos sobre cultura popular tradicional. Tradução de R. Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- UGA, Vivian Domínguez. A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial. *Rev. Sociol. Polit.* 2004, n.23, pp. 55-62. Disponível em <www.scielo.br> acessado em 12 ago 2011.
- VAINFAS, Ronaldo. Pequenas histórias, grandes revelações. *Nossa História. Biblioteca Nacional: Fevereiro, 2004*.
- VIEIRA, Aline Souto Maior Normando. Possibilidades e limites na utilização dos serviços de saúde por parte dos usuários do Programa Bolsa Família (Dissertação de Mestrado em Política Social). Universidade Federal Fluminense, 2010.
- VILHENA, Cynthia Pereira de Sousa. A família na doutrina social da Igreja e na política social do Estado Novo. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 3, n. 1-2, 1992.
- VITALE, Maria Amália Faller. Famílias monoparentais: indagações. *Revista Serviço Social e Sociedade* nr. 71. São Paulo: Cortez, 2002.
- WOORTMANN, Klass. “Capítulo III – A rede de parentesco”. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987 (p. 149-222).
- YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

ANEXOS

ANEXO 1:

TABELA- POPULAÇÃO DE CADA BARRO DE NTIERÓI

Badu	6.198
Baldeador	2.825
Barreto	18.133
Boa Viagem	2.088
Cachoeira	3.171
Cafubá	3.289
Camboinhas	3.138
Cantagalo	8.556
Caramujo	7.980
Centro	19.349
Charitas	8.121
Cubango	11.374
Engenhoca	21.310
Engenho do Mato	10.038
Fátima	4.004
Fonseca	52.629
Gragoatá	127
Icaraí	78.715
Ilha da Conceição	5.766
Ingá	17.220
Itacoatiara	1.354
Itaipu	6.320
Ititioica	8.592
Jacaré	3.563
Jurujuba	2.797
Largo da Batalha	9.252
Maceió	4.272
Maria Paula	6.741
Matapaca	1.037
Morro do Estado	4.073
Muriqui	735
Pé Pequeno	4.112
Piratininga	16.098
Ponta D'Areia	6.937
Rio do Ouro	3.085

Santa Bárbara	7.417
Santana	7.720
Santa Rosa	30.701
São Domingos	4.727
São Francisco	9.712
São Lourenço	9.685
Sapê	7.194
Tenente Jardim	3.623
Várzea das Moças	2.900
Viçoso Jardim	4.085
Vila Progresso	3.751
Viradouro	4.562
Vital Brasil	3.299
Santo Antônio	4.758
Maravista	10.056
Serra Grande	9.246

FONTE: IBGE, CENSO 2010.

ANEXO 2:**TABELA- RELAÇÃO DE CENTROS DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL EM FUNCIONAMENTO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI**

Identificação dos CRAS:	Área de Abrangência:
CRAS Badu: Estrada Caetano Monteiro; 820, Badu (Antiga "Legião") Telefone: 2718-2263	Badu, Largo da Batalha, Maceió, Cantagalo, Sapê, Matapaca, Maria Paul a, Vila Progresso, Ititioca, Muriqui, Paciencia, Rio do ouro, Calaboca
CRAS Centro: Rua Evaristo da Veiga s/nº - Centro (ao lado do colégio Liceu) Telefone 26136627	Boa Vista, Centro, São Domingos, Gragoatá, Boa Viagem, Morro do Estado, Ponto Cem Réis, São Lourenço, Bairro de Fátima, aterrado São Lourenço, Ponta d'areia, Morro do Arroz, Holofote, Morro do Boa Vista, Ilha da Conceição, Ingá, Morro do Palácio, Icaraí, Cotia, Morro do Cavalão, Santa Rosa, Viradouro, Martins Torres, Souza Soares, Alarico de Souza, Morro elo José Vergueiro da Cruz (Vital Brasil).
CRAS Cubango: Rua Desembargador Lima Castro, 241- Fonseca	Cubango, Fonseca, Viçoso Jardim.
CRAS Preventório: Rua São Caetano Nº 30, Charitas (próximo ao Hospital Psiquiátrico de Jurujuba) - Telefone: 2610-9617	Charitas, Preventório, Jurujuba, São Francisco, Estrada da Cachoeira, Grota, Peixe Galo, Salinas, Várzea, Cascarejo, Brasília e Pau Ferro.
CRAS Região Oceânica: Estrada Francisco da Cruz Nunes, 6666, Piratininga(em frente ao shopping Multicenter) - Telefone: 2608-1773	Várzea das Moças, Avenida Central (da área da Policlínica de Itaipu até a padaria Versalhes), Engenho do Mato, Vale Feliz, Itaipu(da praia até a subestação de Itaipu), Piratininga, Santo Antonio, Boa. Esperança, Bonsucesso, Jacaré, Lagoa, Cafubá, Fazendinha, Caniçal e demais comunidades do entorno.
CRAS Vila Ipiranga: Rua Tenente Osório, s/n? Fonseca Telefone:2625-3433	Vila Ipiranga, Juca Branco, Cel. Leôncio, Engenhoca.

Fonte:CRAS Centro

ANEXO 3:



Universidade Federal Fluminense (UFF)

Departamento de Serviço Social

Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social – Mestrado em Política Social

CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____ fui informado(a) a respeito da pesquisa intitulada: “Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres beneficiárias do Badu – Niterói”, sob orientação da Prof. Dra Rita de Cássia Santos Freitas, que tem como objetivo principal analisar os significados que o Programa Bolsa Família assume na vida das mulheres beneficiárias.

Fui informado(a) também que minha identidade não será revelada, que posso interromper a entrevista a qualquer momento e que os dados obtidos a partir da entrevista serão utilizados na confecção da referida pesquisa.

Declaro que li o texto acima, entendo os objetivos e condições de participação na pesquisa e aceito participar, de forma livre e esclarecida.

Niterói, ____ de _____ de 2011.

Assinatura do(a) entrevistado(a):

Assinatura do(a) pesquisador(a):

ANEXO4

Roteiro preliminar:

PARTE I:

a) Perfil da beneficiária:

- Idade:
- Cor:
- Estado civil:
- Escolaridade:
- Atividade exercida:
- Tem filhos? Quantos?
- Quem mora na sua casa?
- Quem trabalha na casa?
- Renda aproximada da família:

PARTE II:

b) Sobre a relação com o benefício/ Programa:

- Valor do benefício recebido:
- Tempo aproximado de recebimento:
 - Quem retira o benefício mensalmente?
 - Quem utiliza o dinheiro do PBF?
 - É utilizado em (ou para) que?
 - Quem na casa decide com o que o dinheiro será utilizado?
 - Quanto tempo dura o dinheiro do benefício?
 - Como você soube dele?

- Houve modificações na sua relação com seu companheiro ou com sua família a partir do recebimento do benefício?
- E em relação a seus vizinhos?
- Você se vê de forma diferente após a entrada no Programa?
- Participa de algum tipo de grupo, associação, igreja, movimento social?
- Participa de alguma atividade ou curso de inclusão produtiva, oferecido a partir da inserção no PBF?
- Faz parte de algum grupo que reúna beneficiárias do Bolsa Família ou outros grupos realizados pelo CRAS Badu?
- Que modificações o benefício recebido pelo Programa trouxe para a sua vida?
- O que este benefício **significa** para você?
- Tem conhecimento de quais são as condicionalidades do PBF?
- O que você acha da existência dessas contrapartidas?
- Encontra dificuldade para cumpri-las?